

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

JULIANA UGULINO NUNES

A CULTURA DE PAZ NA GESTÃO DE CONFLITOS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE TECNOLOGIA DE CONVIVÊNCIA
EM GRUPOS DE ATIVISTAS SOCIOAMBIENTAIS

RIO DE JANEIRO

2024

Juliana Ugulino Nunes

A CULTURA DE PAZ NA GESTÃO DE CONFLITOS:
Um estudo de caso sobre tecnologia de convivência
em grupos de ativistas socioambientais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Milton N. Campos

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

U972c Ugulino Nunes, Juliana
A CULTURA DE PAZ NA GESTÃO DE CONFLITOS: Um estudo de caso sobre tecnologia de convivência em grupos de ativistas socioambientais / Juliana Ugulino Nunes. -- Rio de Janeiro, 2024.
103 f.

Orientador: Milton Nunes Campos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2024.

1. comunicação não-violenta. 2. ativismo. 3. gestão de conflitos. 4. ecologia dos sentidos.. I. Nunes Campos, Milton, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Ugulino Nunes

A CULTURA DE PAZ NA GESTÃO DE CONFLITOS:
Um estudo de caso sobre tecnologia de convivência
em grupos de ativistas socioambientais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada em: 21/11/2024

Prof. Dr. Milton Nunes Campos, UFRJ

Prof. Dr. Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos, UFRJ

Prof^a Dra^a Patricia Cecilia Burrowes, UFRJ

À Luiza, luz dos meus dias e minha razão para seguir
acreditando que um mundo mais compassivo é possível.

AGRADECIMENTOS

A jornada acadêmica é, sem dúvida, um caminho de crescimento e descobertas, mas também de desafios e aprendizados. Neste percurso, tive a sorte de contar com o apoio e a contribuição de pessoas extraordinárias, às quais expresso minha mais profunda gratidão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Milton N. Campos, meu sincero agradecimento pelo direcionamento seguro e gentil durante todo o processo. Sua sabedoria e paciência foram fundamentais para que eu pudesse trilhar este caminho com confiança.

Aos professores Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos e Patricia Cecilia Burrowes, meu agradecimento pelas contribuições valiosas na banca de qualificação. Seus insights e sugestões enriqueceram imensamente esta pesquisa, abrindo novos horizontes para a investigação.

À Associação CNV Brasil, em especial à Jade Arantes, minha gratidão pela generosidade em abrir as portas para a realização desta pesquisa. Sua confiança e apoio foram essenciais para que este trabalho se concretizasse.

A todos os ativistas que doaram seu tempo e energia para participar desta pesquisa, meu profundo agradecimento. Sua abertura e disposição em compartilhar experiências e reflexões, acreditando na contribuição deste estudo, foi o coração deste trabalho.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa Inter@ctiva, sou grata pelas trocas e orientações gentis. Como pesquisadora iniciante, encontrei em vocês conhecimento, acolhimento e inspiração.

À minha família, palavras não são suficientes para expressar minha gratidão. Seu incentivo constante, fortalecimento nos momentos de dúvida e compreensão durante minha ausência foram o alicerce que me permitiu dedicar-me a este trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, meu sincero agradecimento. Como bem colocado pelo Prof. Cristiano Henrique durante a qualificação, este é um trabalho de quem (ainda) acredita no ser humano. E sua realização é fruto de um esforço coletivo e de uma rede de apoio que me permitiu chegar até aqui.

RESUMO

NUNES, Juliana Ugulino. **A cultura de paz na gestão de conflitos**: um estudo de caso sobre tecnologia de convivência em grupos de ativistas socioambientais. Rio de Janeiro, 2024. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta pesquisa investiga como o aprendizado da Comunicação Não-Violenta (CNV) pode contribuir para a gestão de conflitos em grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos, visando facilitar o diálogo interno e sua articulação sociopolítica. Utilizando o referencial teórico da Ecologia dos Sentidos, o estudo examina os processos comunicativos em suas dimensões cognitiva, afetiva, ético-moral e cultural. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em um estudo de caso explicativo, que acompanhou um curso de formação em CNV oferecido pela Associação CNV Brasil para ativistas. Os dados foram coletados através de análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas. Os resultados sugerem que a CNV tem potencial para promover transformações significativas nas dinâmicas comunicativas e relacionais dos ativistas, facilitando uma abordagem mais empática e colaborativa para a resolução de conflitos. Contudo, o estudo também identifica desafios na aplicação da CNV em contextos marcados por injustiças estruturais e dinâmicas de poder desiguais. A pesquisa contribui para o campo da Psicossociologia de Comunidades ao oferecer percepções sobre como práticas comunicativas específicas podem moldar dinâmicas grupais e comunitárias, e para os estudos de paz e conflito, ao explorar como a paz pode ser construída através de práticas comunicativas, mesmo em contextos de conflito contínuo.

Palavras-chave: comunicação não-violenta; ativismo; gestão de conflitos; ecologia dos sentidos.

ABSTRACT

NUNES, Juliana Ugulino. **A cultura de paz na gestão de conflitos**: um estudo de caso sobre tecnologia de convivência em grupos de ativistas socioambientais. Rio de Janeiro, 2024. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This study explores the potential of Nonviolent Communication (NVC) to enhance conflict management within groups of socio-environmental and human rights activists, with the aim of facilitating internal dialogue and strengthening their sociopolitical coordination. Grounded in the theoretical framework of the Ecology of Meanings, this research examines communicative processes through cognitive, affective, ethical-moral, and cultural lenses. Adopting a qualitative methodology, the study is based on an explanatory case study that followed an NVC training course provided by the Associação CNV Brasil to activists. Data were gathered through document analysis, participant observation, and semi-structured interviews. The findings suggest that NVC can foster meaningful changes in group dynamics, promoting more empathetic and cooperative relationships. Furthermore, the study highlights NVC's potential as an effective tool for conflict resolution and for reinforcing the sociopolitical engagement of activist groups. This research contributes to the understanding of NVC as a technology for coexistence, capable of cultivating a culture of peace and dialogue within social activism contexts.

Keywords: nonviolent communication; conflict management; social activism; ecology of meanings; qualitative research.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de Análise	47
Tabela 2 - Perfil dos entrevistados	54

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número de encontros assistidos ao vivo pelos participantes	52
Gráfico 2 – Citações destacadas por categoria de análise	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PROBLEMATIZAÇÃO	13
1.1 CONTEXTO.....	13
1.2 REVISÃO DA LITERATURA	16
1.2.1 Cultura de paz.....	16
1.2.2 Empatia.....	18
1.2.3 Conflitos em grupos.....	19
1.2.4 Tecnologias de convivência.....	20
2 QUESTÃO DA PESQUISA	33
2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	33
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
3.1 A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ECOLÓGICO.....	35
3.1.1 O modelo de troca de valores de Piaget.....	36
3.1.2 A teoria do agir comunicativo de Habermas	36
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	39
4.1 MÉTODO.....	40
4.2 ESTRATÉGIA DE AMOSTRAGEM	41
4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	41
4.4 ANÁLISE DE DADOS	44
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
5.1 ANÁLISE DOCUMENTAL: DA TEORIA À PRÁTICA.....	49
5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	53
5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DOS PILARES DA ECOLOGIA DOS SENTIDOS.....	56
5.4 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RESULTADOS.....	75
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77

6.1 TRANSFORMAÇÃO DAS DINÂMICAS COMUNICATIVAS E RELACIONAIS	77
6.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CNV EM CONTEXTOS DE ATIVISMO	78
6.3 IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ	79
6.4 CNV COMO CATALISADORA DE MUDANÇAS SISTÊMICAS	80
6.5 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS	81
6.6 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS	82
6.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS	82
7 CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES	98

INTRODUÇÃO

Conflitos interpessoais são intrínsecos à convivência e podem ser campos férteis e construtivos quando são discutidos abertamente e habilmente (Tjosvold, 2014). Segundo Diskin (2011), dentro de um cenário de cultura de paz, se entende que os conflitos permeiam as organizações e sistemas, são necessários e saudáveis. O necessário é aprender a lidar com o conflito e as divergências que são inerentes a espaços democráticos e plurais. Por outro lado, quando os envolvidos em conflitos dentro de grupos não dispõem de recursos compatíveis para geri-los adequadamente, pode ocorrer o enfraquecimento dos vínculos e da ação coletiva.

Nesse contexto, esta pesquisa se propõe a investigar, a partir do campo da Comunicação e da Psicossociologia, como a aprendizagem de determinada tecnologia de convivência voltada para a cultura de paz pode contribuir para a gestão de conflitos em grupos, especificamente de ativistas socioambientais e de direitos humanos, de modo a facilitar o diálogo e a cocriação de estratégias políticas de transformação social por seus membros.

Na primeira seção deste trabalho, a contextualização traz um panorama geral relacionando os estudos para a paz, a não-violência e a gestão de conflitos. Em seguida, a revisão da literatura apresenta trabalhos publicados no campo da Psicologia sobre cultura de paz, gestão de conflitos em grupos e tecnologias de convivência.

O segundo capítulo traz a fundamentação teórica que embasa a pesquisa: a Ecologia dos Sentidos, que se propõe a descrever o processo de comunicação em suas dimensões cognitiva, afetiva e ético-moral, identificando as éticas presentes, sejam cooperativas ou coativas.

A partir da reflexão teórica e das lacunas encontradas na revisão da literatura, apresenta-se, então, a questão de pesquisa e, em seguida, a definição metodológica. O projeto acompanhará a capacitação de um grupo de ativistas socioambientais e de direitos humanos em uma das tecnologias de convivência propostas pela cultura de paz, a Comunicação Não-Violenta, para buscar compreender a percepção dos participantes sobre as habilidades aprendidas e o potencial de transformação sobre sua capacidade de gerenciar conflitos e desafios de convivência a partir dos novos conhecimentos. Entende-se por percepção, no contexto desse trabalho, um processo ativo e construtivo pelo qual o indivíduo interpreta a realidade. Segundo Changeux (1997), a percepção é uma atividade complexa que envolve o sistema nervoso, a inteligência e a linguagem para atribuir sentido às experiências vividas no momento presente. É um fenômeno individual, determinado pela posição do observador, suas expectativas e antecipações, resultando em uma interpretação estritamente pessoal da realidade. A percepção gera representações mentais que têm função de sinalização e configuração, ligadas

às atividades cognitivas, afetivas e culturais do indivíduo. Neste estudo, busca-se compreender como os participantes interpretam e dão significado à ideia de comunicação pela paz em seus contextos específicos, reconhecendo que essa interpretação é moldada por suas experiências, conhecimentos prévios e estado emocional.

O método escolhido é o estudo de caso, com abordagem qualitativa, utilizando os instrumentos de análise documental, tomada de notas e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados, que serão analisados por triangulação.

Por fim, apresentam-se a análise de dados e a discussão dos resultados, assim como a conclusão desta dissertação.

1 PROBLEMATIZAÇÃO

1.1 CONTEXTO

É notório o quanto a violência é elemento presente no nosso cotidiano como cidadãos e sociedade. Os índices de violência documentados pelas estatísticas são assustadores. O número de homicídios no Brasil, para se ater apenas a uma categoria extrema e mensurável de violência contra a vida humana, cresceu 158% em 30 anos (IPEA, 2021). Também é frequente a percepção das muitas violências diárias para as quais nem sempre há estatísticas, como nas relações domésticas, profissionais, sociais e sistêmicas, no âmbito individual ou coletivo, reflexos da intolerância e polarização, seja no ambiente físico ou virtual. Diante de conflitos inevitáveis em qualquer contexto social, como agir de forma construtiva, quando o que se busca nem sempre é o consenso a partir do diálogo, mas sim vencer com o argumento mais forte?

A essência dos pequenos e grandes conflitos é a mesma.

Em 1998, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década Internacional de uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo durante o período 2001-2010. Em 1999, a Assembleia Geral aprovou a Declaração e o Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz. O artigo 2º desta Declaração descreve o caminho que precisa ser feito para se promover a Cultura de Paz: “o progresso até o pleno desenvolvimento de uma Cultura de Paz se conquista através de valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida voltados ao fomento da paz entre as pessoas, os grupos e as nações” (ONU, 1999, p. 3). No artigo 3º, afirma que o desenvolvimento pleno de uma Cultura de Paz está integralmente vinculado ao cumprimento de obrigações do ambiente macro, como a promoção da resolução pacífica dos conflitos, do respeito e entendimento mútuos e da cooperação internacional; mas também aponta habilidades a serem desenvolvidas no microambiente das relações sociais, como “a possibilidade de que todas as pessoas, em todos os níveis, desenvolvam aptidões para o diálogo, negociação, formação de consenso e solução pacífica de controvérsias” (*Idem*, p. 5).

No meio da Década Internacional de uma Cultura de Paz e Não Violência, o Relatório Mundial da Cultura de Paz informava avanço no processo de construção da paz no mundo (ONU, 2005), embora houvesse ainda muitos desafios a serem superados. Um deles consistia – e ainda consiste – em estar presente nos diversos locais onde a violência emerge, aplicando metodologias e processos psicossociais que facilitem o diálogo não-violento e a promoção do entendimento, para proporcionar vivências que, a médio e longo prazo, tornem a Cultura de Paz uma realidade cotidiana das comunidades (ONU, 2005).

A quem compete promover essas práticas? O artigo 8º da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da ONU aponta os atores sociais fundamentais neste processo:

Desempenham papel-chave na promoção de uma Cultura de Paz os pais, os professores, os políticos, os jornalistas, os órgãos e grupos religiosos, os intelectuais, os que realizam atividades científicas, filosóficas, criativas e artísticas, os trabalhadores em saúde e de atividades humanitárias, os trabalhadores sociais, os que exercem funções diretivas nos diversos níveis, bem como as organizações não-governamentais (ONU, 1999, p. 4).

O chamado é claro. A academia é pródiga em produzir estudos e conceitos sobre as relações sociais. No entanto, como o meio acadêmico pode aplicar essas teorias ao mundo do vivido para proporcionar transformações políticas efetivas e cumprir seu papel social? Johan Galtung, considerado o fundador dos Estudos para a Paz, rompeu com a distinção positivista entre teoria e prática. Isso levou a novas abordagens. Segundo Pureza (2018), superando a falsa noção de neutralidade da ciência, os Estudos para a Paz passaram a se afirmar como uma disciplina socialmente produtiva, ou seja, que produz reflexos na vida social, política, econômica e cultural das sociedades, condizentes com os objetivos da promoção da cooperação, da resolução pacífica de disputas e das transformações sociais e políticas não-violentas. Nesse sentido, os Estudos para a Paz se conectam com a Psicossociologia como sendo o “domínio da interação dos processos sociais e psíquicos ao nível das condutas concretas; das pessoas e dos grupos no quadro da vida cotidiana; junção, também, entre o *approach* objetivo e o do sentido vivido, no nível do ou dos agentes em situação” (Maisonneuve, 1977, p. 5).

É notável o quanto a discussão no universo acadêmico se conserva majoritariamente no âmbito da teoria e distante de práticas e propostas que possam efetivamente auxiliar os diversos movimentos que lidam frequentemente com dificuldades de convívio entre pessoas e grupos, que podem levar ao enfraquecimento de sua ação política.

Como estudiosa e praticante da cultura de paz e da Comunicação Não-Violenta (CNV), minha motivação pessoal para realização desta pesquisa parte do desejo de compreender se as chamadas novas tecnologias de convivência alinhadas aos preceitos da cultura de paz (Diskin, 2011) – a saber: escuta qualificada, círculos restaurativos, mediação de conflitos e comunicação não violenta – podem atuar como ferramentas de gestão de conflitos para promover uma forma mais efetiva, autêntica e ética de diálogo junto a membros de grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos, fortalecendo sua atuação internamente e junto aos atores sociais com os quais se articulam.

O termo tecnologia pode ser compreendido como um conjunto estruturado que a sociedade utiliza para atender às necessidades e desejos de seus integrantes. Esse conjunto inclui máquinas, softwares, indivíduos, métodos, organização e objetivos específicos (Silva,

2003). No caso das tecnologias de convivência, como a CNV, estamos lidando com ferramentas conceituais e práticas desenvolvidas para aprimorar as interações humanas e a resolução de conflitos.

Por se tratar de um escopo amplo, acredito ser necessário fazer um recorte específico para viabilizar a pesquisa. Assim, decidi acompanhar a capacitação de um grupo de defensores de direitos humanos e ativistas socioambientais em uma das tecnologias de convivência, a Comunicação Não-Violenta (CNV), a fim de buscar relatos expressando a percepção dos membros sobre o potencial de transformação que o aprendizado desta tecnologia pode proporcionar na maneira como o grupo gera seus conflitos internos e externos. Na sequência, apresentamos a literatura acadêmica da área, onde exploramos a adequação desta intenção inicial para a construção de conhecimento neste campo.

A Comunicação Não-Violenta é um recurso dialógico que busca aproximar o que há de humano em todos os indivíduos, buscando descortinar, nas frases e palavras usadas no cotidiano, quais seriam as reais intenções que elas guardam como pedidos, sentimentos e necessidades compartilhadas. Ela serve como uma orientação para que as pessoas reestruturem a forma como se expressam e escutam os outros, de modo a elucidar sobre o que realmente envolve escutar as necessidades de todos envolvidos em uma relação ou conflito. Para Rosenberg, todas as ações humanas são tentativas de satisfazer as necessidades, que se dão sempre em relações de interdependência. Ato de violência seriam, segundo o autor, “manifestações trágicas de necessidades não atendidas” (Rosenberg, 2006, p. 26).

A Comunicação Não-Violenta propõe, então, um processo de comunicação fundamentado na empatia, com o objetivo de lidar com conflitos e transformá-los em oportunidades de cocriação de ações e estratégias que atendam às necessidades presentes das pessoas e comunidades, atuando em três níveis: intrapessoal, interpessoal e sistêmico, todos interconectados e necessários para se promover mudanças que possam gerar mais tolerância, justiça e cuidado. A tarefa dessa tecnologia de convivência é ajudar a entender os conflitos, atuar em suas causas sempre que possível e promover estratégias resolutivas por meio do encontro e da comunicação sem bloqueios, recuperando a capacidade para o diálogo (Pelizzoli, 2012).

Embora a CNV venha sendo praticada em mais de 65 países por milhares de ativistas sociais, políticos, juízes, advogados, educadores, entre outros atores sociais, como recurso de gestão de conflitos e combate ao discurso intolerante, é pouco abordada na academia, com escassos trabalhos empíricos, geralmente associados – como veremos na revisão da literatura – à aplicação da prática junto a escolas, grupos de profissionais de saúde ou de pessoas em

situação de vulnerabilidade, como presidiários, imigrantes, pessoas em tratamento de dependência química, focalizando majoritariamente apenas seus efeitos sobre o aspecto da empatia.

Contudo, a CNV parece ser uma importante ferramenta para lidar com conflitos sociais, sendo usada no âmbito da Justiça como uma das bases das práticas restaurativas há mais de 25 anos no Brasil e no mundo. Segundo Pelizzoli (2012), a CNV atua na tomada de consciência das necessidades mútuas, da capacidade de conexão e de comunicação, para além de qualquer norma de linguagem, sem, com isso, visar um construto artificial utilitarista que venha a sanar algo, mas sim, buscar as vontades prementes de entendimento, relação e superação de conflitos que habitam todos os seres humanos.

Em situações de conflito, para além da visão de vítima e ofensor, o que se procura por meio da CNV é a superação do condicionamento característico do modelo defesa-ataque, para então “acessar a escuta fundamental que viabiliza o diálogo e as palavras geradoras – como pede a Terapia Comunitária, reconstruindo com honestidade algumas causas e efeitos psicossociais de violência” (Pelizzoli, 2012, p. 5).

Assim, busco por meio desse projeto de pesquisa verificar se o aprendizado da Comunicação Não-Violenta pode ser um recurso facilitador para promover a cultura de paz, o diálogo construtivo, o entendimento e a articulação entre membros de grupos de ativistas e, para além do relacionamento intragrupal, contribuir para sua ação na sociedade.

1.2 REVISÃO DA LITERATURA

1.2.1 Cultura de paz

Os estudos para a paz ganharam força como disciplina teórica após a Segunda Guerra Mundial, tendo como fundador e expoente o sociólogo norueguês Johan Galtung, que pensou a paz a partir de uma perspectiva crítica e multidisciplinar. Para Galtung (2003), paz não é apenas a ausência de guerra – o que ele chama de “paz negativa” – e sim o resultado da resolução de causas estruturais que dão origem ao conflito. Seu conceito de “paz positiva” está conectado com a justiça social e inclui uma série de condições para que a paz se estabeleça, como liberdade, equidade, acesso à educação e saúde, oportunidades, segurança e direitos humanos.

Francisco Muñoz, do Instituto de Paz e Conflitos da Universidade de Granada, propôs a noção de “paz imperfeita” como um desdobramento da pesquisa para a paz. A diferença está em deslocar o foco da ênfase na violência para a ênfase na paz. Segundo Muñoz (2001), a paz imperfeita reconhece a existência do conflito e não busca suprimi-lo. Pelo contrário, se alimenta

dele. Trata-se de uma paz em processo inacabado, em constante movimento, sujeita a questionamentos. Não espera o desaparecimento do oponente, e sim a aceitação das diferenças e a celebração dos encontros com o oposto.

Um dos aspectos fundamentais dos estudos para a paz é, assim, a análise dos conflitos, compreendidos como parte integrante dos relacionamentos humanos, por meio dos quais seria possível se chegar a soluções criativas que gerem benefícios para as partes, sem, com isso, esquecer dos possíveis desdobramentos violentos. (Muñoz; Molina, 2010).

Assim como a própria cultura de paz, que abrange dimensões pessoais e planetárias, a produção acadêmica recente em torno do tema é igualmente ampla e diversificada. Vai desde abordagens epistêmico-éticas que contribuem para a paz, como em Helfmstetter e Coelho (2001) e Guilherme (2017), passa pela defesa da inter e transdisciplinaridade para a promoção da cultura de paz (Hernandez, 2022), e se concentra fortemente no aspecto da educação para a paz.

O desenvolvimento emocional saudável de crianças e jovens requer o aprendizado de habilidades sociais para a construção de vínculos construtivos ao longo da vida. Para isso, a aplicação de abordagens restaurativas no ambiente escolar tem sido apontada como um caminho de sucesso para a melhoria de comportamentos sociais e emocionais e na gestão positiva de relacionamentos e conflitos (Mas-Expósito *et al.*, 2022). Para tanto, é necessário um trabalho interdisciplinar que conecte a psicologia da paz com a educação para a paz, para promover relações e sociedades harmoniosas (Velez; Gerstein, 2021).

Exemplo de estratégia interdisciplinar educativa bem-sucedida para promover a resolução de conflitos interpessoais de forma pacífica é o programa Aim4Peace, na cidade de Chicago, Estados Unidos, que objetiva prevenir a violência armada na comunidade. A iniciativa envolve uma parceria entre a comunidade acadêmica e psicólogos comportamentais-comunitários para oferecer alternativas não violentas de resolução de conflitos em níveis socioecológicos, contribuindo para a prevenção e redução da violência interpessoal e comunitária (Stewart *et al.*, 2021).

Também no campo educativo, Mitrayani e Peel (2017) defendem o papel da escola como primordial para o engajamento dos jovens em uma noção de vida sustentável com uma educação que aprimore valores como liderança, justiça, respeito, comunicação não violenta e colaboração, por meio de programas de educação para a paz.

1.2.2 Empatia

A empatia tem sido objeto de extensa investigação em diversas disciplinas, incluindo Filosofia, Psicologia, Neurociências e Ciências Sociais. Dada a vastidão da literatura sobre o tema, esta revisão não pretende ser exaustiva, mas sim oferecer uma visão geral de algumas contribuições relevantes para o contexto desta pesquisa.

O conceito de empatia, embora amplamente discutido, ainda carece de uma definição consensual. Coplan (2011), após uma vasta revisão de conceitos já propostos para o tema, propõe uma conceituação que busca capturar a complexidade deste fenômeno: "A empatia é um processo imaginativo complexo no qual um observador simula os estados psicológicos situados de outra pessoa – tanto cognitivos quanto afetivos – enquanto mantém uma diferenciação clara entre o eu e o outro" (p. 14). Segundo o autor, esta definição enfatiza três características essenciais da empatia: correspondência afetiva, tomada de perspectiva orientada para o outro e diferenciação entre si e o outro. Coplan argumenta que esta conceituação permite uma compreensão mais precisa da empatia como uma forma única de entendimento experiencial, possibilitando uma apreensão da experiência do outro “de dentro” (p. 18).

Fuchs (2017) expande essa compreensão ao propor uma estrutura de três níveis para a empatia: primária (resposta automática e pré-reflexiva), estendida (compreensão contextualizada) e reiterada (engajamento com perspectivas radicalmente diferentes). Esta abordagem multinível oferece uma estrutura útil para analisar as diferentes dimensões da empatia e suas implicações para a interação social.

No entanto, uma visão crítica sobre a empatia tem emergido na literatura recente. Prinz (2011) questiona a necessidade da empatia para a moralidade, argumentando que outras emoções podem ser mais relevantes. Lobb (2017) vai além, introduzindo o conceito de empatia crítica. A autora alerta para os riscos de uma celebração acrítica da empatia, argumentando que ela pode ser cooptada por estruturas de poder existentes e perpetuar desigualdades. Lobb propõe uma abordagem mais reflexiva e contextualizada, que considere as relações de poder e as implicações éticas do exercício da empatia.

Weigel (2017) contribui para essa visão crítica ao traçar a trajetória histórica do conceito de empatia, desde a estética do século XVIII até as ciências sociais contemporâneas. Esta perspectiva histórica ressalta a natureza mutável e contextual da empatia, alertando-nos para a necessidade de uma compreensão mais abrangente de seu papel nas interações sociais.

Apesar dessas críticas, a aplicação prática da empatia na gestão de conflitos tem apresentado resultados promissores. Um exemplo notável é a abordagem de Nelson Mandela

na transição do apartheid para a democracia na África do Sul. Eze (2012) analisa a "retórica de empatia" (p. 122) de Mandela, argumentando que sua capacidade de compreender e se conectar com seus opressores foi fundamental para a transição pacífica. O autor destaca que, embora a empatia não seja uma panaceia, ela pode estabelecer condições para deliberações progressivas e resoluções de conflitos. Eze enfatiza que a abordagem de Mandela não significava abandonar a busca por justiça social. Ao contrário, a empatia era vista como um pré-requisito para a construção de uma sociedade justa e equitativa. A capacidade de se colocar no lugar do outro permitia a Mandela identificar e desafiar as raízes da injustiça, oferecendo um modelo inspirador de como a empatia pode ser utilizada para promover a reconciliação e a justiça social.

Esta compreensão mais nuançada e crítica da empatia fornece uma base importante para explorar seu papel nos conflitos em grupos e nas tecnologias de convivência, temas que serão abordados a seguir.

1.2.3 Conflitos em grupos

Deutsch (1973) afirma que o conflito constitui uma experiência pessoal inevitável e é um evento que pode afetar qualquer indivíduo, grupo ou sociedade. Quando se trata da gestão de conflitos em grupos, foco desta pesquisa, estudos recentes convergem na direção do papel da comunicação e da tomada de perspectiva para resolução de dilemas.

Uma revisão de 45 estudos realizada por Balliet (2010) aponta a comunicação como uma das soluções mais usadas para aumentar a cooperação em dilemas sociais, sobretudo em grupos maiores e, especial e mais especificamente, a discussão presencial em comparação com as mensagens escritas.

A cooperação é essencial para a sobrevivência e o sucesso de grupos que trabalham em torno de um propósito. Dannals e colegas (2022), por meio de um estudo experimental sobre como a comunicação influencia a cooperação em grupos hierárquicos, identificaram que, mesmo quando os detentores do poder no grupo são forçados a se comportarem de forma egoísta, a comunicação com os membros do grupo promove a cooperação, desafiando a ideia de que as ações falam mais alto do que as palavras.

Segundo Halevy e Berson (2022), a pesquisa atual revela que a busca pela paz traz uma necessidade urgente de salvar vidas e aliviar o sofrimento humano. Isso requer soluções rápidas para o problema dos conflitos intergrupais. No entanto, como a mente humana associa a paz a horizontes de tempo mais longos, as pessoas tendem a chegar ao consenso para promover um estado de paz ao pensar sobre um futuro distante, mais do que em um futuro próximo. Nesse

sentido, a adoção de uma perspectiva pode ser um fator positivo na melhoria da gestão de conflitos intergrupais, promovendo a resolução de problemas e melhorando a convivência entre membros do grupo (Yao; Chao; Lung, 2019).

Comunicação transparente e adoção de perspectiva são prerrogativas de um exercício empático. Em contexto de conflitos intergrupais prolongados, um estudo realizado com crianças e adolescentes revelou que a empatia foi associada a atitudes mais positivas em relação a grupos externos, com identificação de comportamentos pró-sociais mais alinhados a uma proposta de construção de paz (Taylor *et al.*, 2019).

A empatia é um dos elementos mais importantes para a construção de uma cultura de tolerância, diálogo, respeito às opiniões e objetivos opostos, respeito à diversidade e resposta não violenta aos conflitos (Filipović *et al.*, 2023). Empatizamos com o outro porque primeiro o reconhecemos como igual a nós ou o reconhecemos como igual porque primeiro nos conectamos com ele? Cabezas Hernandez (2022) defende que, para reconhecer o outro como valioso e atuar em consonância com ele, deve-se sentir empatia afetiva por sua situação e, para isso, são necessárias duas condições: 1) ter curiosidade pelo outro para superar a indiferença e 2) sentir que sua identidade não é ameaçada pelo reconhecimento do outro. Do contrário, surgem racionalizações e justificativas de condutas antissociais. Assim, o fortalecimento de uma identidade pessoal por meio da educação emocional seria fator chave para a possibilidade de se empatizar com as pessoas, impactando em virtudes epistêmicas e na agência moral.

Esse encontro com o outro e a abertura para o diálogo com uma perspectiva empática para a resolução de conflitos implicam o desafio de se relacionar de maneira autêntica e, por isso mesmo, emocionalmente vulnerável – o que está distante das relações superficiais ou instrumentais que estabelecemos com mais frequência no cotidiano. Contudo, há recursos que podem facilitar essa prática no relacionamento interpessoal e em grupos: as chamadas tecnologias de convivência.

1.2.4 Tecnologias de convivência

1.2.4.1 Escuta qualificada

A possibilidade de se construir uma relação interpessoal mais ou menos conflituosa é definida pela forma como a comunicação é estabelecida entre as pessoas (Siqueira; Cruz, 2021).

Uma das técnicas da linguagem descritiva que auxiliam na comunicação é a escuta qualificada, também chamada de escuta ativa, com a qual o interlocutor busca estabelecer um

diálogo com foco, presença e não apenas ouve, mas também comunica a quem fala que realmente escutou e compreendeu o que foi dito. Para isso, repete a essência do que foi dito pela pessoa, sempre utilizando a linguagem descritiva, ou seja, buscando parafrasear o que ouviu e nomear os sentimentos identificados. Essa técnica estimula a continuidade da conversa, o surgimento do sentimento de empatia e, se desejável, a busca conjunta por uma solução. (Vinha, 1999).

O uso de uma linguagem descritiva como ferramenta dialógica tem o potencial de melhorar a qualidade das relações sociais. Segundo Wrege e colegas (2014), a linguagem descritiva favorece a autonomia, a tomada de consciência das próprias ações e suas consequências, o desenvolvimento do autoconhecimento, a melhora da autoestima e a internalização de valores universalmente desejáveis nas relações interpessoais.

1.2.4.2 Mediação

A mediação é um método extrajudicial e opcional para resolução de conflitos, alinhado à cultura de paz, no qual uma terceira pessoa supostamente neutra – o mediador – auxilia os envolvidos a resgatarem o diálogo e construam uma solução, com responsabilidade compartilhada pelas decisões tomadas. Tem como pilares a participação voluntária, a negociação cooperativa e a solução construída mutuamente pelas partes, de modo a satisfazer necessidades de todos, para além dos ditames da lei (Cunha; Monteiro, 2017).

Segundo Suares (2001), na mediação, a condição humana é valorizada e as individualidades e especificidades são levadas em conta. Para se chegar à solução, é preciso “descortinar quais os interesses, necessidades e afetos e/ou valores que subjazem aos problemas que, por sua vez, fundam o conflito” (Torrego, 2003, p. 8).

Conforme Nicácio (2008), a mediação contribui para o desenvolvimento de práticas individuais e coletivas mais autônomas e cidadãs no gerenciamento da vida em sociedade, com respeito à diversidade de subjetividades. “Para além de uma eventual resolução de conflitos, o que se busca é a permanência – ainda que reinventada – ou a criação de laços de afeto, de solidariedade ou de confiança, para poder seguir. Essa lógica parece atender tanto uma simples relação de vizinhança, quanto um diálogo entre culturas aparentemente antagônicas.” (p. 5)

1.2.4.3 Círculos restaurativos

É comum que o conflito seja compreendido como uma perturbação no fluxo natural dos relacionamentos, esquecendo-se, porém, do seu potencial transformador e propulsor do

desenvolvimento humano. Para isso, é necessário avaliar não apenas a parte mais evidente do problema, mas também o que está subjacente, pois o conflito é constituído por uma situação imediata – o conteúdo aparente do conflito –, além do contexto e de uma estrutura conceitual que reúne esses elementos para um maior entendimento da arquitetura do relacionamento (Lederach, 2012).

A abordagem resolutiva, comum no sistema criminal, atua sobre o conteúdo do conflito com o objetivo de colocar fim a ele, enquanto a abordagem transformativa vai além das questões aparentes, envolvendo os padrões mais profundos do relacionamento, o contexto no qual o conflito se expressa e busca, a partir de um entendimento mais amplo sobre a sua estrutura, para construir o cenário desejado pelas partes a partir do consenso. Este é o foco de atuação das práticas restaurativas, utilizadas pela chamada Justiça Restaurativa.

A abordagem não violenta, por meio do diálogo para a busca de soluções, está na base do processo restaurativo, cuja adesão das partes envolvidas no conflito deve ser livre e espontânea. Isso inclui não apenas ofensor e vítima, mas também membros da comunidade, que participam ativamente da resolução das questões levantadas com a ajuda de um facilitador, a quem cabe o papel de desobstrução da comunicação e condução do processo, sendo-lhe incumbida a tarefa de criar um ambiente seguro para o diálogo respeitoso (Araújo; Costa, 2021). Segundo Zehr (2012), os objetivos dos programas de justiça restaurativa consistem em entregar as decisões-chave acerca do conflito às partes interessadas, fazer dessa experiência um processo transformador e de cura dos envolvidos, além de reduzir a probabilidade de futuras ofensas.

Os círculos de construção de paz, modelo mais comum na Justiça Restaurativa do Brasil, são inspirados nas práticas de resolução de conflitos das comunidades indígenas norte-americanas. Nesse modelo, incluem-se no processo também membros familiares e da comunidade das partes envolvidas, como redes de apoio. Uma declaração inicial explicita os valores que deverão ser observados ao longo de todo o processo circular e a escuta respeitosa é simbolizada por meio do chamado “bastão da fala” ou “objeto da palavra”, que passa pelas mãos dos participantes para oportunizar a fala de todos sem interrupção dos demais, facilitando, assim, uma situação ideal de diálogo (Zehr, 2012).

Pranis (2010) afirma que o processo dos círculos de construção de paz “respeita a presença e dignidade de cada participante; valoriza as contribuições de todos; salienta a conexão entre todas as coisas, oferece apoio para a expressão emocional e espiritual e dá voz igual para todos” (p. 19).

No Brasil, assim como em outros países, os círculos têm sido identificados como ferramentas fundamentais para as práticas restaurativas não só no âmbito da Justiça, mas

também em diversas áreas para a promoção da cultura de paz, como escolas, empresas e na assistência social, possibilitando a resolução de litígios inclusive nas esferas familiar e criminal, onde a carga emocional tende a ser intensa (Pranis, 2010).

Lyubansky e Barter (2011) mencionam em estudo sobre a aplicação das práticas restaurativas em conflitos raciais que o processo apoia indivíduos e comunidades, criando condições para compreensão mútua e ação colaborativa, em vez de buscar excluir ou punir qualquer uma das partes. Enquanto a maioria das abordagens de mediação busca suprimir, pacificar, neutralizar ou conter o conflito, acreditando que é perigoso, a experiência destes pesquisadores sugere exatamente o contrário: que perigoso seria evitar ou impedir o conflito, pelo fato de que a mudança subjacente que busca emergir dele é perdida nessa supressão e o relacionamento ou sistema social no qual o conflito ocorre é enfraquecido por não ter recebido e integrado as novas informações disponíveis. O dano causado na tentativa de evitar ou suprimir o conflito poderia resultar na perda de confiança, recursos, vidas e da conexão necessária para a coexistência voluntária. O processo de Círculo Restaurativo cria, então, um espaço no qual o conflito pode florescer, e as pessoas outrora separadas por atos dolorosos, mal-entendidos e acordos quebrados podem se aproximar.

Os autores afirmam que a chave para tal mudança é o diálogo para além dos “crachás”. Quando as comunidades começam a ver a si mesmas e aos outros principalmente por meio de rótulos e relações estruturais de poder, perde-se uma qualidade de autenticidade sem a qual o diálogo declina. As práticas restaurativas criam o espaço para que essa autenticidade e as formas de expressão privilegiadas pela percepção de verdade reafirmem sua força e autoridade. Assim, o diálogo torna difícil a dominação dos procedimentos por qualquer pessoa ou grupo, pois faz o discurso ir e vir até que a compreensão mútua seja alcançada. Os Círculos Restaurativos priorizam o compartilhamento de poder ao não enfatizar o papel de especialistas e profissionais. Quer a comunidade seja pequena ou grande, tanto os participantes quanto o facilitador do Círculo vêm de dentro da comunidade, sem papéis de autoridade ou rótulos de “infrator” e “vítima”. Como resultado da aplicação de Círculos Restaurativos em conflitos raciais na pesquisa, os participantes relataram sentir-se ouvidos, compreendidos e mais fortemente conectados uns com os outros (Lyubansky; Barter, 2011).

Desde os primeiros projetos-piloto no sistema formal de justiça brasileiro em 2005, o processo de Círculos Restaurativos se espalhou para 45 países, em todos os continentes (Lyubansky, 2017). As evidências empíricas ainda são escassas, mas os resultados documentados são promissores. O *National Endowment for Science, Technology and the Arts* (NESTA), do Reino Unido, listou os Círculos Restaurativos como uma de suas dez inovações

“radicalmente eficientes”. No relatório de 2010, descreve dados de pesquisa de 400 círculos realizados em São Paulo, dos quais 93% terminaram em concordância, enquanto outro estudo mostrou que, em 2009, após a adoção de Círculos Restaurativos em toda uma escola no Distrito Escolar Municipal de Campinas, houve apenas uma prisão, em comparação com 71 detenções de estudantes no ano anterior – um declínio de 98%. Usado como programa de reingresso em outro estado, o NESTA relata que os Círculos Restaurativos levaram a um aumento de 28% no número de jovens sendo readmitidos na escola (Gillinson; Horne; Baeck, 2010).

A literatura científica documenta uma série de estudos sobre a aplicação de práticas restaurativas com resultados promissores, tanto no âmbito da justiça quanto em ambientes escolares. No contexto jurídico, Silva e Carvalho (2022) exploram a relação entre a Ética da Alteridade de Emmanuel Lévinas e a Justiça Restaurativa, argumentando que a alteridade é um fundamento ético essencial para as práticas restaurativas. Esta perspectiva ressalta a importância do reconhecimento do "Outro" como base para a construção de relações mais justas e humanas. Cardoso, Knoerr e Souza Jr. (2020) analisam a Justiça Restaurativa como um instrumento de transformação de conflitos, baseando-se nas teorias de Howard Zehr e John Paul Lederach. Os autores propõem que a Justiça Restaurativa pode transcender o modelo jurídico tradicional de imposição de decisões, oferecendo uma abordagem mais participativa e transformadora para lidar com eventos criminais.

No âmbito educacional, Prutzman e colegas (2022) apresentam um estudo de caso detalhado sobre a transformação de uma escola de ensino fundamental em Nova York através da implementação de práticas restaurativas. O estudo ressalta como a adoção de círculos restaurativos e programas de respeito mútuo levou a uma redução significativa nas taxas de suspensão e a uma melhoria no clima escolar geral.

Já Schilling e Kowalewski (2021) oferecem uma perspectiva crítica sobre a introdução da Justiça Restaurativa nas escolas de São Paulo, explorando as tensões entre justiça e educação. Seu estudo revela que, na prática, a Justiça Restaurativa é frequentemente compreendida pelos educadores mais como uma forma de mediação de conflitos e gestão disciplinar do que como uma abordagem transformadora do ambiente escolar.

Castro e Martins (2016) exploram as correlações entre a Justiça Restaurativa, a Comunicação Não-Violenta e a educação, enfatizando o potencial dessas abordagens para promover um senso de coletividade e melhorar a qualidade das relações interpessoais em diversos contextos, incluindo o educacional.

Nos Estados Unidos, Ortega e colegas (2016) registraram resultados positivos após a implementação de Círculos Restaurativos em uma escola de ensino médio na Virgínia. Os

alunos relataram menos punições, menos contato policial, menos conflitos destrutivos entre colegas e melhores relacionamentos, além de aprimoramento no desempenho acadêmico e social.

Em um contexto diferente, Armour e Sliva (2018) investigaram a eficácia de um programa de justiça restaurativa para homens encarcerados. Os pesquisadores descobriram que o sucesso do programa estava fortemente relacionado à coesão do grupo, cuidado mútuo, cooperação, autenticidade e responsabilidade compartilhada. Significativamente, os autores observaram que as habilidades necessárias para se manter presente durante o conflito, fundamentais em um processo restaurativo, podem ser desenvolvidas através de treinamento em práticas como a Comunicação Não-Violenta (CNV).

Estes estudos, em conjunto, destacam o potencial transformador das práticas restaurativas em diversos contextos, desde o sistema de justiça até ambientes educacionais. Eles também apontam para a importância de habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal na eficácia dessas práticas, estabelecendo uma ponte natural para a discussão sobre Comunicação Não-Violenta, que será abordada na próxima seção.

1.2.4.4 Comunicação não-violenta

A Comunicação Não-Violenta (CNV) – ou comunicação autêntica, ou ainda, comunicação compassiva – propõe um processo de comunicação fundamentado na escuta empática, compreendida como um foco de atenção que tem por objetivo remover os bloqueios para a ação, lidar com conflitos e transformá-los em oportunidades de cocriação de ações e estratégias que atendam às necessidades presentes das pessoas e comunidades: “A CNV é uma integração de pensamento, linguagem e comunicação que nos aproxima de nossa natureza. Ajuda a nos conectar uns com os outros e, assim, retornar a um modo de viver verdadeiramente prazeroso, que é o de contribuir para o bem-estar comum” (Rosenberg, 2019, p. 29).

Marshall Rosenberg, psicólogo norte-americano criador da CNV, se dedicou a compreender duas questões: (1) o que acontece que nos desliga de nossa natureza compassiva, levando-nos a nos comportar de maneira violenta e baseada na exploração das outras pessoas? ; (2) o que permite que algumas pessoas permaneçam ligadas à sua natureza compassiva, mesmo nas circunstâncias mais penosas? (Rosenberg, 2006).

Foram essas perguntas que o levaram a se graduar em Psicologia (Ribeiro; Seibt, 2021). Durante o doutorado, conheceu professores que o influenciariam de forma decisiva: Michael Hakeem e Carl Ransom Rogers, que o inspiraram a organizar o que mais tarde viria a se tornar

um processo de interferência em situações de violência, levado para mais de 650 países para promover a reconciliação e a resolução pacífica de conflitos, inclusive em áreas de guerra (CNVC, 2020).

De acordo com Nousek (2012), a Comunicação Não-Violenta é baseada em uma visão de mundo segundo a qual todos os seres humanos compartilham as mesmas necessidades, compreendidas não como falta, mas como princípios e valores universais que motivam e sustentam as ações humanas e que, quando satisfeitos, permitem que a vida se manifeste em plenitude.

Para Nousek (2012), a Comunicação Não-Violenta proporciona um diálogo hábil e autêntico com os outros, embalado em um senso compartilhado de significado, e apoia, assim, o desenvolvimento de uma identidade significativa, formada através da compreensão do que existe além do eu. Essa abordagem dialógica contempla um senso compartilhado de significância – o valor das necessidades humanas, reconhecendo a incorporação de sujeitos humanos como um lugar para a emoção surgir e identificar as necessidades, aumentando a probabilidade de realização. Assim, abre possibilidades para um agir comunicativo no mundo da vida, com vistas ao entendimento e ao diálogo para atingir o bem-estar dos indivíduos, das famílias e das comunidades.

A CNV atua em três níveis: intrapessoal, interpessoal e sistêmico, todos interconectados e necessários para se promover mudanças que possam gerar mais tolerância, justiça e cuidado (Rosenberg, 2019). A dimensão social e política (sistêmica) é um elemento que caminha junto à dimensão da transformação pessoal e das relações entre indivíduos. Entretanto, tal dimensão é muitas vezes apagada, ficando a prática equivocadamente limitada a uma técnica que contribuiria para um funcionamento sem conflitos de estruturas autoritárias ou exploradoras, às quais Rosenberg (2019) denominava “gangues”.

O apagamento do aspecto sociopolítico da CNV parece ocorrer por uma maior concentração dos praticantes nas esferas intra e interpessoal. Rachele Lamb, treinadora em Comunicação Não-Violenta e ex-aluna de Rosenberg, conta:

Ouvi de pessoas próximas a Marshall em seus últimos anos que ele lamentava o fato de a CNV não estar produzindo a mudança social pela qual ele esperava e trabalhou ao longo de toda a sua jornada. Uma hipótese para isso é a de que a atração de muitas pessoas pela CNV está enraizada em um desejo de cura pessoal e autoaprimoramento (Lamb, 2018, p. 2).

Contudo, o histórico do trabalho de Rosenberg e suas afirmações contundentes em livros, oficinas e entrevistas sobre as estruturas de dominação revelam o pensamento de um

crítico social, que incentiva seus praticantes a considerarem o impacto que os valores da cultura dominante tiveram e continuam tendo sobre o mundo da vida.

Partindo do princípio de que, para haver compreensão e mobilização política, especialmente em estruturas de grupos, é preciso antes haver abertura ao diálogo e uma escuta empática de qualidade para encontrar os pontos de interseção entre os sujeitos, a CNV, enquanto tecnologia de convivência, propõe um processo baseado em quatro componentes: “1) observação; 2) sentimento; 3) necessidades; 4) pedido” (Rosenberg, 2006, p. 26), descritas como:

[1] As ações concretas que estamos observando e que afetam nosso bem-estar, atendo-se aos fatos e minimizando os julgamentos de valor;

[2] Como nos sentimos em relação ao que estamos observando;

[3] As necessidades, valores e desejos, atendidos ou não, que estão gerando nossos sentimentos;

[4] As ações concretas que pedimos para enriquecer nossa vida.

Entre as tecnologias de convivência alinhadas à cultura de paz para a gestão de conflitos, a Comunicação Não-Violenta é, portanto, a mais abrangente, uma vez que contém em si a prática da escuta qualificada e dos círculos restaurativos, prescindindo de uma ocasião formal para acontecer, como seria o caso da mediação. Essa característica permite que a CNV seja aplicada em larga escala, em diversos contextos, com um conhecimento básico dos praticantes sobre os seus fundamentos.

A pesquisa empírica sobre o uso de Comunicação Não-Violenta nos últimos dez anos, dentro da área da Psicologia, ainda é limitada, embora publicações tenham documentado seu uso bem-sucedido em vários ambientes globalmente. Estes estudos abrangem diversas áreas de aplicação, incluindo contextos educacionais, ambientes corporativos, comunidades minoritárias e, principalmente, grupos de pacientes, estudantes e profissionais de saúde.

No âmbito educacional, Baesler e Lauricella (2014) avaliaram a eficácia do ensino de um curso de Comunicação Não-Violenta e Paz, relatando mudanças modestas na direção prevista de maior paz em três áreas: definições de paz, crenças e comportamentos pacíficos, e lembrança de modelos de papel de paz. Fitzgerald (2019) explorou uma atividade de diálogo baseada em CNV para estudantes universitários, integrando-a com práticas contemplativas e podcasts para promover a escuta profunda e o diálogo entre pessoas com diferentes crenças políticas.

Koopman e Seliga (2021) aplicaram a CNV para conversas difíceis em salas de aula universitárias, explicando sua eficácia na promoção de empatia e na construção de conexões

entre diferenças. O estudo mostrou que, mesmo iniciantes em CNV, os alunos conseguiam discutir temas polarizadores mantendo o respeito mútuo. Na educação pública brasileira, um estudo de Pereira e colegas (2024) traz a experiência da escuta ativa, ações de enfrentamento à violência e práticas de CNV para combater situações violentas na comunidade escolar.

Em contextos de gestão de conflitos, Dzaferovic (2012) analisou a importância da implementação da assertividade e da comunicação não-violenta na vida cotidiana, especialmente em situações de conflito. O estudo enfatiza o papel do professor moderno na educação dos alunos para tomar ações adequadas nesse contexto.

No ambiente corporativo, Kalabria e Kempfer (2020) desenvolveram um estudo prático sobre a implementação da CNV, observando resultados positivos na melhoria da comunicação entre líderes e liderados, refletindo em melhores resultados organizacionais.

Em relação a comunidades minoritárias, McMahon e Pederson (2020) investigaram o impacto de um programa de justiça restaurativa baseado em CNV para jovens envolvidos com o sistema de justiça juvenil. Os participantes relataram crescimento em empatia, confiança e habilidades de resolução de conflitos. Murphy (2022) explorou o uso da CNV para construir práticas culturalmente competentes com minorias sexuais e de gênero, propondo a implementação do processo de Comunicação Não-Violenta em ambientes clínicos para construir confiança entre essas minorias e provedores de cuidados.

Avichail e colegas (2024) exploraram o impacto da intervenção de CNV na participação real de membros de grupos favorecidos em ações coletivas em nome de grupos externos desfavorecidos. Os pesquisadores conduziram um estudo no contexto do conflito palestino-israelense, explorando o impacto da intervenção de Comunicação Não-Violenta na participação de membros de grupos favorecidos em ações coletivas baseadas na solidariedade (*Solidarity-Based Collective Action – SBCA*) em nome de grupos externos desfavorecidos. Em um estudo de campo longitudinal experimental com 220 judeus israelenses, os resultados indicaram que os participantes capacitados em CNV apresentam uma tendência maior de se envolver em atividades de SBCA seis semanas após a intervenção, em comparação com o grupo de controle. A intervenção CNV afetou tanto a esperança quanto a empatia, mantendo níveis mais altos de esperança seis semanas após a intervenção e aumentando a empatia imediatamente após. Este achado sugere que, em contextos de conflito prolongado, cultivar a esperança pode ser tão ou mais importante quanto desenvolver empatia para promover ações solidárias entre grupos em conflito.

Na área da saúde, diversos estudos foram conduzidos. Rosenberg e Molho (1998) discutiram a importância da CNV para profissionais de saúde, especialmente aqueles que lidam

com pacientes com doenças crônicas. Tucker e Hoying (2023) discutem a importância da escuta ativa e da empatia para médicos clínicos que são expostos frequentemente a situações de trauma dos seus pacientes, o que leva à fadiga, estresse, esgotamento e conflitos. Museux e colegas (2016) examinaram os efeitos do treinamento em CNV na colaboração interprofissional de equipes de assistência, encontrando melhorias na competência individual e de grupo. Jung, Lee e Park (2023) avaliaram os efeitos do treinamento em CNV para a autoaceitação junto a um grupo de estudantes de Enfermagem coreanos.

Nosek (2012) fez um paralelo teórico entre a ética da autenticidade e a CNV, argumentando que a CNV facilita a recuperação da ética da autenticidade no contexto dos profissionais de saúde. Nosek, Gifford e Kober (2014) mostram que o treinamento em CNV aumentou a empatia em estudantes de enfermagem, com impacto positivo especialmente notado ao trabalhar com pacientes psiquiátricos.

Epinat-Duclos e colaboradores (2021) avaliaram o impacto do treinamento em CNV nas habilidades de empatia de estudantes de medicina franceses, encontrando um aumento significativo na pontuação da Escala de Empatia Médica de Jefferson três meses após o treinamento. Yang e Kim (2021) avaliaram um programa de habilidades de comunicação baseado em CNV para alcoólatras internados, observando melhorias na empatia, expressão da raiva, competência de comunicação e autoeficácia na abstinência de álcool. Em 2022, os mesmos autores desenvolveram um programa de treinamento de habilidades de comunicação on-line baseado em CNV para estudantes de enfermagem, onde encontraram níveis significativamente mais altos de empatia, habilidades de comunicação e autoeficácia em comparação ao grupo de controle (Yang; Kim, 2022). Em Roterdã, na Holanda, um estudo similar foi realizado por Miedema, Francke e Relofs (2022). Segundo os autores, estudantes de enfermagem frequentemente vivenciam comportamento ofensivo e problemas de comunicação com pacientes, supervisores, equipes hospitalares e professores. Um treinamento de Comunicação Não-Violenta foi desenvolvido com base na conexão para prevenir e gerenciar conflitos e construir relacionamentos interpessoais baseados em confiança. Os resultados da pesquisa mostram uma melhora significativa na autocompaixão e diminuição do autojulgamento, enquanto o grau de empatia e a exposição à violência não mudaram.

Bakker e colegas (2022) realizaram um estudo de viabilidade sobre a implementação de um treinamento baseado em comunicação de conexão em um currículo de enfermagem, observando melhorias significativas na autocompaixão e diminuição do autojulgamento dos participantes. Por fim, Kim e Jo (2022) investigaram os efeitos de um programa de CNV em estudantes dessa mesma disciplina, constatando níveis mais baixos de raiva primária e

secundária, e níveis mais altos de empatia e eficácia da comunicação no grupo que recebeu a intervenção.

A maior parte desses estudos se concentrou em avaliar o desenvolvimento de habilidades de comunicação e empatia entre os sujeitos a partir da aplicação de treinamentos em CNV, com resultados que, de modo geral, apontam para uma percepção de melhoria na comunicação entre colegas ou entre profissionais e pacientes, aumento dos níveis de empatia por si e nas relações interpessoais, além de maior colaboração entre os membros dos grupos para a tomada de decisões e gestão de conflitos.

A eficácia do aprendizado dessas habilidades tem sido investigada, embora de forma ainda muito incipiente. Korlipara e Shah (2022) avaliaram a eficácia de um programa de treinamento em Comunicação Não-Violenta e seu impacto, desafios, aplicabilidade ao contexto do trabalho e sustentabilidade prática, avaliando os fatores que influenciam a retenção e aplicação das habilidades adquiridas durante o treinamento após três meses de conclusão do programa. Como resultado, verificaram que o treinamento criou uma mudança sustentável na perspectiva e no comportamento dos participantes. No entanto, descobriram que o aprendizado e a aplicação das habilidades da CNV dependem de fatores individuais e contextuais. O papel do facilitador do treinamento foi considerado crucial na criação de espaços seguros para o compartilhamento aberto e a prática efetiva. Para os participantes, a CNV foi considerada mais fácil de aplicar a contextos de relacionamentos pessoais. Porém, em um contexto de trabalho, considera-se que haja um grande potencial para criar resultados em nível organizacional e comunitário.

Nosek (2012) faz um paralelo teórico entre a ética da autenticidade, do filósofo canadense Charles Taylor, e a CNV. A pesquisadora lembra que Taylor defende uma recuperação da ética da autenticidade, que teria sido distorcida nas noções modernas de autonomia e autorrealização. Por meio de trocas com outros que são importantes para nós, o filósofo acredita que as identidades humanas se desenvolvam através do uso de uma linguagem rica, envolta em horizontes compartilhados de significado. A promoção desses laços dialógicos para além dos propósitos puramente instrumentais, juntamente com o reconhecimento da dignidade humana em todos, poderia evitar a queda do ideal de autenticidade. Para Nosek, a Comunicação Não-Violenta proporciona este diálogo hábil com os outros, embalado em um senso compartilhado de significado, e apoia o desenvolvimento de uma identidade significativa, formada através da compreensão do que existe além do eu.

Quando o foco é colocado sobre defensores de direitos humanos e ativistas socioambientais, é importante ressaltar que, assim como profissionais de saúde e de outras áreas

destinadas ao cuidado, são pessoas que estão sujeitas a serem afetadas pela chamada fadiga por compaixão:

Fadiga por compaixão é uma síndrome de exaustão biológica, psicológica e social que pode acometer indivíduos que liberam energia psíquica, em forma de compaixão, a outros seres (humanos ou animais) por um período de tempo, sem se sentirem suficientemente recompensados. Em termos simples, é um esvanecimento crônico do cuidado e da preocupação com o outro devido ao uso excessivo dos sentimentos de compaixão (Barbosa; Moreira, 2014, p. 316).

Tal síndrome afeta principalmente atividades nas quais o contato com quem sofre é inevitável e parte do cotidiano de trabalho. Esses profissionais e voluntários são mais vulneráveis não só porque lidam diretamente com pessoas ou seres em sofrimento, mas porque a empatia e a compaixão são elementos essenciais para a realização eficaz de suas atividades, como é o caso das lideranças de organizações sociais. Uma forma de prevenir o estresse causado por esses encontros exigentes seria o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais para gerenciar com eficácia as interações com assistidos, colegas e lideranças.

Wacker e Dziobek (2016) investigaram os efeitos de um treinamento em CNV dentro de uma organização pública para avaliar sua eficácia na prevenção do sofrimento empático e de fatores que provocam estresse social junto a profissionais de saúde. Um grupo participou de um treinamento de CNV durante três dias e respondeu a questionários antes e três meses após o treinamento, além de passar por uma observação de habilidades de comunicação. O estudo identificou maior habilidade de comunicação em participantes do treinamento, evidenciada pelo aumento do comportamento de verbalização de emoções e uso aprimorado de CNV no trabalho. A angústia empática diminuiu e um aumento de estresse social no trabalho foi impedido pela verbalização aprimorada da emoção. Os resultados parecem sugerir que o treinamento em CNV pode ser um meio eficaz para promover habilidades emocionais e interpessoais e prevenir sofrimento empático e social no trabalho em indivíduos que atuam em ambientes socioemocionalmente desafiadores, além de indicar que a habilidade de comunicação não-violenta pode ser treinável de forma sustentável.

Por extensão, observa-se que, assim como ocorre com profissionais de saúde, determinados processos psicológicos, como o *burnout*, dificultam o ativismo, ameaçando a mudança social. Vandermeulen e colegas (2022) sugerem que o ajuste emocional percebido, ou seja, a percepção de emoções em comum compartilhadas pelos membros do grupo – especialmente os desfavorecidos – pode minimizar ou evitar o esgotamento do ativista, mitigando os efeitos deletérios do estresse associado à participação em ações coletivas. Para persistirem no propósito, os membros do grupo devem receber informações sociais que apoiem

suas percepções sobre seu ambiente e validem as avaliações de um ambiente compartilhado. Assim, a afinidade emocional cria um apoio social percebido que pode redefinir as dificuldades, facilitando o enfrentamento de desafios em grupo e promovendo a ação coletiva.

Corroborando essa visão, Medeiros e Noronha (2018) ressaltam que, no contexto da ação política, a alteridade é um elemento necessário à constituição do agir comunicativo e dialógico: “o outro é a base para se conquistar a liberdade que o oprimido tanto almeja, já que ‘ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão’” (Freire, 1987, p. 52 *apud* Medeiros; Noronha, 2018, p. 29). Assim, a ação comunicativa dialógica se realiza na comunhão com o outro que, também trazendo sua experiência, constrói uma nova visão nessa troca de saberes, em um constante diálogo para transformação da realidade.

O que os estudos existentes ainda não investigaram, contudo, é se e como o aprendizado de habilidades dialógicas como a Comunicação Não-Violenta, que se propõe a facilitar a identificação e expressão de emoções de forma autêntica, poderia impactar a gestão de conflitos entre membros de grupos ativistas e, assim, potencializar a sustentabilidade de suas ações e seu poder de articulação social. É esta lacuna científica (Sandberg; Alvesson, 2011) que a presente pesquisa procurou preencher, a partir da percepção dos próprios ativistas sobre o aprendizado dessa forma de dialogar. A lacuna que encontramos nos leva, portanto, à questão central de pesquisa, apresentada a seguir.

2 QUESTÃO DA PESQUISA

A partir dos campos da Comunicação e da Psicossociologia, esta pesquisa investiga o potencial da Comunicação Não-Violenta (CNV) como tecnologia de convivência na gestão de conflitos interpessoais em grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos. A questão central que norteou esta investigação é: **como a aprendizagem da Comunicação Não-Violenta (CNV) contribui para a gestão de conflitos, o diálogo interno e a articulação sociopolítica de grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos?**

Para aprofundar a análise, este estudo também abordou as seguintes questões secundárias:

- Como os ativistas participantes percebem a eficácia da CNV na gestão de conflitos e na melhoria do diálogo interno e externo em seus grupos?
- Que mudanças na convivência entre os membros do grupo e na forma de lidar com conflitos podem ser observadas após o treinamento em CNV?
- De que maneira o diálogo proposto pela CNV pode facilitar a articulação sociopolítica do grupo junto a atores sociais e poderes públicos relacionados à sua área de atuação?

2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa foi, portanto, o de compreender como a aplicação da Comunicação Não-Violenta (CNV), enquanto tecnologia de convivência, impacta a dinâmica relacional e a atuação política de um grupo de ativistas socioambientais e de direitos humanos. Para alcançar esse objetivo geral, a pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar as percepções dos ativistas sobre a efetividade da CNV na gestão de conflitos interpessoais, identificando as principais mudanças percebidas nas relações dentro do grupo.
- Identificar e descrever as estratégias e ferramentas da CNV utilizadas pelos ativistas para lidar com conflitos e promover o diálogo interno.
- Avaliar como o aprendizado da CNV influencia a comunicação do grupo com atores externos (públicos, outras organizações etc.) em seus processos de articulação sociopolítica.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão de conflitos alinhada à cultura de paz para a promoção de uma convivência fortalecedora do grupo parte, essencialmente, da abertura dos membros ao diálogo autêntico e construtivo, com acolhimento e respeito aos diversos pontos de vista. Estudiosos em Filosofia e Comunicação têm pesquisado largamente ao longo dos anos sobre as formas de envolvimento que podem possibilitar engajamentos transformadores. A complexidade das interações humanas, especialmente em contextos de conflito e ativismo socioambiental, demanda um referencial teórico capaz de abarcar as múltiplas dimensões da comunicação e da produção de sentidos.

Nesta pesquisa, aplicamos conceitos da teoria da Ecologia dos Sentidos (Campos, 2015; 2023) para orientar nossa análise. A teoria parte de uma abordagem construtivista-crítica da comunicação ao integrar as dimensões cognitiva, afetiva e ético-moral dos processos psicossociais. Destaca-se ainda por sua capacidade de analisar a complexidade das trocas comunicativas, considerando não apenas os aspectos verbais, mas também as múltiplas linguagens e contextos que influenciam a produção de sentidos.

Inspirada na epistemologia genético-histórica de Piaget, na teoria da esquematização comunicativa de Grize e na ética discursiva de Habermas, a Ecologia dos Sentidos propõe um olhar holístico sobre os processos comunicativos de ordem psicossocial. Esta perspectiva nos permite examinar como os indivíduos coconstroem sentidos e estabelecem relações em seus contextos sociais, considerando, de um lado, a subjetividade a partir do exame das estruturas cognitivas e afetivas do sujeito, assim como da capacidade das pessoas de julgar ético-moralmente e, de outro lado, o mundo social. Ademais, para se compreender as relações entre sujeitos, grupos, sociedades, segundo a Ecologia dos Sentidos, é preciso ainda levar em consideração que as interações progressivas que ocorrem ao longo do tempo sofrem os efeitos de mediações multilínguas (linguagem, ferramentas analógicas e digitais etc.) e se dão em meios naturais específicos que determinam as condições materiais de sua existência e modelam os universos das trocas, produzindo configurações de sentidos. As configurações de sentidos são, pois, mais do que simples representações individuais e/ou sociais, mas os sentidos dos universos existenciais de pessoas, grupos e sociedades, ancorados em percursos e histórias bem determinadas.

3.1 A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ECOLÓGICO

Segundo a Ecologia dos Sentidos, a comunicação é um processo ecológico psicossocial que produz sentidos por meio da cognição, da afetividade, do juízo moral e da cultura (ética e política), em uma dinâmica permanente de satisfação e insatisfação a partir da relação com o outro e das trocas em um dado contexto ambiental, sociopolítico e econômico. Para Campos (2015), que integra na Ecologia dos Sentidos o modelo de troca de valores de Piaget com a visão social de Habermas, a complexa rede de relações entre as pessoas e os grupos que se superpõem são como jogos de poder, em que se busca satisfação afetiva e intelectual.

A partir do atingimento da satisfação ou da insatisfação individual ou social, produz-se sentidos diferentes, de acordo com os contextos territoriais e histórico-culturais. A comunicação seria, assim, uma “transdisciplina cujo fundamento é a ética que emerge das tensões entre a possibilidade da cooperação ou da coação” nas relações (Campos, 2015, p. 982). Atos mais intensamente cooperativos ocorreriam em situações nas quais as pessoas, grupos e sociedades estão em posições equivalentes, ou são consideradas supostamente iguais e podem atuar com autonomia. Atos mais intensamente coativos surgiriam em contextos heterônomos nos quais as pessoas, grupos e sociedades não estão em condições de igualdade, ou não são consideradas como tal e, portanto, estariam subordinadas ou sendo manipuladas por pessoas em posição de autoridade. Dessa forma, as trocas estabelecidas na comunicação são essencialmente éticas, podendo fluir na direção de diálogos profícuos ou de desconfortos, conflitos e até confrontos violentos (Campos, 2023).

Um aspecto fundamental dessa abordagem é a compreensão da comunicação como um fenômeno que vai além da linguagem verbal. Campos (2007; 2015; 2017) enfatiza a importância de considerar múltiplas formas de expressão e linguagens na análise dos processos comunicativos. Isso inclui não apenas a fala e a escrita, mas também gestos, expressões corporais e outras formas de interação não verbal que contribuem para a produção de sentidos.

Central à teoria da Ecologia dos Sentidos é o conceito de "naturecultura", proposto por Campos (2023, p. 132). Este termo sintetiza a ideia de que natureza e cultura são elementos indissociáveis na produção de sentidos. Segundo esta perspectiva, os processos comunicativos emergem da interação contínua entre as capacidades biológicas dos indivíduos e os contextos culturais em que estão inseridos. Campos (2023) ressalta que a comunicação, como motor do processo ecológico, é profundamente influenciada pelos contextos territoriais, sociais e políticos em que ocorre. Esses fatores ambientais moldam as trocas comunicativas e a produção de sentidos, criando uma rede complexa de interações entre o indivíduo e seu meio.

É fundamental destacar que a Ecologia dos Sentidos reconhece a importância do contexto ambiental na análise da comunicação. Campos (2023) argumenta que o ambiente – em suas esferas territorial, social e política – exerce influência significativa sobre as trocas comunicativas e a produção de sentidos. As condições materiais de existência, as relações de poder, as normas culturais e os eventos históricos moldam a forma como os indivíduos se comunicam e interpretam o mundo.

Para aprofundar a compreensão da dinâmica entre essas dimensões, a Ecologia dos Sentidos se apoia em certos conceitos precisos do modelo da troca de valores de Jean Piaget e da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas.

3.1.1 O modelo de troca de valores de Piaget

Piaget (1973), em seus estudos sobre o desenvolvimento moral, propõe um modelo de troca de valores que explica a gênese das normas e a construção da moralidade. Segundo esse modelo, as interações sociais se baseiam em trocas de valores, que podem ser materiais e/ou simbólicas. Essas trocas geram sentimentos de satisfação ou insatisfação, que por sua vez influenciam a forma como os indivíduos se relacionam e constroem seus juízos morais.

O autor argumenta que a moralidade se desenvolve a partir da interação entre dois tipos de respeito: o respeito unilateral e o respeito mútuo (Piaget, 1973). O respeito unilateral se baseia na assimetria de poder entre indivíduos, como na relação entre pais e filhos ou professores e alunos. Nesse tipo de relação, as normas são impostas por figuras de autoridade e a obediência é esperada sem questionamento. O respeito mútuo, por outro lado, emerge de relações entre pares, em que os indivíduos se reconhecem como iguais e colaboram na construção de normas e valores compartilhados.

A dinâmica cooperativa e coativa nas relações interpessoais, central na Ecologia dos Sentidos, se conecta diretamente com o modelo de Piaget. As trocas cooperativas, baseadas no respeito mútuo, geram sentimentos de satisfação, confiança e autonomia, favorecendo o desenvolvimento de relações mais igualitárias e justas. As trocas coativas, por outro lado, marcadas pelo respeito unilateral e pela imposição de poder, tendem a produzir insatisfação, ressentimento e heteronomia, perpetuando relações de dominação e desigualdade.

Piaget (1973) destaca também a importância da "substituição recíproca das escalas de valores" para a construção da moralidade autônoma. Esse processo ocorre quando os indivíduos, em relações de respeito mútuo, se esforçam para compreender e integrar os valores do outro, buscando soluções que atendam às necessidades de todos os envolvidos. A

substituição recíproca das escalas de valores é fundamental para a superação do egocentrismo e do sociocentrismo e para o desenvolvimento da empatia e da solidariedade.

3.1.2 A teoria do agir comunicativo de Habermas

A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas (1989), por sua vez, oferece uma análise crítica das trocas sociais que tem paralelos com o modelo de comunicação que complementa e amplia o modelo de Piaget. Habermas compreende as relações sociais como um sistema aberto onde interagem as expressões fenomenológicas dos sujeitos com a organização político-administrativa e econômica das sociedades. Nessas trocas sistêmicas, a comunicação é um elo que pode se constituir ético-moralmente de acordo com a natureza das relações. Ela pode se orientar tanto por uma racionalidade comunicativa autêntica como instrumental. A comunicativa busca o entendimento mútuo e a construção de consensos por meio do diálogo. Essa racionalidade se contrapõe à instrumental, que visa alcançar objetivos específicos por meio da manipulação e do controle.

Habermas identifica, pois, dois tipos principais de ação social: a ação comunicativa e a ação estratégica (1989). A ação estratégica se orienta pela lógica da eficiência e busca alcançar objetivos individuais, utilizando a comunicação como um instrumento para influenciar o comportamento das outras pessoas. A ação comunicativa, por outro lado, se baseia na busca pelo entendimento mútuo e na construção de acordos por meio do diálogo livre e igualitário.

A teoria de Habermas, integrada na Ecologia dos Sentidos, destaca a importância do diálogo para a construção de relações éticas. A comunicação autêntica e empática, baseada na racionalidade comunicativa, permite aos indivíduos se reconhecerem mutuamente como sujeitos de direitos e responsabilidades, criando um espaço para a negociação de conflitos e a construção de soluções justas e equitativas.

O paralelo entre o modelo de Piaget e a teoria de Habermas se torna evidente ao analisarmos a dinâmica cooperativa e coativa nas relações interpessoais. As trocas cooperativas, baseadas no respeito mútuo e na busca pelo entendimento, se aproximam da ação comunicativa proposta por Habermas, enquanto as trocas coativas, marcadas pela imposição de poder e pela manipulação, se assemelham à ação estratégica.

Contudo, é relevante considerar as reflexões do autor sobre o que ele denomina "esgotamento das energias utópicas" e a "crise do estado de bem-estar social". (1987, p. 105) argumenta que as sociedades ocidentais contemporâneas enfrentam um declínio nas energias utópicas que historicamente impulsionaram movimentos de mudança social. Esse fenômeno se manifesta em paralelo à crise do estado de bem-estar social, caracterizada pelo enfraquecimento

das instituições públicas e pela crescente descrença nas soluções coletivas para problemas sociais. Tais conceitos oferecem um pano de fundo crítico para a análise de novas abordagens de comunicação e ação social, como pretende a CNV, levantando questões sobre sua eficácia em promover mudanças sistêmicas em um contexto de desencanto com as utopias tradicionais e de crescentes desafios sociais.

A Ecologia dos Sentidos, ao integrar essas contribuições teóricas, oferece uma compreensão abrangente da comunicação humana, reconhecendo a interdependência entre as dimensões cognitiva, afetiva e ético-moral nas relações psicossociais. Essa perspectiva nos permite analisar a complexidade das trocas comunicativas, identificando os fatores que contribuem para a construção de relações mais justas, igualitárias e pacíficas.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A maior parte dos estudos sobre Comunicação Não-Violenta no campo da Psicologia, mapeados na revisão da literatura deste projeto, consistiu de grupos focais que passaram por intervenções com treinamentos na tecnologia de convivência e, em alguns casos, medições quantitativas e qualitativas pré e pós-treinamentos sobre seus efeitos, como em Rosenberg; Molho, 1998; Nosek, 2012; Museux *et al.*, 2016; Nosek; Gifford; Kober, 2014; Nosek; Maite, 2017; Epinat-Duclos *et al.*, 2021; Yang; Kim, 2021; Bakker, 2022; Kim, 2022 e Yang, 2022), entre outros.

Em nosso projeto, para avaliar como os preceitos da cultura de paz podem contribuir para a gestão de conflitos em grupos, a pesquisa consistiu em um estudo de caso, que acompanhou a capacitação de um grupo de defensores de direitos humanos e ativistas socioambientais em uma das tecnologias de convivência: a Comunicação Não-Violenta (CNV).

O estudo de caso buscou fazer emergir as percepções dos participantes do curso acerca das técnicas dialógicas aprendidas e seus efeitos sobre a qualidade das trocas em seus contextos sociais e na gestão de conflitos na relação entre pares, grupos e atores sociais com os quais interagem no dia a dia.

A capacitação que serviu como campo de estudo para esta pesquisa foi realizada pelo Instituto CNV Brasil, organização brasileira que afirma como propósito disseminar e promover a multiplicação da Comunicação Não-Violenta por meio de treinamentos realizados junto a organizações sociais, empresas e pessoas físicas, por facilitadoras certificadas pelo CNVC (*Center for Nonviolent Communication – cnvc.org*), fundado pelo sintetizador da CNV, PhD. Marshall Rosenberg. Desde 2020, o Instituto CNV oferece treinamentos de introdução e aprofundamento em Comunicação Não-Violenta para defensores de direitos humanos e ativistas socioambientais de organizações sociais apoiadas pela Misereor¹ em Angola, Brasil e Moçambique, com turmas de 25 a 30 participantes. Segundo o Instituto, esse projeto de capacitação de ativistas foi idealizado para atender a desafios mapeados junto a participantes de treinamentos anteriores, tais como a prevenção de fadiga da compaixão, depressão, síndrome de burnout, entre outras relacionadas ao exercício do ativismo social; melhorar as relações no ambiente de trabalho, sobretudo situações que gerem conflitos, desafios em tomadas de decisão e em encontrar caminhos de colaboração efetiva; recursos para lidar com a violência em

¹ Misereor é uma organização filantrópica alemã vinculada à obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação e o desenvolvimento, que há mais de 50 anos apoia projetos de luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina.

contextos de grupos vulneráveis e capacitar os participantes para a gestão e mediação de conflitos dentro das organizações e dos grupos por elas apoiadas (Instituto CNV Brasil, 2022).

A proposta do Instituto CNV Brasil no projeto para ativistas é oferecer dois ciclos de formação, de maneira remota, mediada pela plataforma de videoconferência Zoom, com duração de dois meses cada: ciclo 1 – Construindo Competências em Comunicação Não-Violenta; ciclo 2 – Trilhando Caminhos de Aprofundamento e Multiplicação da Comunicação Não-Violenta. Ao final dos dois ciclos, é esperado que os participantes estejam aptos a oferecer vivências e liderar iniciativas que consolidem a comunicação para a paz em suas atividades e junto às suas organizações e grupos apoiados. Como campo de estudo para esta pesquisa, acompanhamos de forma remota um dos ciclos de formação, o de aprofundamento, de uma turma de ativistas em direitos humanos.

4.1 MÉTODO

O projeto trata-se de um estudo de caso explicativo, com abordagem qualitativa. A pesquisa buscou colher as percepções de grupo sobre o processo de capacitação em Comunicação Não-Violenta e sua aplicação na gestão de conflitos, para verificar se os conhecimentos adquiridos geraram transformações acerca das impressões dos participantes sobre sua capacidade de gerenciar conflitos e desafios de convivência, tendo a CNV como um dos suportes para a melhoria das relações.

De acordo com Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O estudo de caso é uma investigação empírica bastante utilizada nas Ciências Sociais para examinar acontecimentos contemporâneos e responder questões do tipo “como” e “por que”, especialmente quando se tem pouco controle sobre os eventos e se exploram situações da vida real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Nesse método, é possível reunir sugestões indicativas de possíveis evidências e fontes de dados para descrever e explicar as múltiplas variáveis causais de determinado fenômeno. O protocolo de realização do estudo de caso, de acordo com Yin (2001), inclui a visão global do projeto, procedimentos de campo, determinação das questões que devem ser coletadas e o guia para a elaboração do relatório. A abordagem explicativa do estudo pretende identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. O autor afirma que esse é o

tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a motivação das coisas.

4.2 ESTRATÉGIA DE AMOSTRAGEM

Por se tratar de estudo de caso único sobre as percepções e processos de um grupo específico, a estratégia de amostragem utilizada foi a não probabilística por acessibilidade e conveniência, de acordo com a nossa facilidade de acesso ao Instituto, como ex-aluna e, por conseguinte, aos participantes do curso em questão, de acordo com as definições de amostragem conveniente (Jager; Putnick; Bornstein, 2017).

A amostragem não probabilística é constituída a partir de critérios do pesquisador e de uma escolha deliberada, ou seja, não faz uso de formas aleatórias de seleção de amostras e, portanto, não garante representatividade da população. Entre os tipos de amostragens não probabilística, está aquela por acessibilidade ou conveniência, quando o pesquisador tem acesso fácil e privilegiado a um determinado grupo para coleta dos dados, como é o nosso caso.

Minayo (2014) ressalta que, na pesquisa qualitativa, a amostragem não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, mas sim na vinculação significativa dos sujeitos com o problema investigado. Nesse sentido, a escolha dos participantes deve ser feita de forma a privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer.

Dessa forma, participaram do estudo pessoas inscritas no ciclo “Trilhando Caminhos de Aprofundamento e Multiplicação da Comunicação Não-Violenta” – a segunda etapa da formação promovida pelo Instituto CNV Brasil para ativistas no período entre 9 de agosto e 4 de outubro de 2023, que reuniu participantes do Brasil, Angola e Moçambique.

O esboço do projeto de pesquisa foi apresentado ao Instituto, com o pedido formal de acompanhamento da turma como observadora e, posteriormente, entrevistadora dos participantes, o que foi aceito pelas facilitadoras responsáveis. Foram enviados formulários de consentimento para a organização, para os participantes do curso e seus gestores.

4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Gil (2002) afirma que, em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois “vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel” (p. 41). Os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos, observação e análise de artefatos. Para conferir validade ao estudo, o autor recomenda que os

resultados do estudo de caso provenham da convergência ou da divergência de observações obtidas de múltiplas fontes de evidência.

O estudo de caso em questão é de modalidade qualitativa e contou com os seguintes instrumentos para coleta de dados:

- 1) na primeira fase (pré-curso), fizemos o levantamento de documentos acerca do curso e dos participantes, tais como projeto do curso, plano de aulas, programação dos encontros, materiais pedagógicos, perfil dos participantes e de suas organizações etc.;
- 2) na segunda fase, durante o curso, acompanhamos as aulas e observamos o processo ao longo da formação, com tomada de notas registradas em diário; a tomada de notas foi anonimizada, identificando apenas o gênero do participante.

Segundo Yin (2001), notas para estudos de caso são o componente mais comum de um banco de dados, e podem ser o resultado de entrevistas, observações ou documentos do pesquisador, agrupadas sob a forma de um diário ou de fichas catalográficas, organizadas e classificadas de forma acessível para que pessoas não incluídas no projeto possam recuperá-las facilmente depois, se necessário. Em tomada de notas de exposições orais, como foi o nosso caso, deve-se buscar distinguir o essencial do supérfluo, a partir da conexão com a questão de pesquisa, e se concentrar em palavras e ideias-chave, tom de voz, repetição de ideias, preservando o sentido da mensagem (Marconi; Lakatos, 2003).

Minayo (2014) destaca a importância da observação participante como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa. Segundo a autora, esta técnica permite ao pesquisador captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

Por fim,

- 3) na terceira fase, após o curso, fizemos entrevistas semiestruturadas com participantes e facilitadores do curso para coleta de percepções sobre o curso, possíveis impactos na maneira de lidar com conflitos e desafios de convivência e aprofundamento dos pontos mais relevantes para os objetivos da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas, conforme Gil (2002), são guiadas pela relação de pontos de interesse que o pesquisador explora, como algum tipo de roteiro que é flexibilizado ao longo da conversa, sem engessamentos. Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas

semiestruturadas combinam perguntas fechadas e abertas que favorecem as respostas espontâneas. A autora explica que este tipo de entrevista facilita a investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes, que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. O pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas de maneira próxima a uma conversa informal, na qual o informante tem liberdade para discorrer sobre o tema. Se necessário, o entrevistador pode direcionar a discussão para o assunto que interessa por meio de perguntas, para ajudar a recompor o contexto da entrevista.

Minayo (2014) ressalta que a entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Assim, quando realizamos uma entrevista, estamos captando não apenas informações, mas também reflexões do sujeito entrevistado sobre a realidade que vivencia.

Uma vez que o curso ocorreu de maneira remota e todo o processo de coleta de dados foi realizado virtualmente por vídeo e áudio através da plataforma Zoom, com posterior transcrição das falas, foram consideradas boas práticas de realização de entrevistas semiestruturadas mediadas por plataformas virtuais. Tais exemplos podem ser obtidos em Deakin e Wakefield (2014), Janghorban; Roudsari; Taghipour (2014) e Mann e Stewart (2001), que defendem ser possível fazer emergir intimidades, mesmo por meio de canais de comunicação on-line. Especificamente sobre o uso do Zoom, já há estudos sobre entrevistas de pesquisas qualitativas realizadas por meio da plataforma, que ganhou popularidade durante a pandemia de COVID-19 (Khan; Maceachen, 2022; Saavedra, 2022; Roberts; Pavlakis; Richards, 2021). Oliffe e colegas (2021) listam alguns benefícios derivados do uso do Zoom para entrevistas, como: um rico valor terapêutico, o conforto de se estar em casa, tanto para entrevistado e entrevistador, além dos custos reduzidos. Por outro lado, há também desafios, como um estado de presença diferente do encontro físico, instabilidade e flexibilidade para se ajustar às circunstâncias fora do controle e aos limites da tecnologia. Archibald e colegas (2019) levantaram percepções de pesquisadores e participantes sobre o uso da plataforma, com resultados que sugerem a viabilidade do Zoom como ferramenta para coleta de dados qualitativos devido à sua relativa facilidade de uso, custo-benefício, recursos de gerenciamento de dados e opções de segurança.

O grupo misto participou de sete encontros semanais, síncronos e remotos, que aconteceram via plataforma Zoom, de 15h às 18h. A turma contou com participantes de diversas regiões do Brasil, além de Angola e Moçambique e organizações apoiadas pela Misereor (ver nota 1), que atuam na defesa dos direitos humanos, da justiça socioambiental e da educação.

4.4 ANÁLISE DE DADOS

A estratégia de análise do estudo de caso se deu por triangulação dos dados coletados a partir dos documentos, das entrevistas e do diário de campo. De acordo com Yin (2001), a triangulação é uma técnica de análise que prevê um cruzamento de dados obtidos de fontes variadas, com o objetivo de correlacioná-los. Com relação, especificamente, à análise das entrevistas semiestruturadas, dos documentos e da tomada de notas, Duarte (2004) ressalta o risco de interferência da subjetividade do pesquisador, recomendando ter consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação, o que é feito nesta pesquisa, como estudiosa e praticante da CNV e observadora implicada no processo. Um dos maiores problemas na interpretação dos dados no estudo de caso deve-se à falsa sensação de certeza que o próprio pesquisador pode ter sobre suas conclusões.

Minayo (2014) enfatiza que a triangulação não é um método em si, mas uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares. A autora destaca que a triangulação permite uma maior validade dos dados e uma inserção mais aprofundada do pesquisador no contexto de onde emergem os fatos, as falas e as ações dos sujeitos.

4.4.1 A Ecologia dos Sentidos na análise dos dados

A aplicação da Ecologia dos Sentidos como referencial teórico para esta pesquisa se concentrou nas percepções dos participantes sobre suas interações cotidianas em seus contextos de atuação, indo além da mera avaliação da Comunicação Não Violenta como recurso dialógico ou da capacitação pela qual passaram. Nosso objetivo foi o de captar as nuances das experiências vividas pelos participantes fora do ambiente do curso, analisando como (e se) os conhecimentos adquiridos são aplicados em seus contextos sociais mais amplos.

Para isso, utilizamos conceitos específicos da Ecologia dos Sentidos, como os sentimentos ético-morais de satisfação/insatisfação e as trocas cooperativas/coativas (Campos, 2015; 2017). Estes conceitos nos auxiliarão a identificar potenciais sentidos a partir das falas dos participantes, especialmente no que diz respeito às trocas proporcionadas pela maneira de dialogar proposta pela CNV. Buscaremos avaliar nesta pesquisa se o estado de disponibilidade ao outro e a empatia potencialmente proporcionada pela escuta qualificada e pela comunicação autêntica – propostas pela CNV – seriam percebidos como propulsores do estabelecimento de uma qualidade de abertura ao diálogo com vistas a alcançar relações majoritariamente satisfatórias e cooperativas, alinhadas aos princípios da racionalidade comunicativa, que está

na base da Ecologia dos Sentidos, sobretudo em situações de conflito. A análise buscará, portanto, apreender das falas dos participantes indicadores de:

- Mudanças na percepção das interações cotidianas;
- Aplicação dos princípios da CNV em contextos fora do curso;
- Sentidos de satisfação ou insatisfação nas relações interpessoais;
- Evidências de trocas cooperativas ou coativas;
- Manifestações de acordos e valorização do outro.

O potencial deste referencial teórico para compreender a produção de sentidos em contextos de ativismo é particularmente relevante, pois nos permite examinar como os indivíduos constroem significados e estabelecem relações em ambientes muitas vezes marcados por tensões, desafios, violações de direitos e violência. Ao focar nas percepções dos participantes sobre a aplicação da CNV em seus contextos reais de atuação, podemos avaliar o potencial transformador desta tecnologia de convivência na promoção de uma cultura de paz e na gestão de conflitos.

Assim, os dados foram triangulados e analisados à luz de certos conceitos teóricos da Ecologia dos Sentidos, que se propõe a descrever o processo de comunicação em suas dimensões cognitiva e ético-moral, identificando as éticas presentes, sejam cooperativas ou coativas. Para isso, foram levadas em consideração as percepções dos participantes, fora do ambiente do curso, quanto aos sentimentos ético-morais de satisfação ou insatisfação em suas relações, a partir da prática dos conhecimentos adquiridos. Segundo a Ecologia dos Sentidos, trocas satisfatórias tendem a ser cooperativas e levar à autonomia, à crença de que as pessoas e relações são autênticas e sinceras. Já as trocas insatisfatórias tendem a ser coativas, como ocorrem em relações de poder, ambíguas e complexas, levando à heteronomia. Portanto, a análise buscou apreender das falas dos participantes potenciais sentidos de coação ou cooperação a partir das trocas proporcionadas por uma determinada maneira de dialogar proposta pela CNV. Um quadro de análise levando em consideração essas dimensões, aplicado aos dados, foi desenvolvido ao longo do processo de pesquisa.

Tabela 3 - Categorias de Análise

Categorias das Ecologias	Categoria Temática	Descrição
Integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Cooperação: Expressão de necessidades e busca por soluções compartilhadas	Esta categoria reflete momentos em que os participantes relatam experiências de diálogos construtivos, onde as necessidades de todos os envolvidos são consideradas e há uma busca por soluções que atendam a todos. Sugere a capacidade de se conectar com o outro de forma empática, buscando compreender suas motivações e encontrar caminhos que promovam o bem-estar coletivo.
Integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Coação: Imposição de poder e desconsideração de necessidades	Engloba situações em que há uma dinâmica de poder desigual, resultando na imposição de vontades ou na desconsideração das necessidades de alguns membros do grupo. Representa a dificuldade em se comunicar de forma autêntica e respeitosa, impondo suas próprias necessidades e expectativas sem levar em conta as perspectivas dos outros.
Prevalência de aspectos afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Transformação Pessoal: autoconhecimento, empatia e expressão autêntica	Refere-se às mudanças percebidas pelos participantes em sua forma de se comunicar e se relacionar após o aprendizado da CNV. Inclui maior autoconsciência, capacidade de escuta empática e expressão autêntica. Sugere o impacto da CNV no desenvolvimento pessoal, promovendo uma comunicação mais consciente, compassiva e conectada com as próprias necessidades e as dos outros.
Prevalência de aspectos cognitivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Desafios na aplicação: resistências internas, hábitos e complexidade da CNV	Engloba as dificuldades encontradas pelos participantes ao tentar implementar a CNV no dia a dia, como resistências internas e externas, e a necessidade de sair do "piloto automático". Evidencia os obstáculos na aplicação da CNV, como a dificuldade em mudar padrões de comunicação arraigados, a complexidade da prática em situações desafiadoras e a necessidade de integrar a CNV como um estilo de vida, e não apenas como uma técnica.

Integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Gestão de conflitos: diálogo, mediação e busca por soluções criativas	Aborda como a CNV é utilizada para lidar com situações de conflito dentro das organizações, incluindo processos de diálogo e abordagens restaurativas. Sugere a aplicação da CNV na resolução de conflitos, promovendo a escuta empática, a identificação de necessidades e a busca por soluções que atendam a todos os envolvidos.
Integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Colaboração e diálogo: construção de relações mais harmônicas e respeitadas	Refere-se à percepção de como a CNV melhora a colaboração entre membros do grupo, promovendo um ambiente mais harmonioso e facilitando o diálogo entre diferentes gerações e perspectivas. Evidencia o impacto da CNV na construção de relações mais saudáveis e colaborativas, promovendo a comunicação respeitosa, a compreensão mútua e a busca por soluções que beneficiem a todos.
Integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Impacto social e sistêmico: transformação cultural, política e socioambiental	Refere-se à percepção dos participantes sobre como a CNV pode promover mudanças mais amplas na sociedade, incluindo transformações culturais, políticas e socioambientais. Sugere a crença no potencial da CNV para gerar impacto social, promovendo a justiça social, a igualdade, o respeito à diversidade e a sustentabilidade.
Prevalência de aspectos afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Saúde mental e autocuidado: lidando com os desafios emocionais do ativismo	Engloba a percepção da CNV como um recurso para lidar com os desafios emocionais e de saúde mental enfrentados pelos ativistas em seu campo de atuação. Evidencia a importância da CNV para o bem-estar psicológico dos ativistas, promovendo a autocompaixão, a resiliência emocional e a capacidade de lidar com o estresse e a exaustão.
Prevalência de aspectos cognitivos e de juízo ético-moral produtores de cultura	Mudança de Paradigma: superando a lógica do certo e errado, da competição e da punição	Refere-se ao desafio e à consciência necessária para promover a mudança de padrões de comunicação e relacionamento propostos pela CNV. Sugere a necessidade de superar a lógica do certo e errado, da competição e da punição, para construir relações baseadas na colaboração, na empatia e na busca por soluções que beneficiem a todos.

A análise temática, como técnica de análise de conteúdo, nos permitiu identificar, analisar e interpretar padrões de significados (temas) presentes nos dados coletados, buscando compreender como os participantes percebem a CNV e seus impactos em suas interações cotidianas. O processo de análise, conforme sugerido por Minayo (2014), se deu em três etapas:

- Pré-análise: leitura flutuante do material, organização do corpus, formulação de hipóteses e objetivos.
- Exploração do material: codificação dos dados, recorte em unidades de registro, classificação e agregação em categorias temáticas.
- Tratamento dos resultados e interpretação: análise dos temas emergentes, buscando relações, padrões e significados, com base no referencial teórico da Ecologia dos Sentidos.

Minayo (2014) ressalta que essas etapas não são estanques e podem se sobrepor, sendo importante que o pesquisador mantenha uma postura flexível e criativa durante todo o processo de análise.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos através da análise de documentos e das entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes do curso. A análise foi conduzida utilizando o referencial teórico da Ecologia dos Sentidos, que nos permite examinar os processos comunicativos em suas dimensões cognitiva, afetiva, ético-moral e cultural. Inicialmente, identificamos categorias temáticas emergentes a partir das falas dos participantes. Em seguida, analisamos essas categorias à luz da teoria, considerando as trocas cooperativas (satisfação) e coativas (insatisfação) relatadas pelos entrevistados. Este processo nos permitiu uma compreensão mais profunda de como a Comunicação Não-Violenta é percebida e aplicada pelos ativistas em diferentes contextos e situações.

5.1 ANÁLISE DOCUMENTAL: DA TEORIA À PRÁTICA

A análise dos resultados se beneficia da triangulação de dados, uma técnica que permite correlacionar informações obtidas de diferentes fontes para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenômeno estudado. Nesta seção, integramos os insights obtidos a partir do material do curso, do diário de campo e das entrevistas semiestruturadas, buscando convergências e divergências que enriqueçam nossa compreensão sobre o impacto da Comunicação Não-Violenta na gestão de conflitos em grupos de ativistas socioambientais.

5.1.1 O Processo de Formação em CNV

Os participantes da pesquisa participaram do curso de formação em CNV, promovido pela Associação CNV Brasil, estruturado em dois ciclos: "Trilhando Caminhos de Aprofundamento e Multiplicação da Comunicação Não-Violenta". Cada ciclo contou com uma carga horária total de 48 horas de aulas, complementadas por 14 horas de encontros de prática orientados.

A formação iniciou-se com um curso de abertura de 12 horas, dedicado à apresentação dos fundamentos do curso e à promoção da integração entre os participantes. O material didático incluiu uma apostila com conteúdo e exercícios, e os participantes foram organizados em grupos empáticos para acompanhamento mútuo durante cada ciclo. Um grupo empático é uma dinâmica de escuta e fala entre duas ou mais pessoas que praticam a Comunicação Não-Violenta e se encontram regularmente – presencial ou virtualmente – com o objetivo de praticar

os conceitos propostos pela CNV, exercitando a escuta ativa e a compreensão de possíveis necessidades que estão por trás dos sentimentos e histórias compartilhadas.

No Ciclo 1, o foco esteve na construção dos pilares Conhecer e Viver a Comunicação Não-Violenta, e os participantes foram principalmente orientados e acompanhados na construção de um novo lugar relacional e novos hábitos conversacionais.

No Ciclo 2 – que foi acompanhado pela pesquisa – a proposta do projeto seria dar ênfase no pilar da Multiplicação da CNV. Os participantes seriam convidados a planejar e executar um projeto pessoal de compartilhamento de algum aspecto da Comunicação Não-Violenta que fosse relevante para o dia a dia de sua atuação e organização para a qual contribui.

Ao final dos ciclos de formação, os participantes foram orientados a seguirem nos grupos de prática, e convidados a estarem nos círculos empáticos promovidos pelo Instituto CNV Brasil, de forma a seguirem encontrando apoio e recursos que garantissem a sustentabilidade de suas iniciativas e autonomia em seus caminhos de multiplicação.

Os encontros alternavam entre sessões de três horas para exposição de conteúdos e vivências, e encontros de duas horas dos grupos empáticos, com orientações prévias para exercícios práticos. Além disso, uma plataforma virtual foi disponibilizada com um fórum para perguntas, respostas e compartilhamento de experiências, monitorado semanalmente pela Associação CNV Brasil.

Os roteiros dos encontros, de modo geral, seguiram uma estrutura que incluiu:

- Abertura com breve momento de centramento, por meio de exercícios de atenção plena;
- “Check-in” em pequenos grupos – em salas privadas do Zoom –, para os participantes trocarem percepções sobre seu momento presente, sempre com um direcionamento temático;
- Abordagem teórica e discussão, com a revisão e aprofundamento de conceitos não só da CNV, trabalhados no primeiro ciclo, mas também de princípios filosóficos da não-violência e da alteridade. As discussões abrangeram reflexões sobre paradigma da dominação vs. paradigma da parceria, estratégias para atender à necessidade de descanso e reconhecimento dos ativistas, visões críticas sobre empatia e violência, uso punitivo e protetivo da força, conflitos, expressão autêntica, conexão e relacionamentos.
- Exercícios práticos em pequenos grupos, com exemplos e dinâmicas diversos;
- Compartilhamento das percepções e encerramento.

O material do curso, composto por slides, apresentou os conceitos fundamentais da CNV, com ênfase nos quatro componentes: observação, sentimento, necessidade e pedido. Os exercícios práticos focaram no desenvolvimento da escuta empática e da expressão autêntica.

Um dos exercícios centrais realizados durante o curso foi o "Processo de Três Cadeiras", uma técnica simulada de mediação de perspectivas para facilitar conversas difíceis e a busca por soluções que atendam às necessidades de todas as partes envolvidas em um conflito, favorecendo a cooperação. Outro conceito importante abordado no material foi o da "Mediação Interna", um processo para lidar com conflitos internos e desenvolver maior autocompaixão, valorizando a prática da empatia do indivíduo consigo mesmo.

As observações registradas no diário de campo refletem um ambiente de acolhimento e respeito mútuo durante os encontros. Os participantes se mostraram abertos a compartilhar suas experiências e desafios na aplicação da CNV, favorecendo a aprendizagem colaborativa.

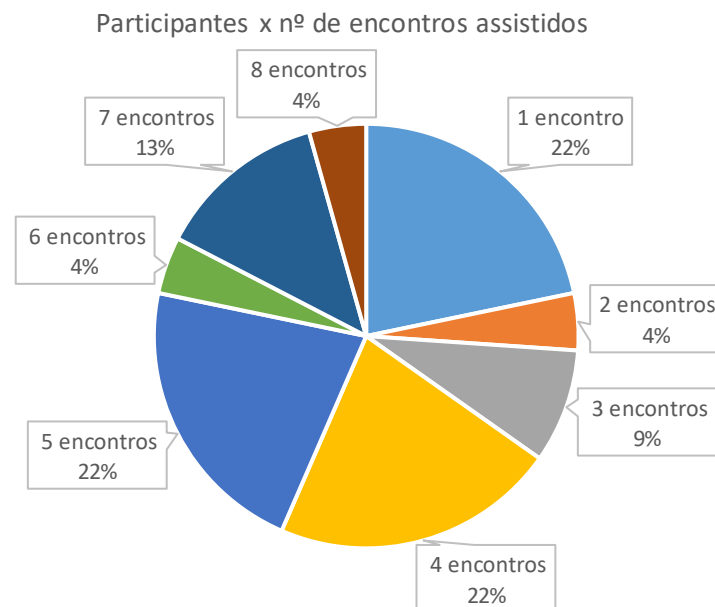
Um aspecto palpável foi a evolução da confiança entre os participantes ao longo do curso. Uma das ativistas expressou, no sexto encontro, "a beleza de se sentir escutada e ir ganhando confiança no grupo para aprofundar as conversas". Outra participante conta sobre a importância do momento do curso para exercer a escuta empática: "O processo de escuta no curso de CNV, isso me faz falta. Escutar a história do colega, ser escutada e pensar 'cara, meu problema é muito pequeno, perto do que as pessoas passam, né?'. Isso foi importante para mim".

A triangulação dos dados sugere uma convergência entre a proposta do curso e as percepções dos participantes expressas nas entrevistas, sobretudo, a ênfase dada à escuta empática, que apareceu em diversas falas dos participantes. O curso forneceu aos participantes um conjunto de ferramentas e conceitos que, conforme evidenciado pelas entrevistas que serão apresentadas a seguir, foram internalizados e geraram impacto positivo para os participantes. Contudo, a aplicação prática da CNV fora do ambiente da formação foi percebida, de modo geral, como desafiadora, especialmente em contextos de ativismo onde as relações de poder e as injustiças sistêmicas são mais pronunciadas.

5.1.2 Perfil dos participantes

Os registros de inscrições e lista de presença do curso mostraram que, dos 38 inscritos, 13 (34%) não chegaram a participar de nenhum encontro. Dos 25 restantes, 65% estiveram presentes em, pelo menos, metade dos encontros.

Gráfico 1 - Número de encontros assistidos ao vivo pelos participantes



Fonte: lista de presença da turma de Aprofundamento em CNV

Uma vez que a proposta pedagógica do curso inclui uma abordagem centrada na prática, com, aproximadamente, 50% do tempo voltado para exercícios em grupos, a participação ao vivo é determinante para consolidação dos conceitos e percepção dos ativistas com relação à formação. Nas entrevistas semiestruturadas, a dificuldade de presença e melhor aproveitamento do curso foi apontada por alguns participantes, em função das demandas de suas organizações e de fuso horário, no caso de inscritos de Angola e Moçambique, que têm uma diferença de cerca de sete horas para o horário de Brasília e, portanto, iniciavam as aulas às 22h.

Os participantes foram informados sobre a pesquisa no ato da inscrição e, no primeiro encontro, convidados a participar da etapa de entrevistas, convite que foi lembrado recorrentemente nos encontros seguintes. Oito participantes assinaram o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) e aceitaram conceder entrevistas ao final da capacitação – sete deles estiveram presentes a pelo menos quatro encontros. As conversas aconteceram entre outubro de 2023 e janeiro de 2024. Foram entrevistados também dois facilitadores do curso, totalizando dez entrevistas semiestruturadas.

Os entrevistados, com faixa etária entre 30 e 66 anos e presença nas cinco regiões do Brasil, além de Angola, tiveram suas identidades anonimizadas, conforme previsto no TCLE, e são identificados nesta análise por gênero, área de atuação e local de moradia.

Tabela 4 - Perfil dos entrevistados

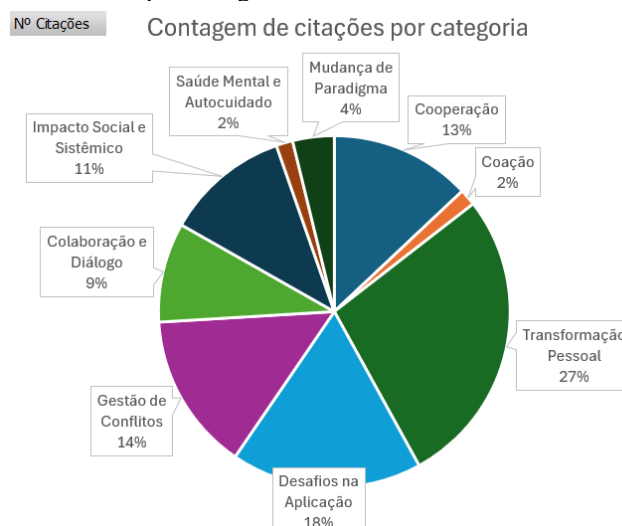
Gênero	Área de atuação do ativista	Local
Mulher	Mulheres em situação de vulnerabilidade	Belém - PA
Mulher	Jovens em situação de vulnerabilidade	Brasília - DF
Não-binário	Crianças e jovens vítimas de abuso sexual	Parnamirim - RN
Mulher	Proteção a populações indígenas	Rio Branco - AC
Mulher	Proteção a populações indígenas	Bom Jesus do Araguaia - MT
Mulher	Proteção a populações indígenas	Florianópolis - SC
Mulher	Mulheres em situação de vulnerabilidade	Brasília - DF
Mulher	Mulheres em situação de vulnerabilidade	Angola
Mulher	Associação CNV Brasil – Facilitadora de CNV	Brasília - DF
Homem	Associação CNV Brasil – Ativista e facilitador de CNV	Mariana - MG

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As dez entrevistas semiestruturadas totalizaram 593 minutos de gravação e resultaram em um vasto material após a transcrição do áudio, com 131 citações relevantes categorizados. A análise minuciosa das falas permitiu identificar padrões recorrentes e temas relevantes nas experiências relatadas pelos participantes. Essas observações foram agrupadas em categorias temáticas, que refletem os principais aspectos da percepção e aplicação da CNV pelos ativistas.

Na classificação das falas mais relevantes por categoria, a distribuição foi a seguinte:

Gráfico 2 – Citações destacadas por categoria de análise



Fonte: entrevistas semiestruturadas. Trechos destacados, classificados por categoria de análise

Nota-se que 59% das enunciações se concentram em aspectos de transformação pessoal, gestão de conflitos e desafios na aplicação – questões mais frequentemente trabalhadas por praticantes da CNV nas esferas intrapessoal e interpessoal.

5.2.1 Categorias temáticas

A seguir, apresentamos essas categorias, que serviram como base para nossa análise:

- **Cooperação: expressão de necessidades e busca por soluções compartilhadas (integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Esta categoria reflete momentos em que os participantes relatam experiências de diálogos construtivos, onde as necessidades de todos os envolvidos são consideradas e há uma busca por soluções que atendam a todos. Sugere a capacidade de se conectar com o outro de forma empática, buscando compreender suas motivações e encontrar caminhos que promovam o bem-estar coletivo.

- **Coação: imposição de poder e desconsideração de necessidades (integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Engloba situações em que há uma dinâmica de poder desigual, resultando na imposição de vontades ou na desconsideração das necessidades de alguns membros do grupo. Representa a dificuldade em se comunicar de forma autêntica e respeitosa, impondo suas próprias necessidades e expectativas sem levar em conta as perspectivas dos outros.

- **Transformação pessoal: autoconhecimento, empatia e expressão autêntica (prevalência de aspectos afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Refere-se às mudanças percebidas pelos participantes em sua forma de se comunicar e se relacionar após o aprendizado da CNV. Inclui maior autoconsciência, capacidade de escuta empática e expressão autêntica. Sugere o impacto da CNV no desenvolvimento pessoal, promovendo uma comunicação mais consciente, compassiva e conectada com as próprias necessidades e as dos outros.

- **Desafios na aplicação: resistências internas, hábitos e complexidade da CNV (prevalência de aspectos cognitivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Engloba as dificuldades encontradas pelos participantes ao tentar implementar a CNV no dia a dia, como resistências internas e externas, e a necessidade de sair do "piloto automático". Evidencia os obstáculos na aplicação da CNV, como a dificuldade em mudar padrões de comunicação arraigados, a complexidade da prática em situações desafiadoras e a necessidade de integrar a CNV como um estilo de vida, e não apenas como uma técnica.

- **Gestão de conflitos: diálogo, mediação e busca por soluções criativas (integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Aborda como a CNV é utilizada para lidar com situações de conflito dentro das organizações, incluindo processos de diálogo e abordagens restaurativas. Sugere a aplicação da CNV na resolução de conflitos, promovendo a escuta empática, a identificação de necessidades e a busca por soluções que atendam a todos os envolvidos.

- **Colaboração e diálogo: construção de relações mais harmônicas e respeitosa (integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Refere-se à percepção de como a CNV melhora a colaboração entre membros do grupo, promovendo um ambiente mais harmonioso e facilitando o diálogo entre diferentes perspectivas. Evidencia o impacto da CNV na construção de relações mais saudáveis e colaborativas, promovendo a comunicação respeitosa, a compreensão mútua e a busca por soluções que beneficiem a todos.

- **Impacto social e sistêmico: transformação cultural, política e socioambiental (integração de aspectos cognitivos, afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Refere-se à percepção dos participantes sobre como a CNV pode promover mudanças mais amplas na sociedade, incluindo transformações culturais, políticas e socioambientais. Sugere a crença no potencial da CNV para gerar impacto social, promovendo a justiça social, a igualdade, o respeito à diversidade e a sustentabilidade.

- **Saúde mental e autocuidado: lidando com os desafios emocionais do ativismo (prevalência de aspectos afetivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Engloba a percepção da CNV como um recurso para lidar com os desafios emocionais e de saúde mental enfrentados pelos ativistas em seu campo de atuação. Evidencia a importância da CNV para o bem-estar psicológico dos ativistas, promovendo a autocompaixão, a resiliência emocional e a capacidade de lidar com o estresse e a exaustão.

- **Mudança de paradigma: superando a lógica do certo e errado, da competição e da punição (prevalência de aspectos cognitivos e de juízo ético-moral produtores de cultura)**

Refere-se ao desafio e à consciência necessária para promover a mudança de padrões de comunicação e relacionamento propostos pela CNV. Sugere a necessidade de superar a lógica do certo e errado, da competição e da punição, para construir relações baseadas na colaboração, na empatia e na busca por soluções que beneficiem a todos.

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DOS PILARES DA ECOLOGIA DOS SENTIDOS

A Ecologia dos Sentidos nos oferece uma estrutura dinâmica para examinar os processos comunicativos em sua complexidade. Ao analisar as categorias temáticas identificadas através das lentes da cognição, afetividade, juízo moral e cultura, podemos compreender de forma mais profunda como a CNV influencia a percepção, as emoções, os juízos ético-morais e as práticas culturais dos ativistas. É importante ressaltar que, de acordo com a Ecologia dos Sentidos, essas dimensões não são estáticas ou isoladas, mas sim intrinsecamente conectadas e em constante movimento, formando uma ecologia de relações e sentidos. Dessa forma, podemos explorar as nuances e complexidades da aplicação da CNV em contextos reais de ativismo.

5.3.1 Cognição

A cognição, na Ecologia dos Sentidos, se refere aos processos mentais pelos quais os indivíduos constroem representações do mundo, processam informações, produzem percepções e elaboram estratégias de ação. Neste contexto, a aprendizagem da CNV pode influenciar a forma como os ativistas percebem e interpretam suas experiências, impactando suas estruturas de pensamento. As categorias temáticas relacionadas de maneira prevalente às cognições (na medida em que cognição, afetividade e juízos ético-morais produtores de cultura estão sempre

interligados) que emergiram das entrevistas foram: Desafios na aplicação e Mudança de paradigma.

A prática da CNV no dia a dia, fora do contexto da formação, apresenta desafios. Uma ativista (mulher, proteção a populações indígenas, Florianópolis - SC) descreveu a frustração inicial ao tentar aplicar a CNV de forma rígida, como uma fórmula mágica: "Na realidade, tudo acontece misturado. Então, eu comecei a ter uma crise, uma crise de ser... Bom, eu estou fazendo a formação, mas eu não aprendi nada, porque eu não sei colocar isso em prática". Nesta fala, observamos uma prevalência dos aspectos cognitivos, onde a ativista está processando e reavaliando suas estruturas mentais em relação à aplicação da CNV. Há uma tensão cognitiva entre o conhecimento adquirido e a dificuldade de aplicação prática, que se manifesta como uma "crise". Esta experiência cognitiva está intrinsecamente ligada a aspectos afetivos de frustração e dúvida, que por sua vez influenciam o juízo de valor sobre a eficácia da formação.

Outro ativista apontou para a dificuldade em mudar padrões de comunicação arraigados: "O grande desafio era vencer um pouco essa estrutura mental, linguística, de pensamento que eu estava inserido nela". Aqui, novamente, vemos uma predominância do aspecto cognitivo, com o ativista reconhecendo a necessidade de reestruturar seus padrões mentais e linguísticos. Este processo cognitivo de reconhecimento e esforço para mudança está intimamente ligado a juízos de valor sobre a importância dessa transformação, bem como a aspectos afetivos relacionados ao desafio de mudar padrões arraigados.

Uma ativista com muitos anos de prática (mulher, jovens em situação de vulnerabilidade, Brasília – DF) aponta como desafio a adoção da CNV como padrão de conduta, enquanto ressalta a importância de manter a autenticidade para não sucumbir aos rótulos:

O principal desafio é a gente abraçar a comunicação não-violenta como uma causa mesmo, como um projeto de vida pessoal. É desafiador e tem muita resistência. A gente fica num dilema, eu me vejo nesse dilema, de querer ser quase que perfeita, né? Já que você é da CNV, então, você tem que estar o tempo inteira ligada numa comunicação não-violenta, até passar a compreender um pouco algumas diferenças. Também tem a questão externa das pessoas: 'ó, lá vem a turma dos direitos humanos, lá vem a turma da comunicação não-violenta, lá vem o povo de abraçar a árvore'. Então, você vai ganhando alguns rótulos que, se você não tiver bastante identidade, você sucumbe também por eles, né? Então, assim, o desafio está em a gente ter essa certeza, essa tranquilidade, de que é um processo, de que é um caminho diário, de que é uma escolha diária para estar fazendo da sua vida (Ativista, mulheres em situação de vulnerabilidade, Brasília - DF).

Nesta fala, observamos uma complexa interação entre os aspectos cognitivos, afetivos e de juízo moral, com uma prevalência dos processos cognitivos na construção de sentidos sobre a prática da CNV. Do ponto de vista cognitivo, a ativista apresenta uma elaborada reflexão sobre a implementação da CNV em sua vida. Ela reconhece o desafio de "abraçar a

comunicação não-violenta como uma causa mesmo, como um projeto de vida pessoal". Este processo mental envolve a compreensão da CNV não como uma técnica, mas como uma filosofia de vida, exigindo uma reestruturação cognitiva significativa. A fala "A gente fica num dilema, eu me vejo nesse dilema, de querer ser quase que perfeita" revela um processo cognitivo de autoavaliação e expectativa. Há uma construção mental de um ideal de perfeição associado à prática da CNV, que a ativista reconhece como problemático. O reconhecimento dos "rótulos" atribuídos externamente sugere uma consciência cognitiva das percepções sociais e dos desafios de identidade enfrentados. Este processo cognitivo de reconhecimento e categorização das percepções externas influencia diretamente a construção da identidade da ativista. A conclusão "o desafio está em a gente ter essa certeza, essa tranquilidade, de que é um processo, de que é um caminho diário, de que é uma escolha diária" revela um processo de reconfiguração da compreensão sobre a prática da CNV. Há uma mudança na estrutura mental, passando de uma visão utópica de perfeição imediata para um entendimento processual e contínuo. É importante notar que, embora haja uma prevalência dos aspectos cognitivos, estes estão intrinsecamente ligados aos aspectos afetivos (como a resistência emocional mencionada) e aos juízos de valor (como a importância atribuída à autenticidade e à identidade).

A mudança de paradigma proposta pela CNV, que busca superar a lógica da competição e da punição, envolve processos cognitivos complexos apontados nas falas dos participantes. O ativista não-binário e psicólogo de Parnamirim – RN, em sua autorreflexão crítica, reconhece a dificuldade em sair "desse sistema de certo e errado. O ativista está ativamente engajado em um processo de reestruturação cognitiva, reconhecendo que sua "construção de vida, de pensamento, de visão de mundo é dicotômica". Este insight cognitivo é fundamental para a mudança de paradigma proposta pela CNV, pois implica na desconstrução de esquemas mentais profundamente enraizados e adaptação a uma nova forma de pensar e se comunicar. O reconhecimento da dificuldade indica que o ativista está no processo de acomodação cognitiva, tentando ajustar seus esquemas mentais existentes para incorporar a nova perspectiva oferecida pela CNV.

Outra ativista (mulher, proteção a populações indígenas, Bom Jesus do Araguaia - MT) expressou sua crença no potencial da CNV para promover mudanças nas relações interpessoais, mesmo em contextos de polarização, mas também revelou uma certa dúvida e uma expectativa de que a CNV seja uma "solução mágica" para os conflitos. Esse ponto de vista parece sugerir um processo cognitivo de questionamento. A ativista está equilibrando sua crença no potencial da CNV com um ceticismo saudável, com um pensamento crítico em ação. Esta tensão

cognitiva entre esperança e dúvida é um aspecto importante do processo de aprendizagem e adaptação a novas abordagens.

A análise das categorias temáticas relacionadas de maneira prevalente à cognição sugere que a CNV pode influenciar a forma como os ativistas percebem e interpretam suas experiências, promovendo autoconhecimento, empatia e uma mudança de paradigma. No entanto, a aplicação desse recurso dialógico no dia a dia não é isenta de desafios, como resistências internas, hábitos arraigados e a complexidade da prática em situações de conflito. As falas dos participantes levam a crer que a CNV poderia, eventualmente, ser uma ferramenta poderosa para a transformação pessoal e para a construção de relações mais saudáveis e autênticas, mas sua efetividade depende do compromisso com a prática e com a mudança de padrão de pensamento.

5.3.2 Afetividade

A afetividade na Ecologia dos Sentidos engloba as emoções, sentimentos e estados de ânimo que influenciam e são influenciados pelos processos comunicativos. No contexto da Comunicação Não-Violenta (CNV), a afetividade desempenha um papel importante, influenciando a forma como os ativistas percebem, expressam e lidam com suas próprias emoções e as das outras pessoas. As categorias temáticas relacionadas de maneira prevalente à afetividade (na medida em que cognição, afetividade e juízos ético-morais produtores de cultura estão sempre interligados), que emergiram das entrevistas foram: Saúde Mental e Autocuidado, Colaboração e Diálogo e Transformação Pessoal.

A CNV parece ter tido um impacto na vida dos ativistas. Todos os participantes relataram mudanças positivas em sua forma de se comunicar e se relacionar após o aprendizado da CNV. Uma ativista (proteção a populações indígenas, Florianópolis - SC) afirmou que a CNV a ajudou a "amadurecer muito" e a "deixar o orgulho de lado", sugerindo uma mudança na relação emocional consigo mesma e com os outros.

Outra ativista (mulher, proteção a populações indígenas, Rio Branco - AC) destacou a importância da auto-observação proporcionada pela CNV: "Atrás do julgamento tem uma necessidade. A necessidade lá é a necessidade cá. Então, isso favoreceu muito. Eu fico sempre muito atenta". Essa fala sugere um aprofundamento da consciência emocional e indica uma sofisticação na compreensão das motivações emocionais subjacentes aos comportamentos, tanto próprios quanto alheios.

A CNV também parece ter contribuído para o desenvolvimento da escuta empática e da expressão autêntica. O facilitador de CNV (Mariana - MG) relatou que a CNV o ajudou a se

tornar "mais humano" em sua prática docente, aprendendo a escutar seus alunos com mais empatia. Durante sua atuação como professor de graduação em Filosofia e Teologia, compartilhou uma experiência marcante no início de sua jornada com a CNV no ambiente acadêmico:

Em uma das primeiras aulas já aplicando a comunicação não-violenta, o aluno disse assim: 'você é formado em Psicologia?' Eu falei: 'não, não tenho formação em Psicologia'. 'Você não fez nenhum curso?' Eu falei: 'Não'. E ele disse: 'é porque você parecer tão humano'. E eu nunca tinha recebido um feedback desse de nenhum estudante. Eu fiquei bem impactado com aquilo e perguntei: 'tá, mas o que eu fiz ou falei que você está se contando que sou humano?'. Ele respondeu: 'foi o jeito que você conversou com o aluno tal. Foi muito interessante. Eu achei que foi muito humano'. E, na verdade, eu estava fazendo uma escuta empática do estudante (Facilitador de CNV, Mariana-MG).

Esse reflete uma expansão da capacidade empática, impactando não só suas relações pessoais, mas também sua atuação profissional, sugerindo um efeito multiplicador da CNV na promoção de ambientes mais acolhedores e compreensivos.

Outra ativista (mulher, proteção a populações indígenas, Bom Jesus do Araguaia - MT) afirmou que a CNV a ajudou a "escutar o outro com o coração" e a "não fazer nenhum preconceito antes de ouvir". Estas expressões parecem revelar uma mudança na qualidade afetiva da escuta, sugerindo uma abertura emocional e uma suspensão de julgamentos prévios. A metáfora do coração enfatiza a dimensão afetiva da escuta, uma conexão emocional mais profunda e genuína.

O ganho de confiança para a expressão autêntica emerge como um aspecto afetivo nas experiências dos participantes com a CNV. Esta transformação na forma de se expressar parece sugerir uma mudança na relação do indivíduo com suas próprias emoções e na maneira como as comunica aos outros. Um participante destacou:

Então, isso para mim é o maior ganho da comunicação não violenta, é estar inteira naquilo que eu estou fazendo, é estar ali de forma consciente, é fazer escolhas de forma consciente, é dar conta de ser de fato autêntica, poder colocar das minhas coisas e colocar o que é possível, porque a gente pode de fato dizer de tudo. O como é que faz a diferença, né? (Mulher, jovens em situação de vulnerabilidade, Brasília-DF).

Essa fala nos leva a crer na possibilidade de uma integração mais profunda entre os aspectos cognitivos e afetivos da experiência. A sensação de "estar inteira" sugere uma maior congruência entre os sentimentos internos e a expressão externa, um fortalecimento da autenticidade emocional. A consciência mencionada não se limita apenas ao aspecto cognitivo, mas engloba uma consciência afetiva mais ampla, onde o indivíduo se torna mais sintonizado com suas próprias emoções e as dos outros. Essa transformação na expressão autêntica impacta o bem-estar individual e influencia diretamente as interações sociais e a formação de juízos ético-morais. A capacidade de estar presente de forma mais integral nas interações sociais pode

levar a relações mais genuínas e empáticas, contribuindo para a construção de uma cultura de comunicação mais aberta e compassiva.

A ativista de Angola, que trabalha com mulheres em situação de vulnerabilidade, demonstra um aprimoramento na sua inteligência emocional e na sua capacidade de lidar com a diversidade afetiva:

Cada uma com a sua forma de ser, com a sua reação, mas eu consigo fazer uma gestão das pessoas e consigo ter uma relação mais próxima com a família. Então, para mim, tem sido muito bom, porque eu consigo gerir melhor os conflitos, consigo ter mais calma, mais racionalidade e autenticidade diante dos conflitos (Ativista, mulheres em situação de vulnerabilidade, Angola).

Sua fala supõe um aumento na aceitação e compreensão das diferentes expressões emocionais dos outros e sugere um desenvolvimento na habilidade de navegar complexidades emocionais em diferentes contextos sociais. Isso aponta para uma expansão da competência afetiva que transcende o ambiente profissional e permeia as relações pessoais. A participante relata ganhos na gestão de conflitos, destacando um aumento na "calma" e "racionalidade". Isso nos leva a pensar em uma maior regulação emocional, permitindo respostas mais ponderadas em situações potencialmente estressantes. A menção à "autenticidade diante dos conflitos" sugere uma integração mais harmoniosa entre os sentimentos internos e sua expressão externa, refletindo um alinhamento afetivo mais coerente, com potencial de influenciar positivamente os ambientes em que ela atua, promovendo uma cultura de maior compreensão mútua e resolução construtiva de conflitos.

A prática da CNV parece também ter uma influência na saúde mental e no autocuidado dos ativistas, como um recurso para “cuidar de quem cuida”, contribuindo para a vitalidade desses sujeitos. A exposição diária a situações de estresse e violação de direitos, somada à dificuldade de expressão e posicionamento diante de conflitos aparece como geradora de sintomas:

Um dos sentimentos maiores que eu tinha era a raiva, sentia raiva, por não expressar e pela pessoa também, por não dizer as coisas. Então, isso criava em mim ressentimento. E tudo isso me repercutiu no físico, porque às vezes eu tenho vitiligo e vitiligo é muito pela emoção. Então, eu não duvido que tenha sido, em parte também, por reprimir os sentimentos (Ativista, mulheres em situação de vulnerabilidade, Brasília - DF).

Sob a ótica prevalente da afetividade, observamos nessa fala um retrato vívido do desgaste emocional enfrentado pelos ativistas. A participante descreve uma experiência afetiva intensa e negativa, caracterizada principalmente pela raiva, resultante de duas fontes principais: a incapacidade de se expressar adequadamente e a frustração com a falta de expressão dos outros. Esta dinâmica parece revelar um ambiente de comunicação deficiente, no qual as

emoções são reprimidas ao invés de serem expressas de forma assertiva. O acúmulo dessa emoção não expressa parece levar ao desenvolvimento de ressentimento, sugerindo a eventualidade um padrão de emoções negativas que se retroalimentam. A conexão feita pela participante entre suas emoções reprimidas e a manifestação do vitiligo ilustra a profunda interrelação entre os estados emocionais e a saúde física. Isso ressalta como o estresse emocional contínuo, característico do trabalho ativista, pode ter impactos na saúde integral do indivíduo, o que evidencia a necessidade de estratégias de autocuidado e gestão emocional no contexto do ativismo.

Um dos ativistas relata o desafio gerado pelo próprio ambiente de movimentos sociais, “marcado por conflitos e culpabilização”, o que pode ser mental e emocionalmente desgastante:

Está todo mundo ali para a luta, para defender a própria dor, a própria dignidade, um senso de luta pelo coletivo, de honrar seus ancestrais, são muitas coisas envolvidas na luta de movimento sociais. Então, as coisas ficam pouco à flor da pele, né? É muito fácil acontecerem intrigas entre as pessoas. As pessoas já vêm de muitas dores também. Então, nas vezes em que eu tentei entrar em movimentos sociais e esse tipo de coisa aconteceu, eu entrei num processo de culpa tão enorme, que eu não conseguia sair de casa para voltar a participar do movimento, sabe? Eu entrava no fundo do meu poço. Então, eu tive isso com o movimento social negro, com o movimento social LGBT. E aí, eu me retirei um pouco (Não-binário, Crianças e jovens vítimas de abuso sexual, Parnamirim – RN).

O depoimento do ativista não-binário de Parnamirim-RN expõe os desafios emocionais intrínsecos ao ambiente dos movimentos sociais. Sua descrição de um contexto "marcado por conflitos e culpabilização" revela o potencial desgaste mental e emocional enfrentado por aqueles engajados na luta por direitos e justiça social. A experiência de culpa intensa e isolamento social relatada ilustra como conflitos não resolvidos podem impactar profundamente o bem-estar emocional e a participação social.

Por outro lado, com a prática dos conceitos da CNV, especialmente na esfera intrapessoal (autoempatia), os participantes relataram uma mudança na forma como lidam com situações de estresse, a partir de uma maior consciência emocional e autocontrole, respondendo de forma mais construtiva às situações desafiadoras que enfrentam em seu cotidiano.

Percebi mudança, principalmente antes de eu chegar a essa maturidade de sentimento. Sempre tive uma raiva muito aflorada quando eu via uma injustiça, me indignava com muita facilidade. Então, eu reagia de forma impulsiva, falando coisas ou mudando o tom de voz para ter a minha necessidade atendida. E com essa caída na realidade, essa nova forma, essa percepção, eu entendi que era eu que tinha que mudar e era eu que tinha que olhar para as minhas necessidades. Então, na hora da conversa, eu passei a respirar e a olhar: tá, eu tô sentindo indignação, mas por que eu tô sentindo indignação? Isso diz respeito a mim, não tá vindo de fora pra dentro, tá vindo de dentro pra fora (Ativista, mulher, proteção a populações indígenas, Florianópolis - SC).

Para essa ativista, a prática da CNV, especialmente por meio da autoempatia, parece ter proporcionado uma mudança profunda na forma como ela lida com situações de estresse e injustiça. O relato ilustra uma evolução da impulsividade emocional para uma maior consciência e controle das próprias reações, o que reflete um desenvolvimento na sua capacidade de resolver problemas afetivos. A prática da autorreflexão em momentos de indignação sinaliza a possibilidade de uma internalização dos princípios da CNV, contribuindo para, eventualmente, uma resposta mais construtiva às situações desafiadoras em seu cotidiano de ativismo.

A colaboração e o diálogo também emergiram como temas importantes relacionados de maneira prevalente à afetividade. Os participantes relataram uma melhora significativa na qualidade de suas interações e na capacidade de manter conversas construtivas, mesmo em situações de divergência de opiniões e polarização política. Um ativista compartilhou:

Ainda muito incipiente, mas eu consegui manter as conversas num nível muito bom, sabe? Tanto que algumas pessoas conversavam mesmo comigo, iam numa linha mais profunda. Claro, aqueles que não tinham interesse numa conversa, mas simplesmente em querer modificar a minha cabeça e pronto, já era uma coisa mais difícil. Esses eu escolhi não dialogar exatamente pela questão de energia mesmo. Mas, de modo geral, eu consegui manter essas conversas num nível bem interessante (Homem, facilitador de CNV, Mariana - MG).

O relato ilustra como a prática da CNV pode influenciar a esfera afetiva das relações interpessoais, mesmo em contextos de divergência e potencial conflito. Ao mesmo tempo, o reconhecimento dos limites dessas interações - escolhendo não dialogar com quem não está aberto ao diálogo – parece indicar uma consciência emocional apurada e uma capacidade de autorregulação afetiva. Esta seletividade nas interações, baseada na "questão de energia", reflete uma compreensão mais refinada das dinâmicas emocionais envolvidas no diálogo e uma disposição para priorizar interações construtivas e emocionalmente satisfatórias.

No entanto, é importante notar que o exercício de aplicação da CNV no dia a dia também apresenta desafios emocionais. Alguns participantes relataram dificuldades em manter a prática em situações de estresse ou conflito. Um ativista compartilhou:

Às vezes eu olho para esses momentos e falo, caramba, olha como eu melhorei, mas em momentos de desafios, principalmente, em que a pessoa traz que você não está ouvindo e tudo mais, e eu também não estou me sentindo ouvido, existe aí essa grande questão: quanto eu melhorei, será que eu melhorei? Eu acho que se eu for comparar às minhas gerações anteriores, nossa, eu estou muito, muito mais passos à frente. A minha mãe já andou muitos passos comparada à minha avó, e minha avó comparada à minha bisã e tudo mais. Então, eu sinto que eu progredi, dei esses passos, né? Mas, comparado à minha própria existência, ainda parece que foi muito pouco, sabe? (Não-binário, psicólogo, Parnamirim - RN).

Esse relato ilustra uma tensão afetiva entre a percepção de melhoria e a frustração com os desafios persistentes. A comparação intergeracional ampara a hipótese de um possível

reconhecimento do progresso emocional e comunicativo ao longo do tempo, sugerindo uma evolução na capacidade de resolver problemas de ordem afetiva e nas habilidades interpessoais. No entanto, a expressão de dúvida e a sensação de progresso insuficiente em relação à própria existência parecem indicativos de uma autocrítica acentuada e uma aspiração contínua por crescimento emocional. Esta dualidade afetiva reflete um processo de transformação cultural em andamento, na qual novos padrões de interação e expressão emocional estão sendo internalizados e negociados.

A prevalência da dimensão afetiva da CNV também se manifesta na forma como os ativistas lidam com conflitos e situações desafiadoras. Uma ativista compartilhou uma experiência que ilustra como a CNV pode ajudar a navegar em situações emocionalmente carregadas, permitindo uma compreensão mais profunda das intenções por trás dos comportamentos aparentemente agressivos ou críticos:

Minha tia falou, gritando: ‘sua mãe disse que você vai largar a faculdade, você não pode fazer isso! Você nunca termina nada, se for assim, você vai acabar igual seu pai e seu tio’. Meu Deus, aquilo me paralisava! E eu estava com um computador na minha frente, com a lista de necessidades. E aí eu parei para pensar naquela máxima de que todo comportamento é motivado por uma necessidade e me perguntei: ‘meu Deus, qual será?’. Foi a primeira vez que me dei conta de que talvez isso que vinha da minha tia era uma expressão da vontade dela de me proteger, de contribuir comigo, com a minha segurança. Eu nunca tinha me dado conta dessa possibilidade (Mulher, facilitadora de CNV, Brasília-DF).

A narrativa da participante relata a evolução na sua capacidade de regulação emocional e interpretação afetiva. A mudança de percepção sugere uma expansão da sua habilidade de lidar com problemas afetivos e da sua capacidade de empatia. Este processo parece levar a uma modificação da dinâmica do conflito e à construção de uma cultura de compreensão mútua e conexão emocional mais profunda, alinhando-se aos princípios da cultura de paz.

Em síntese, a análise da dimensão predominantemente afetiva nos leva a concluir que a CNV tem influência relevante na forma como os ativistas lidam com suas emoções, se relacionam com outras pessoas e enfrentam situações de conflito. A prática da CNV parece promover uma maior consciência emocional, empatia e capacidade de manter diálogos construtivos, mesmo em contextos desafiadores. No entanto, os relatos deixam evidente que a aplicação da CNV demanda um processo contínuo de aprendizagem, que requer paciência, autocompaixão e prática constante.

5.3.3 Juízo ético-moral

O juízo ético-moral, na perspectiva da Ecologia dos Sentidos, refere-se às avaliações que os indivíduos fazem sobre suas próprias ações e as dos outros, bem como às normas e valores que guiam essas avaliações. Cabe esclarecer que este emerge da integração da cognição com a afetividade em contextos que produzem culturas.

No contexto da Comunicação Não-Violenta (CNV), o juízo ético-moral desempenha um papel na forma como os ativistas lidam com conflitos, tomam decisões e constroem relações baseadas em respeito mútuo. As categorias temáticas relacionadas ao juízo ético-moral que emergiram das entrevistas foram: Gestão de Conflitos, Mudança de Paradigma e Coação.

A CNV parece influenciar a forma como os ativistas abordam a gestão de conflitos. Muitos participantes relataram uma mudança em sua abordagem, passando de uma postura reativa e potencialmente agressiva para uma mais reflexiva e empática.

Muitas vezes, quando eu estou vivendo conflito, fica fácil eu me ver em oposição a você. Então, pessoaliza e polariza. E acho que a comunicação não-violenta pode permitir, primeiro, que não seja eu contra você, mas eu, do seu lado, com o problema na nossa frente. Agora, como que a gente vai sair do outro lado nesse problema? Isso é uma coisa que eu acho profundamente transformadora em qualquer dimensão de grupo. Isso preserva as relações, preserva a confiança, promove a colaboração e permite efetividade. Porque o jogo da culpabilização não traz solução nenhuma. Então, quando a gente vive isso, quando a gente vê isso acontecer, a gente vê uma contribuição muito real, muito palpável, da CNV (Mulher, facilitadora de CNV, Brasília-DF).

Essa fala aponta para uma integração mais profunda entre cognição, afetividade e valores éticos, resultando em uma nova perspectiva sobre o conflito e sua resolução. A transição de uma postura de oposição ("eu contra você") para uma de colaboração ("eu, do seu lado, com o problema à nossa frente") indica uma reformulação ética da natureza do conflito. Ao reposicionar o conflito como um desafio compartilhado, a ativista assume um compromisso ético com a empatia, a compreensão mútua e a busca de soluções colaborativas, constituindo um juízo ético-moral mais inclusivo e orientado para o bem-estar coletivo.

Para além dos acordos e consensos, a prática da CNV parece também apoiar o estabelecimento de limites quando necessário. Um exemplo marcante é o relato de um ativista experiente na prática de processos restaurativos e que atua na área socioambiental em uma região atingida por barragens, que ilustra como a CNV pode ajudar os ativistas a estabelecer limites claros e assertivos, mesmo em situações de ameaça, sem recorrer à violência ou à retaliação:

Eu tive um caso agora, que eu acho que mostra um pouco também um outro lado da CNV. Eu sofri uma ameaça da parte de uma das pessoas atingidas que não estava satisfeita com o trabalho da ONG, que disse que ia entrar numa reunião e afundar meu nariz, com uma pistola na cintura. Eu fiz um boletim de ocorrência, fiz uma representação, e alguém veio dizer um pouco nessa linha assim: 'ah, mas você não

deveria fazer isso, porque vai pegar muito mal para a organização, vai pegar muito mal para a assessoria técnica, para algumas pessoas, inclusive, do Ministério Público'. Eu falei: 'olha, isso aqui para mim é muito importante, porque é uma questão de limite, né?'. Então, o que acho que a CNV me proporciona é essa fortaleza, sabe? Uma fortaleza de espírito mesmo, de conseguir dizer as coisas e me manter firme naqueles elementos, e também entendendo os outros. Sim, não quero um ganha-perde, quero um ganha-ganha, mas não também não quero abrir mão dos meus princípios porque outros pensam diferente (Homem, facilitador de CNV, Mariana – MG).

Observamos nesse relato uma integração complexa entre aspectos cognitivos, afetivos e éticos na aplicação da CNV em um contexto de conflito intenso. O ativista aparece apresentar uma evolução em seu juízo ético-moral, manifestando uma capacidade aparentemente mais refinada de equilibrar empatia com assertividade e autopreservação.

A mudança de paradigma proposta pela CNV também se reflete no juízo ético-moral dos ativistas. Muitos participantes relataram uma transformação na forma como avaliam situações e pessoas, buscando superar a lógica dicotômica de certo e errado e julgamentos morais rígidos, para abraçar uma perspectiva mais nuançada e empática. Os relatos sugerem que a CNV tem o potencial de contribuir para a promoção de uma reflexão crítica sobre os próprios julgamentos e uma abertura para considerar diferentes perspectivas:

Eu acho que o principal do desafio é sair nesse sistema de certo e errado, sabe? Existe muita coisa na minha construção de vida, de pensamento, de visão de mundo, que é dicotômica, né? (...) Então, existem limitações que precisam ser trabalhadas constantemente. E aí, é uma dedicação tremenda, é uma vida dedicada, né? Você aceitar que você vai estudar CNV não só para o grupo que você está fazendo parte, a CNV é um estilo de vida. Você vai ter que tentar aplicar CNV consigo, com companheiro em casa, com a mãe, no trânsito, em vários momentos da vida. Você tem que estar ali pensando e se construindo dessa maneira. É uma busca por paradigma de pensamento, é muito profundo. Então, eu acho que a CNV, sim, ela consegue dar conta. Mas, ao mesmo tempo, eu gosto de pensar numa maneira mais integral, eu gostaria que não fosse só a CNV, mas que fosse junto do entendimento macro. Então, é a CNV, mas com pensamento crítico da sociedade, o pensamento das várias culturas que a nossa sociedade tem, enfim. Mas precisa de pessoas dispostas a isso (Não binário, psicólogo, Parnamirim-RN).

O ativista parece ter desenvolvido uma consciência aguçada da complexidade envolvida na superação de visões dicotômicas e na adoção de uma perspectiva mais integrativa. Sua fala revela um processo de desconstrução e reconstrução do sistema de valores e julgamentos. A menção ao desafio de "sair nesse sistema de certo e errado" sugere uma evolução no juízo ético-moral, onde o ativista reconhece as limitações de abordagens binárias na compreensão e resolução de conflitos. Este processo de transformação é descrito como uma "dedicação tremenda" e "uma vida dedicada", ressaltando um compromisso profundo com a mudança pessoal e cultural. Tal comprometimento reflete uma integração consciente entre aspectos cognitivos (reconhecimento das próprias limitações), afetivos (aceitação do processo contínuo

de aprendizagem) e éticos (busca por uma compreensão mais abrangente e compassiva das interações humanas).

A questão da coação também emerge como um tema importante relacionado ao juízo moral. Alguns participantes relataram situações em que se sentiram pressionados a agir de maneira contrária aos seus princípios éticos, e a filosofia da não-violência fortaleceu sua capacidade de resistir à coação, mesmo quando confrontados com pressões institucionais ou sociais.

(...) eu acho que isso vai trazer um transtorno por causa disso e disso, e eu realmente me coloquei dizendo não. E aí eles disseram: ‘mas você tem que cuidar da instituição, você também é associado à ONG, você precisa tomar cuidado com isso e tal’. E eu falei: ‘ok, mas os meus princípios me dizem que não’. E por que estou contando isso? Porque uma das coisas que o Marshall Rosenberg dizia era aquilo que a gente escolhe, né? Quais são os seus princípios? A não-violência não fala pra gente fugir, fala para gente ir e resistir. A capacidade de aguentar paulada, sabe? Naquele filme do Gandhi, tem uma cena que me chamou muita atenção, que eles estão lá diante do exército, do grupo de policiais, eles estão resistindo. E aí eles começam a ser agredidos e tomam pancadas, e eles trocam e vão outros para tomar pancada, as mulheres cuidando dos feridos, eles ficam ali, o dia inteiro tomando pancada até que o exército canse. Eu não estou dizendo que a gente tem que chegar nesse nível, mas eu acho que, metaforicamente, é isso. Como é que a gente resiste sem se queimar, se cuidando, à violência, com a prática não violenta. Então, tem uma força de espírito que eu acho que a não violência pode agregar (Homem, facilitador de CNV, Mariana-MG).

Esse relato ilustra a complexa interação entre aspectos cognitivos, afetivos e éticos na formação de juízos morais e na produção de cultura organizacional. O ativista parece ter desenvolvido capacidade de discernimento e assertividade ao manter-se fiel aos seus princípios, mesmo diante de pressões externas. A referência a Marshall Rosenberg e à escolha de princípios sugere uma internalização profunda dos valores da CNV, que servem como bússola moral nas decisões difíceis. Ao resistir à pressão organizacional para agir contra seus princípios, o narrador está, de fato, modelando um comportamento que pode inspirar outros a também agir com integridade, potencialmente transformando a cultura da instituição a longo prazo.

A aplicação da CNV no contexto do ativismo também levanta questões éticas complexas, como o limite da empatia, especialmente quando se trata de lidar com injustiças sistêmicas e violações de direitos humanos.

Esse relato ressalta a importância de desenvolver juízos ético-morais críticos e informados, capazes de identificar e questionar estruturas opressivas, ao mesmo tempo em que se busca apoio e compreensão por meio da escuta empática e de um sistema de apoio. Juízos dessa natureza se manifestam através da capacidade de discernir quando e como aplicar os princípios da CNV, reconhecendo que, em certos contextos, a busca por reconciliação imediata pode ser inadequada ou até prejudicial. Esta distinção contribui, em tese, para uma cultura de aplicação mais ética e eficaz da CNV, que respeita as experiências de trauma e opressão, e reconhece a necessidade de abordagens diferenciadas em situações de injustiça sistêmica.

A CNV também parece influenciar a forma como os ativistas abordam a colaboração e o diálogo em seus grupos e organizações. Uma ativista com ampla formação e anos de prática em CNV, que atua com jovens em situação de vulnerabilidade em Brasília-DF, compartilha como a ferramenta tem sido integrada em sua organização, influenciando não apenas seus juízos ético-morais individuais, mas também as práticas e políticas organizacionais, com o intuito de promover uma cultura de diálogo e resolução não-violenta de conflitos:

E o que a gente tem feito para que a gente consiga estar na mesma sintonia enquanto instituição é tentar trazer cada vez mais a formação em CNV para dentro da instituição. Entra na nossa metodologia, no nosso jeito de ser, está lá nos nossos editais, no perfil dos profissionais contratados, que tem que ter habilidade em mediar o conflito de forma não-violenta, conta como pontuação se a pessoa tem e consegue comprovar cursos na área de Comunicação Não-Violenta.

De modo geral, a análise da dimensão do juízo ético-moral aponta que a CNV pode influenciar na forma como os ativistas avaliam situações em que precisam atribuir valores, lidam com conflitos e tomam decisões. A prática da CNV parece promover uma reflexão crítica sobre os próprios julgamentos, uma maior capacidade de estabelecer limites assertivos e uma abertura para considerar diferentes perspectivas. No entanto, é importante reconhecer que a aplicação da CNV no contexto do ativismo também levanta questões éticas complexas, especialmente quando se trata de lidar com injustiças sistêmicas e violações de direitos humanos. A CNV, nesse sentido, não se apresenta como uma solução simples, mas como uma ferramenta que pode, eventualmente, e em contextos específicos, auxiliar os ativistas a navegar através dessas complexidades de forma mais consciente.

5.3.4 Cultura

A dimensão cultural, na Ecologia dos Sentidos, reflete as normas e valores que orientam os juízos ético-morais, as crenças e práticas que emergem dos raciocínios cognitivos embebidos

dos afetos, no contexto sócio-histórico e socioambiental dos grupos humanos. No contexto da Comunicação Não-Violenta (CNV), a cultura se manifesta não apenas nas interações interpessoais, mas também nas estruturas sociais mais amplas e nas transformações sistêmicas que os ativistas buscam promover. As categorias temáticas relacionadas à cultura que emergiram das entrevistas foram: Impacto Social e Sistêmico, Cooperação, e Colaboração e Diálogo.

O potencial da CNV para gerar impacto social e sistêmico foi um tema recorrente nas entrevistas. Os participantes expressaram a visão de que a CNV poderia contribuir para transformações culturais, políticas e socioambientais mais amplas. Contudo, a democratização do acesso a esse recurso é um fator crucial. Os facilitadores do curso comungam dessa visão e relatam o próprio incômodo com a maneira como a prática é difundida. “Treinamentos caros, apenas nas grandes capitais, muitas vezes, ministrado por treinadores brancos, estrangeiros, em inglês”. Fatores que a distanciam da realidade brasileira.

Eu acho que o que é preciso acontecer, e que eu gostaria que acontecesse com a CNV, principalmente, no Brasil, é que ela se aproximasse do Brasil real, que saísse um pouco só das capitais, só dos lugares de exercício mais intelectual, dos lugares de desenvolvimento de ‘soft skills’. Eu não gosto de ver como a comunicação não-violenta está sendo popularizada como ‘desenvolva soft skills’. Vamos, beleza, mas tem outro caminho aqui. Então, eu gostaria muito de participar e ver acontecer um processo de interiorização. Eu reforço as palavras da Kiersten, treinadora, que um dia chegou para mim e falou: ‘ah, eu estou muito feliz, porque agora você também participa do meu plano para alcançar a paz mundial em 10 anos’. Aí eu falei: ‘Como assim, Kiersten?’. Ela disse: ‘é, exatamente’. Eu falei ‘tá, mas eu tenho que fazer o quê?’. Ela falou: ‘você já tá fazendo, você já tá estudando comunicação não-violenta e tentando praticar, porque a gente vai construir a paz do mundo dentro do quarto, dentro da cozinha. E não precisa ser todo mundo, se for 6% das pessoas no mundo, a gente já faz uma nova onda de consciência’. Então, eu acredito nisso. Entrando em contato com o Brasil real e trazendo uma nova possibilidade de conversar, a gente pode alcançar transformações reais (Mulher, facilitadora de CNV, Brasília-DF).

A análise da fala da facilitadora revela uma perspectiva crítica e transformadora sobre a aplicação da CNV no contexto brasileiro. A lacuna identificada entre a prática atual da CNV, concentrada em ambientes urbanos e intelectualizados, e seu potencial para impactar o "Brasil real", reflete a consciência das disparidades socioeconômicas e culturais do país, bem como um anseio por uma abordagem mais inclusiva e diversificada. A facilitadora propõe uma expansão da CNV para além do desenvolvimento de "soft skills", visando uma transformação social mais profunda. Sua crença de que práticas individuais podem gerar mudanças coletivas significativas ilustra uma compreensão holística da mudança cultural, integrando o microcosmo das interações pessoais com o macrocosmo das transformações sociais.

A ideia de que a CNV pode contribuir para mudanças estruturais também é expressa pelo facilitador de CNV de Mariana - MG, que destaca a necessidade de uma abordagem mais profunda e sustentada para gerar impactos reais nas organizações e na sociedade:

E aí entra um pouco a minha crítica aqui também, ao que nós temos hoje de CNV. Crítica não, acho que constatação. Nós temos facilitadores e facilitadoras que têm dado vários cursos aí, trabalhando nas organizações, mas esse movimento de mudança, ele não se dá por apenas um curso. Então, não basta eu ir numa organização, dar um workshop de oito horas, um treinamento de dois dias e aí tá bom, agora vocês vão lá. E como eu faço isso? Eu acho que o pessoal ainda vê a comunicação não-violenta com mais um treinamento, né? Pra gente chegar nesse nível de impacto, eu acho que precisa de uma conversa um pouco mais aprofundada que toca nos princípios da organização, que é aquilo que o Marshall dizia: você parar de ficar pegando a criança que tá ali descendo o rio e tentar ir em direção à pessoa que está jogando a criança e perguntar porque que ela faz dessa forma. Então, eu acho que essa modificação estrutural ela não acontece só com o treinamento com colaboradores, trabalhadores daquela instituição, mas também em quem está na gerência.

A crítica do facilitador à abordagem superficial da CNV como "mais um treinamento" reflete uma consciência aguçada das limitações das intervenções pontuais na promoção de mudanças sistêmicas. Ao propor uma "conversa um pouco mais aprofundada que toca nos princípios da organização", ele reconhece a necessidade de abordar as normas, valores e estruturas fundamentais que moldam o ambiente organizacional. Esta perspectiva sugere uma compreensão da CNV não só como uma habilidade a ser adquirida, mas como um catalisador para uma transformação cultural mais ampla, que requer um engajamento contínuo e profundo com os sistemas de crenças e práticas existentes nas organizações.

A cooperação e a colaboração também emergiram dos relatos como elementos para a construção de uma cultura de paz e para a promoção de mudanças sistêmicas. Uma ativista compartilhou uma experiência inspiradora de um projeto em Angola que ilustra o potencial da CNV para catalisar transformações sociais:

Tem uma história que me tocou muito, que foi de transformação real que eu já vi acontecendo. Isso foi em Angola, através da Plataforma Mulheres em Acção (PMA), que passou pela nossa capacitação. Elas criaram um projeto de responsabilidade corporativa em comunidades, próximas a Luanda, sem estrutura, com muita pobreza, ausência de escola etc. E ali perto tem grandes empresas de mineração e de extração de água. Só que a garrafinha de água, no Centro de Luanda, é mais barata do que lá, onde a empresa está atuando. E aí a PMA, começou a promover o protagonismo dessas três comunidades, uma delas recentemente reassentada, então, estavam numa situação de conflito e sem acesso à água. E promovendo diálogos com a mineradora, com as empresas de água e comunicando à comunidade, ao mesmo tempo em que foram educando a comunidade sobre seus direitos e quais são os canais e caminhos necessários, conseguiram para essas três comunidades o acesso à água gratuita. Isso reduziu muito o adoecimento e promoveu muito mais saúde. Ainda há muita coisa a ser feita, mas o que foi interessante visitando as comunidades, é que está efetivo, está acontecendo esse protagonismo. Então, eu fiquei muito encantada ao ver, na prática, como processos dialógicos podem promover acesso a direitos (Mulher, facilitadora de CNV, Brasília-DF).

A ativista prossegue descrevendo como a organização agora avança no diálogo com governo e as empresas locais para atender outras demandas da comunidade, como escola e esgoto, apontando contextos em que a CNV poderia ser uma ferramenta para fortalecer o empoderamento comunitário e a justiça social. A análise desta narrativa sugere que os mecanismos de diálogos propostos pela Comunicação Não-Violenta podem atuar como catalisadores de transformações sociais profundas, transcendendo o nível das interações interpessoais para impactar estruturas sociais mais amplas. O movimento criado pela organização promove o protagonismo das comunidades locais, fomenta o diálogo entre diferentes atores sociais e trabalha na conscientização sobre direitos e responsabilidades. Esta iniciativa reflete uma compreensão de como as normas, valores e práticas emergentes dos raciocínios cognitivos e afetivos podem ser mobilizados para transformar realidades socioambientais complexas, situações de desequilíbrio de poder e promover justiça social, alinhando-se assim com os princípios ético-morais que estão no cerne da cultura de paz.

A importância do diálogo na construção de pontes entre diferentes setores da sociedade também foi enfatizada. A mesma ativista explica que:

Então, nunca é demais transcender essas oportunidades do conhecimento ao nível governativo, seria extremamente bom. Ainda que fosse para treinar apenas algumas instâncias governativas como a Ordem da Polícia e o Ministério da Ação Social e Família para a Nação da Mulher, para que esses depois consigam fazer a réplica para os outros níveis de governação no quadro da não violência (Ativista, mulheres em situação de vulnerabilidade, Angola).

Essa proposta reflete a crença de que a CNV poderia ser, caso fosse incorporada por instâncias mais abrangentes, uma ferramenta valiosa para melhorar a governança e as políticas públicas, promovendo uma cultura de não-violência em níveis governamentais, reconhecendo o potencial multiplicador dessas instituições.

A transformação cultural proposta pela CNV também se manifesta na forma como os ativistas abordam questões sociais complexas. A facilitadora de Brasília – DF oferece uma perspectiva interessante sobre como a CNV pode ajudar a compreender e abordar problemas sistêmicos:

Eu estava numa facilitação durante a onda de calor, e um dos participantes começou a falar da crise climática e de como isso também tocava classes sociais, como o pobre na favela passava muito mais calor, e aí imediatamente um outro participante falou: ‘não, não é bem assim, não, trabalho na comunidade e para todo lugar que eu olho é ar-condicionado. Só que todos esses aparelhos estão no gato, as pessoas não aderem à tarifa social, que existe, é baratíssima, e a não adesão à tarifa social faz a luz acabar lá no asfalto, é um impacto muito maior para todo mundo’. E o que que está sendo comunicado através de um grupo que conhece, mas prefere não aderir a uma tarifa social e deixar ar-condicionado no gato? A ausência de confiança, o distanciamento. Então, eu acho que parar de só imaginar o que as outras pessoas precisam e ir lá na relação mesmo é algo importante para gerar transformações. E eu acho que a maior transformação é no nível de cultura. Então, quando a gente começa a refletir que nosso

entretenimento todo é baseado em reforços de paradigma da dominação, como que eu converso sobre a louça em casa, como é a minha fofoca na escola com meus amigos, sabe? É criando imagens do inimigo ou é com um olhar humanizado, promovendo protagonismos? (Facilitadora de CNV, Brasília-DF).

O relato da facilitadora ilustra como a escuta ativa e o diálogo aberto podem proporcionar uma perspectiva menos estereotipada e mais diversa das realidades multifacetadas que compõem o tecido social, evitando polarizações simplistas.

A análise da dimensão cultural problematiza as percepções que os ativistas têm dos potenciais da CNV para promover transformações sistêmicas e sociais. Eles reconhecem a necessidade de tornar a CNV mais acessível e relevante para um público mais amplo, de integrá-la de forma mais profunda nas organizações e instituições, e de utilizá-la como uma ferramenta para abordar questões de justiça social e empoderamento comunitário. No entanto, também reconhecem os desafios inerentes a essa tarefa, incluindo a necessidade de um compromisso de longo prazo e de uma abordagem que vá além de treinamentos pontuais.

5.3.5 Trocas Cooperativas e Coativas

Adotando uma visão global, a análise das trocas comunicativas relatadas pelos participantes, à luz da Ecologia dos Sentidos, sugere que a CNV pode contribuir para a construção de relações mais satisfatórias e cooperativas, mas também expõe os desafios e as complexidades inerentes a esse processo.

Uma ativista que atua na proteção a populações indígenas em Bom Jesus do Araguaia - MT, descreve sua experiência na comunidade da qual faz parte, relatando sua experiência a respeito de como a CNV pode ajudar a superar julgamentos e promover a compreensão das necessidades do outro, criando um ambiente mais propício à colaboração: "Às vezes, quando a gente começa a fazer um julgamento de alguém ou de uma situação, eu procuro trazer pra gente essa questão da necessidade, né? O que está por trás daquela ação, que aparentemente a gente vê só superficialmente?".

Essa fala reflete uma tentativa de estabelecer uma comunicação mais ética e cooperativa, na qual os indivíduos são vistos em condições de igualdade e autonomia. Ao focar nas necessidades por trás das ações, a ativista busca criar um ambiente de diálogo mais profícuo, reduzindo o potencial de conflitos e confrontos e promovendo uma forma de comunicação que tem o potencial de gerar maior satisfação individual e social.

Apesar dos percebidos benefícios da CNV, as entrevistas também apontam situações em que as trocas comunicativas se caracterizam pela coação, pela imposição de poder e pela

falta de reciprocidade. Uma ativista que atua com mulheres em situação de vulnerabilidade em Belém-PA, ao descrever sua experiência em lidar com situações de manipulação no trabalho, afirma que

Quando se trata de situações de poder, eu acabo não exercendo a CNV, por conta da hierarquia mesmo. Às vezes é um diretor, às vezes um coordenador. Às vezes, é o analisador do nosso trabalho. E aí, quando eu percebo essa questão de manipulação, eu não aplico a CNV porque eu entendo que a hierarquia fala mais alto do que a minha mera opinião enquanto observadora do processo (Ativista, mulheres em situação de vulnerabilidade, Belém-PA).

O testemunho da ativista é um exemplo de como as relações de poder podem dificultar a aplicação dos conceitos e perpetuar trocas coativas, mesmo quando o indivíduo possui as habilidades para se comunicar de forma não-violenta. Esta situação exemplifica um cenário de heteronomia, onde as pessoas não estão em condições de igualdade e a comunicação é marcada por subordinação e manipulação. A ativista reconhece explicitamente a prevalência da autoridade sobre o diálogo aberto, evidenciando uma insatisfação com o processo comunicativo e uma percepção de impotência diante das estruturas de poder estabelecidas. Tal contexto compromete a possibilidade de trocas cooperativas e satisfatórias, perpetuando um ambiente de comunicação coercitiva e potencialmente conflituosa.

Outro exemplo de troca coativa é relatado pelo ativista de Parnamirim-RN ao descrever sua experiência em lidar com conflitos em grupos de movimentos sociais, onde debates difíceis podem levar a reações impulsivas e à perpetuação de ciclos de violência.

Olha, eu já tentei algumas vezes, mas existe uma questão que quando o grupo está acalorado, eu não sinto que eu tenho tempo para pensar. E aí, o primeiro lugar que me mexe é sobre as estruturas de poder que estão se reproduzindo ali, sabe? Então, se eu vejo um cara gritando com a mina, para mim, não existe cooperação. Eu vou defender a mina e pronto, sabe? Então, é muito difícil. E aprendi que o bem que eu faço nesses momentos é me retirar e deixar que se resolvam, porque eu não consigo contribuir ainda, sabe? Porque quando eu não tenho o tempo para pensar e existem violências de estrutura de poder acontecendo, eu vou junto. Então, reconhecer esse meu limite também foi muito importante (Ativista, psicólogo, Parnamirim-RN).

O relato revela uma dinâmica complexa entre trocas cooperativas e coativas em situações de conflito grupal no contexto do ativismo. O participante relata ter consciência das limitações na aplicação da CNV em contextos "acalorados", onde as estruturas de poder se manifestam de forma explícita. Sua afirmação "se eu vejo um cara gritando com a mina, para mim, não existe cooperação" parece manifestar uma percepção aguda das trocas coativas e insatisfatórias presentes em interações marcadas por desequilíbrios de poder. Esta autoconsciência refletiria um processo de aprendizagem sobre os limites pessoais na promoção de trocas cooperativas em ambientes hostis. Embora a retirada possa parecer uma desistência da cooperação, pode ser interpretada como uma forma de evitar contribuir para trocas ainda

mais coativas e insatisfatórias, sugerindo uma compreensão sofisticada das dinâmicas de poder e da complexidade das interações grupais em situações de tensão.

De modo geral, a percepção dos participantes sobre as trocas coativas e cooperativas é multifacetada. Eles reconhecem que a CNV pode contribuir para a construção de relações mais satisfatórias e autônomas, mas também apontam para os desafios e as limitações dessa tecnologia de convivência, especialmente em contextos marcados por relações de poder desiguais e por estruturas sociais opressivas.

A análise também sugere que a eficácia da CNV não depende apenas de habilidades técnicas, mas de uma profunda transformação pessoal e cultural. Os participantes enfatizam a importância de um compromisso contínuo com a prática, bem como a necessidade de adaptar a CNV aos diferentes contextos culturais e sociais em que atuam:

Para mim, mais do que simplesmente uma técnica, a CNV é um estilo de vida. Eu acho que ela tem o poder primeiro de sensibilizar, mas ela sempre fica como um convite, então, dizer não também é possível. É um sensibilizar porque eu acho que em algum nível, em alguns momentos, a gente tem a escolha. Eu não quero a violência como estilo de vida. Eu acho que isso é um elemento ético, sabe? É o que a gente chama, talvez, do ponto de vista filosófico, de uma opção fundamental. Eu escolho a não-violência com uma espécie de eixo axial (Facilitador de CNV, Mariana-MG).

Ao descrever a CNV como uma "opção fundamental" e um "eixo axial", o facilitador demonstra um compromisso ético com trocas não-coativas, rejeitando explicitamente a violência como modo de interação. Esta perspectiva reflete uma escolha consciente por interações mais satisfatórias e cooperativas, alinhadas com uma filosofia de vida que prioriza o respeito mútuo e a compreensão. Tal postura favorece trocas cooperativas no nível interpessoal, mas também promove um ambiente social mais harmonioso e construtivo, contrastando fortemente com dinâmicas coativas e insatisfatórias frequentemente observadas em interações cotidianas.

Pelas lentes da Ecologia dos Sentidos a partir dos relatos dos participantes, compreendemos a CNV como um catalisador potencial para uma mudança cultural mais ampla, nos contextos específicos em que pode ser aplicada. Ela influencia a forma como os ativistas constroem significados, estabelecem relações e navegam os complexos desafios de seu trabalho, e os testemunhos sugerem que é uma ferramenta útil para promover a autonomia, a reciprocidade e o respeito mútuo. No entanto, sua efetividade depende de diversos fatores, como o acesso ao conhecimento, o nível de internalização da CNV, o contexto social e as relações de poder existentes.

5.4 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RESULTADOS

No contexto deste trabalho, os dados sugerem que a aprendizagem da Comunicação Não-Violenta (CNV) tem o potencial de contribuir de maneira significativa para a gestão de conflitos e articulação sociopolítica de grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos. Respondendo à questão central desta pesquisa, a análise indica que a CNV atua como uma tecnologia de convivência aparentemente eficaz, oferecendo um caminho para uma mudança de paradigma na abordagem de conflitos interpessoais e grupais. Ela fornece ferramentas cognitivas e emocionais que tem o potencial, se utilizadas corretamente dentro de contextos específicos, de permitir uma gestão mais construtiva dos conflitos, facilitando o diálogo interno e potencializando a articulação sociopolítica dos grupos.

Em relação às questões secundárias da pesquisa:

- Percepção da eficácia da CNV: os relatos dos ativistas participantes revelam que eles percebem a CNV como uma abordagem eficaz para a gestão de conflitos e melhoria do diálogo. Essa percepção está associada a experiências concretas de transformação nas dinâmicas relacionais, tanto pessoais quanto grupais.
- Mudanças na convivência e gestão de conflitos: após o treinamento em CNV, observam-se – a crer nos relatos das pessoas entrevistadas, mudanças significativas nas interações e na gestão de conflitos. Os resultados apontam para um aumento na empatia, maior capacidade de escuta ativa e tendência a buscar soluções colaborativas.
- Facilitação da articulação sociopolítica: o diálogo proposto pela CNV parece ser o foco potencializador para facilitar a articulação sociopolítica dos grupos com atores sociais e poderes públicos. A comunicação mais empática e assertiva parece contribuir para a construção de pontes de diálogo, mesmo em contextos de forte polarização política.

É importante ressaltar que, embora os resultados sejam sugestivos, a incorporação plena dos princípios da CNV, na maneira como foi idealizada, requer um processo contínuo de aprendizagem e prática, e sua potencial eficácia ou fracasso pode variar, a depender do contexto e da disposição dos indivíduos envolvidos.

Em relação aos objetivos específicos da pesquisa, conclui-se que as percepções dos ativistas sobre a efetividade da CNV são predominantemente positivas, ainda que o presente estudo não tenha como verificar a plausibilidade dos relatos e ter certeza da sinceridade absoluta dos participantes.

As principais estratégias utilizadas incluem a escuta empática, a expressão de sentimentos e necessidades e a formulação de pedidos claros.

Esta pesquisa contribui para a compreensão da CNV como ferramenta de transformação social, com potencial para fortalecer a atuação de grupos engajados em causas socioambientais e de direitos humanos. No entanto, reconhece-se a necessidade de estudos adicionais para explorar a aplicabilidade da CNV em diferentes contextos e sua eficácia a longo prazo, como será discutido a seguir.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo propõe-se a aprofundar a análise dos resultados obtidos, estabelecendo conexões com a literatura existente e explorando as implicações teóricas e práticas da pesquisa. A investigação sobre como o aprendizado da Comunicação Não-Violenta (CNV) pode contribuir para a gestão de conflitos em grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos proporcionou percepções valiosas sobre os processos comunicativos e relacionais nesses contextos.

A relevância desta pesquisa no campo da Psicossociologia de Comunidades e da CNV reside em sua abordagem integrada, que examina não apenas os efeitos práticos da aplicação da CNV, mas também suas implicações mais amplas para a construção de uma cultura de paz e para o fortalecimento do tecido social em contextos de ativismo. Ao utilizar o referencial teórico da Ecologia dos Sentidos, este estudo oferece uma perspectiva multidimensional sobre como a CNV influencia os processos de troca e a produção de sentidos entre os ativistas.

Nossa discussão se estruturará em torno de quatro eixos principais: (1) a transformação das dinâmicas comunicativas e relacionais; (2) os desafios na implementação da CNV em contextos de ativismo; (3) as implicações para a construção de uma cultura de paz; e (4) o potencial da CNV como catalisador de mudanças sistêmicas. Em cada seção, estabeleceremos um diálogo crítico com a literatura, confrontando os resultados obtidos com as perspectivas teóricas existentes e explorando as nuances e complexidades reveladas pela pesquisa.

6.1 TRANSFORMAÇÃO DAS DINÂMICAS COMUNICATIVAS E RELACIONAIS

Os resultados da pesquisa são coleções de percepções de que o aprendizado da CNV promove mudanças substanciais nas dinâmicas comunicativas e relacionais dos ativistas. A ênfase na escuta empática e na expressão autêntica, elementos centrais da CNV, parece catalisar uma transformação na forma como os participantes se relacionam consigo mesmos e com os outros.

Esta transformação alinha-se com a perspectiva de Nosek (2012), que estabelece um paralelo entre a CNV e a ética da autenticidade de Charles Taylor. Nosek argumenta que a CNV proporciona um diálogo hábil com os outros, embalado em um senso compartilhado de significado, apoiando o desenvolvimento de uma identidade significativa formada através da compreensão do que existe além do eu. Os relatos dos participantes da nossa pesquisa corroboram essa visão, com muitos descrevendo uma mudança profunda em sua capacidade de se conectar autenticamente com os outros e de compreender perspectivas diferentes.

Um aspecto particularmente interessante que emergiu dos dados é como a prática da CNV parece facilitar o que Muñoz e Molina (2010) descrevem como a capacidade de viver o conflito de forma construtiva. Os autores argumentam que os conflitos são uma "circunstância inerente ao ser humano, com a qual se abrem enormes capacidades criativas, geradoras de bem-estar, sem que isso negue suas derivações violentas" (p. 2). Os participantes da nossa pesquisa relataram uma mudança na forma como percebem e abordam os conflitos, passando, sempre que possível, de uma postura defensiva ou combativa para uma abordagem mais colaborativa e criativa.

Esta mudança de perspectiva sobre o conflito é fundamental para o conceito de paz imperfeita proposto por Muñoz (2001), que não busca suprimir o conflito, mas sim se alimentar dele, reconhecendo-o como parte integrante das relações humanas. Os relatos dos participantes sugerem que a prática da CNV os ajuda a navegar nesta "imperfeição", permitindo-lhes manter o diálogo e buscar soluções mesmo em situações de divergência.

No entanto, é importante notar que essa transformação não ocorre sem desafios. Alguns participantes relataram dificuldades em aplicar os princípios da CNV em situações de estresse agudo ou quando confrontados com injustiças sistêmicas. Isso nos leva a questionar se a CNV, em sua forma atual, é suficientemente robusta para lidar com os complexos desafios enfrentados pelos ativistas em contextos de conflito intenso ou opressão estrutural.

6.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CNV EM CONTEXTOS DE ATIVISMO

A implementação da CNV em contextos de ativismo revelou-se um processo complexo e, muitas vezes, desafiador. Os participantes relataram dificuldades em aplicar os princípios da CNV em situações de alta carga emocional ou quando confrontados com estruturas de poder desiguais. Esse achado dialoga com as preocupações levantadas por Lamb (2018), que argumenta que o foco excessivo na cura pessoal e no autoaprimoramento pode limitar o potencial da CNV para promover mudanças sociais mais amplas.

Um dos desafios mais proeminentes identificados na pesquisa foi a tensão entre a abordagem não-violenta proposta pela CNV e a urgência percebida pelos ativistas em confrontar injustiças. Essa tensão reflete o que Galtung (2003) descreve como o dilema entre paz negativa (ausência de violência direta) e paz positiva (presença de justiça social). Os ativistas frequentemente se veem na posição de ter que escolher entre uma abordagem mais conciliatória, alinhada com os princípios da CNV, e ações mais assertivas ou de confronto que eles percebem como necessárias para provocar mudanças imediatas.

Este dilema nos leva a questionar se a CNV, em sua forma atual, é suficientemente equipada para lidar com as complexidades do ativismo social e ambiental. Como Rosenberg (2019) argumenta, a CNV não deve ser vista apenas como uma técnica de comunicação, mas como uma abordagem que visa transformar as estruturas de dominação. No entanto, nossos resultados sugerem que muitos ativistas lutam para conciliar essa visão transformadora com as realidades práticas de seu trabalho.

Outro desafio identificado foi a dificuldade em aplicar a CNV em contextos em que há uma grande assimetria de poder. Isso é particularmente relevante no caso de ativistas que trabalham com comunidades marginalizadas ou em oposição a instituições poderosas. Essa observação alinha-se com as críticas feitas por alguns estudiosos de que a CNV pode ser ingênua em sua abordagem das dinâmicas de poder (Lamb, 2018).

No entanto, é importante notar que alguns participantes relataram que a prática contínua da CNV os ajudou a desenvolver uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e a encontrar formas criativas de abordar essas assimetrias. Isso sugere que, embora a CNV possa ter limitações em sua forma atual, ela também tem o potencial de evoluir e se adaptar para atender às necessidades específicas dos contextos de ativismo.

6.3 IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

Os resultados da pesquisa sugerem que a CNV tem potencial para contribuir com a construção de uma cultura de paz. Um aspecto particularmente promissor é como a prática da CNV parece facilitar o que Toro Calonje (2020) descreve como "processos de comunicação para a paz" (p. 135). Segundo a autora, esses processos envolvem a criação de espaços onde as pessoas podem compartilhar suas experiências, ser ouvidas e participar ativamente na construção de soluções. Os relatos dos participantes da nossa pesquisa indicam que a CNV cria precisamente esse tipo de espaço, permitindo diálogos mais profundos e autênticos, mesmo em situações de conflito.

No entanto, é crucial reconhecer que a construção de uma cultura de paz através da CNV não é um processo linear ou isento de contradições. Nossos resultados refletem essa complexidade, mostrando que os ativistas frequentemente lutam para equilibrar os ideais da CNV com as realidades práticas e emocionais de seu trabalho, ou seja, a ecologia dos sentidos embute múltiplas emergências, relações e ajustes adaptativos ao longo dos processos de comunicação.

Um aspecto particularmente interessante que emergiu da pesquisa é como a prática da CNV parece contribuir para o que Cabezas Hernandez (2022) descreve como o desenvolvimento de uma "identidade pessoal fortalecida" (p. 221). A autora argumenta que, para reconhecer o outro como valioso e atuar em consonância com ele, é necessário sentir empatia afetiva por sua situação, o que requer curiosidade pelo outro e um senso de segurança na própria identidade. Os relatos dos participantes sugerem que a prática da CNV promove precisamente esse tipo de fortalecimento identitário e abertura para o outro.

6.4 CNV COMO CATALISADORA DE MUDANÇAS SISTÊMICAS

Um dos achados mais interessantes da pesquisa é o potencial da CNV para catalisar mudanças sistêmicas. Embora a CNV seja frequentemente vista como uma ferramenta para melhorar a comunicação interpessoal, nossos resultados sugerem que ela pode ter implicações mais amplas para a transformação social e política.

Esse potencial alinha-se com a visão de Rosenberg (2019) de que a CNV não é apenas uma técnica de comunicação, mas uma abordagem que visa transformar as estruturas de dominação. No entanto, nossos resultados também revelam as complexidades e desafios envolvidos na realização desse potencial transformador.

Um aspecto particularmente promissor é como a prática da CNV parece facilitar o que Habermas descreve como ação comunicativa (Campos, 2015). Segundo Habermas, a ação comunicativa é orientada para o entendimento mútuo e a construção de consensos, em oposição à ação instrumental, que é orientada para o sucesso individual. Os relatos dos participantes sugerem que a CNV promove precisamente esse tipo de orientação para o entendimento mútuo, mesmo em contextos de conflito ou divergência.

Outro aspecto que emergiu da pesquisa é o papel da CNV na promoção do que Hasan e colegas (2022) descrevem como "regulação emocional instrumental" (p. 2) em contextos de ação coletiva. Os autores argumentam que a capacidade de regular as emoções do grupo e do grupo externo é fundamental para o sucesso da ação coletiva. Nossos resultados sugerem que a prática da CNV pode ser uma ferramenta valiosa nesse processo, ajudando os ativistas a navegar nas complexas dinâmicas emocionais do trabalho de mudança social.

No entanto, é importante notar que a realização desse potencial transformador da CNV enfrenta desafios. Como Fahlberg (2018) argumenta em seu estudo sobre governança em favelas do Rio de Janeiro, a existência de regimes políticos não-violentos em contextos de violência estrutural é complexa e muitas vezes paradoxal. De maneira similar, nossos resultados

sugerem que os ativistas frequentemente lutam para reconciliar os princípios da CNV com as realidades da injustiça estrutural e da violência sistêmica que enfrentam em seu trabalho.

Esse aspecto se conecta com as reflexões de Habermas (1987) sobre o que ele denomina esgotamento das energias utópicas e crise do estado de bem-estar social. A CNV, como tecnologia de convivência aplicada por seus praticantes principalmente nas esferas de transformação individual e nas relações interpessoais, pode enfrentar limitações ao abordar problemas sociais com raízes estruturais profundas. Há um risco potencial de que o foco intenso na comunicação e nas relações interpessoais possa, inadvertidamente, desviar a atenção de questões estruturais e políticas mais amplas, levando a uma possível despolitização do ativismo.

Além disso, em um contexto de crescente desigualdade e injustiça social, característico da crise do estado de bem-estar social descrita por Habermas (1987), a eficácia da CNV pode ser limitada. As disparidades de poder podem dificultar a aplicação equitativa dos princípios da CNV entre grupos com recursos e influência drasticamente diferentes. Isso levanta questões sobre se a CNV está realmente abordando as raízes dos problemas sociais ou apenas ajudando as pessoas a se adaptarem melhor a um sistema falho.

Outro ponto crítico a ser considerado é a tensão potencial entre a ênfase da CNV na empatia e compreensão mútua e a necessidade de ação radical que alguns ativistas de direitos humanos consideram necessária. Existe o risco de que a busca por consenso e entendimento possa diluir a urgência e a intensidade das demandas por mudança social. É importante ressaltar que essas perspectivas críticas não negam o valor potencial da CNV, mas destacam a importância de considerar suas limitações e possíveis efeitos não intencionais no contexto mais amplo da luta por direitos humanos e justiça social. Elas também sugerem a necessidade de integrar a CNV com outras abordagens e estratégias de mudança social para abordar de forma mais abrangente os desafios complexos enfrentados pelos ativistas socioambientais e de direitos humanos.

6.5 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Os resultados desta pesquisa têm implicações expressivas para a teoria da Ecologia dos Sentidos pois nossos achados reforçam a importância de considerar as múltiplas dimensões (cognitiva, afetiva, ético-moral e cultural) na análise dos processos comunicativos. A prática da CNV parece facilitar uma integração mais harmoniosa dessas dimensões, promovendo uma comunicação mais holística e autêntica.

Nossos resultados sugerem que a CNV pode ser um catalisador para a transição de trocas coativas para trocas cooperativas. A ênfase da CNV na empatia, na expressão autêntica e na busca de soluções mutuamente satisfatórias alinha-se com o conceito de cooperação de Piaget (1973), que ele via como fundamental para o desenvolvimento moral e cognitivo.

Um avanço teórico potencial proporcionado por nossos achados é a elaboração do conceito de "paz comunicativa". Este conceito, que emerge da intersecção entre a teoria da paz imperfeita de Muñoz (2001) e os princípios da CNV, sugere uma abordagem para a construção da paz que reconhece o conflito como inerente às relações humanas, mas busca transformá-lo através de práticas comunicativas específicas.

6.6 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

As implicações práticas desta pesquisa são múltiplas. Para organizações e grupos de ativistas, nossos resultados sugerem que a incorporação da CNV em suas práticas pode, a crer nas percepções a nós manifestadas, melhorar a coesão interna, a resolução de conflitos e a eficácia na comunicação externa. No entanto, é fundamental que essa incorporação seja feita de maneira reflexiva e contextualizada, reconhecendo os desafios específicos do trabalho de ativismo.

Recomendamos que as organizações considerem:

1. Implementar treinamentos regulares em CNV, adaptados às necessidades específicas do contexto de ativismo e envolvendo as lideranças.
2. Criar espaços regulares para a prática da CNV, como círculos de diálogo ou grupos de apoio mútuo.
3. Integrar os princípios da CNV em suas políticas e procedimentos organizacionais, especialmente em relação à gestão de conflitos e tomada de decisões.
4. Desenvolver métricas para avaliar o impacto da CNV em suas operações e eficácia.

6.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Esta pesquisa, embora tenha proporcionado percepções valiosas sobre a aplicação da CNV em grupos de ativistas, apresenta algumas limitações que merecem consideração. Além disso, é importante refletir criticamente sobre a aplicação da CNV, especialmente no que diz respeito ao seu componente central: a empatia.

Uma das principais limitações deste estudo é seu escopo restrito, focando em um único grupo de ativistas em um contexto específico onde relatam suas percepções a respeito de experiências muito diversas. Ainda que, em estudos qualitativos dessa natureza, não caiba a ideia de generalização de resultados, as lições aprendidas pelos participantes, de acordo com as percepções compartilhadas conosco, podem servir de baliza para ações concretas em contextos variados. Além disso, o período de observação não foi, obviamente, suficiente para avaliar os efeitos a longo prazo da implementação da CNV.

Ao considerar a aplicação da CNV, é importante examinar criticamente o conceito de empatia que está no cerne desta abordagem. Coplan (2011) propõe uma conceituação da empatia como um processo imaginativo complexo, envolvendo três características principais: correspondência afetiva, tomada de perspectiva orientada para o outro e diferenciação entre o eu e o outro. Esta definição levanta questões importantes sobre a aplicação da CNV em contextos de ativismo.

Primeiramente, a correspondência afetiva pode ser particularmente desafiadora em situações de conflito intenso ou quando há grandes diferenças ideológicas entre as partes. Os ativistas podem enfrentar dificuldades em estabelecer essa conexão emocional com aqueles que percebem como oponentes ou opressores.

Em segundo lugar, a tomada de perspectiva orientada para o outro, embora seja um objetivo nobre da CNV, pode ser inviável em contextos de ativismo onde há desequilíbrios de poder significativos. Os ativistas podem argumentar que essa abordagem não leva suficientemente em conta as estruturas de poder existentes e pode inadvertidamente perpetuar injustiças.

Por fim, a diferenciação entre o eu e o outro, embora crucial para uma empatia genuína segundo Coplan (2011), pode ser um desafio em movimentos ativistas que frequentemente dependem de um forte senso de identidade coletiva e solidariedade. Além disso, a ampla gama de aplicações do conceito de empatia, como observado pelo autor, sugere que a empatia – e, por extensão, a CNV – pode não ser uma abordagem única que se adapta a todos os contextos. Isso levanta questões sobre a eficácia universal da CNV em diferentes cenários de ativismo.

Essas considerações não diminuem o valor potencial da CNV como ferramenta para gestão de conflitos e promoção do diálogo. No entanto, elas destacam a necessidade de uma aplicação cuidadosa e contextualizada da tecnologia de convivência, especialmente em ambientes de ativismo caracterizados por conflitos intensos e desigualdades estruturais. Dadas as evidências históricas da inclinação humana não somente para o diálogo, mas também para a violência, falar de busca pela paz em meio a guerras sem fim pode parecer revelar idealismo e

engajamento com utopias igualitárias. Não se trata disso. Trata-se de responsabilidade ético-moral como acadêmicos. Julgamos que a busca de caminhos cooperativos – que também marca a evolução da humanidade – não é mero idealismo utópico, mas dever construtivo-social que demanda envolvimento com dinâmicas de ação.

Futuras pesquisas poderiam abordar essas questões, explorando a aplicação da CNV em contextos mais diversos e por períodos mais longos. Seria particularmente valioso investigar como a CNV poderia ser adaptada para abordar preocupações estruturais e culturais mais amplas, mantendo seu foco na empatia e na comunicação não-violenta em diferentes âmbitos sociais.

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a investigar como o aprendizado da Comunicação Não-Violenta pode contribuir para a gestão de conflitos em grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos, com o objetivo de facilitar o diálogo interno e sua articulação sociopolítica. Partindo do campo da Psicossociologia de Comunidades e utilizando o referencial teórico da Ecologia dos Sentidos, buscamos compreender os processos comunicativos em suas dimensões cognitiva, afetiva, ético-moral e cultural.

Ao longo deste estudo, examinamos a literatura existente sobre cultura de paz, conflitos em grupos, tecnologias de convivência e CNV. Realizamos uma análise documental do curso de formação em CNV oferecido pela Associação CNV Brasil e conduzimos entrevistas semiestruturadas com oito participantes do curso e dois facilitadores. A análise dos dados revelou categorias temáticas diversas, incluindo cooperação, coação, transformação pessoal, desafios na aplicação da CNV, gestão de conflitos, colaboração e diálogo, impacto social e sistêmico, saúde mental e autocuidado e mudança de paradigma.

Os resultados desta pesquisa sugerem que a CNV tem potencial para transformar as dinâmicas comunicativas e relacionais em contextos de ativismo. Observamos que a prática da CNV parece promover uma maior capacidade de escuta empática, expressão autêntica e resolução colaborativa de conflitos. Além disso, colecionamos relatos de participantes em que suas percepções validam que a CNV pode contribuir para a construção de uma cultura de paz, alinhando-se com os conceitos de paz positiva e paz imperfeita propostos por Galtung e Muñoz, respectivamente.

No entanto, é crucial reconhecer as limitações deste estudo. Uma das principais é o fato de que a pesquisa não foi conduzida diretamente no campo de atuação dos ativistas. Isso significa que não pudemos observar a aplicação da CNV em situações reais de conflito ou ativismo, limitando nossa compreensão de como essas habilidades são traduzidas para a prática cotidiana.

Outra limitação importante é que os participantes do estudo já tinham um interesse prévio na CNV e em abordagens pacifistas. Isso pode ter introduzido um viés de seleção, resultando em uma visão potencialmente mais positiva da CNV do que seria observado em uma amostra mais diversificada de ativistas.

Além disso, a natureza qualitativa do estudo e o tamanho relativamente pequeno da amostra limitam uma compreensão aprofundada das possibilidades e riscos. Embora tenhamos

obtido percepções valiosas, não podemos afirmar com certeza que esses achados se aplicariam a todos os contextos de ativismo ou a todas as culturas.

É importante notar também que não exploramos as perspectivas de indivíduos ou grupos que podem ser céticos ou contrários a abordagens pacifistas como a CNV. Essa é uma lacuna relevante, pois compreender as resistências e críticas à CNV poderia fornecer uma visão mais completa e equilibrada de sua aplicabilidade e eficácia em contextos de ativismo.

Apesar dessas limitações, este estudo oferece contribuições valiosas para a compreensão do papel da CNV na gestão de conflitos e na promoção de uma cultura de paz em contextos de ativismo. A possível elaboração do conceito de "paz comunicativa", que emerge da síntese entre a teoria da paz imperfeita e os princípios da CNV, pode representar um avanço teórico para pesquisas futuras, ao oferecer um novo quadro para compreender e promover a construção da paz através de práticas comunicativas específicas, reconhecendo o conflito como parte integrante das relações humanas, mas buscando transformá-lo de maneira construtiva.

Olhando para o futuro, várias direções promissoras para pesquisas adicionais emergem deste estudo:

- Estudos longitudinais para examinar os efeitos de longo prazo da prática da CNV em contextos de ativismo, observando como as habilidades são mantidas e aplicadas ao longo do tempo.
- Investigações comparativas entre grupos que praticam CNV e grupos que não a praticam, para compreender sua eficácia relativa em comparação com outras abordagens.
- Pesquisas que explorem a interseção entre CNV e outras abordagens de construção de paz e transformação de conflitos, buscando sinergias e complementaridades.
- Estudos que examinem como a CNV pode ser adaptada para abordar mais efetivamente as dinâmicas de poder e as injustiças estruturais em contextos de ativismo, considerando as críticas e limitações identificadas.
- Investigações sobre o potencial da CNV para promover mudanças sistêmicas e sua eficácia em diferentes contextos culturais e políticos, expandindo a compreensão de sua aplicabilidade global.
- Pesquisas que explorem a relação entre a prática da CNV e o bem-estar psicológico dos ativistas, considerando questões como burnout e trauma secundário, e investigando como a CNV pode contribuir para a resiliência e sustentabilidade do trabalho de ativismo.

- Estudos que incluam perspectivas de indivíduos ou grupos céticos ou contrários a abordagens pacifistas, para obter uma compreensão mais abrangente dos desafios e limitações da CNV em contextos de conflito intenso.
- Investigações em campo, observando a aplicação da CNV em situações reais de conflito e ativismo, notadamente em contextos conflagrados, para compreender melhor como as habilidades são traduzidas para a prática cotidiana e quais são os desafios específicos enfrentados.

Em conclusão, este estudo lança luz sobre o potencial transformador da CNV , percebido pelos ativistas que a adotam, ao mesmo tempo em que reconhece os desafios e complexidades envolvidos em sua aplicação. À medida que enfrentamos desafios globais cada vez mais complexos, a necessidade de abordagens eficazes para a gestão de conflitos e a promoção do diálogo construtivo torna-se cada vez mais urgente. A CNV, com seu foco na empatia, na autenticidade e na busca de soluções mutuamente satisfatórias, oferece uma ferramenta valiosa para navegar nessas águas turbulentas. No entanto, é crucial que continuemos a explorar, refinar e adaptar essas abordagens às realidades complexas e em constante mudança do ativismo contemporâneo, sempre mantendo uma postura crítica e reflexiva em relação às suas limitações e potencialidades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luciana L. R. S; COSTA, Daniela C. A. Justiça restaurativa como ação comunicativa: equilíbrio entre sistema e mundo da vida. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v11i3.7386>. Acesso em: 13 jan 2023
- ARCHIBALD, MM; AMBAGTSHEER, RC; CASEY, MG; LAWLESS, M. Using Zoom Videoconferencing for Qualitative Data Collection: Perceptions and Experiences of Researchers and Participants. *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 2019. Disponível em: <https://doi-org.ez29.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1609406919874596>. Acesso em: 30 mar. 2023
- ARMOUR, M.; SLIVA, S.. How Does It Work? Mechanisms of Action in an In-Prison Restorative Justice Program. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, nº 62, p. 759–784, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306624X16669143>. Acesso em 5 Jul 2022
- AVICHAIL, T., RUHRMAN, A., et al. Promoting solidarity based collective action through increasing hope using nonviolent communication intervention. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 54, p. 344–361, 2024. <https://doi.org/10.1111/jasp.13033>
- BAESLER, E.; LAURICELLA, Sharon. Teach peace: Assessing instruction of the nonviolent communication and peace course. **Journal of Peace Education**, v. 11, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17400201.2013.777899>. Acesso em 13 nov. 2022
- BAKKER, Ellen J.M.; DEKKER-VAN DOORN Connie M.; KOX, Jos H.A.M.; MIEDEMA, Harald S.; FRANCKE, Anneke L.; ROELOFS, Pepijn D.D.M. Conflict or connection? A feasibility study on the implementation of a training based on connecting communication in a nursing curriculum. **Nurse Education Today**, V. 111, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2022.105302>. Acesso em 13 dez 2022.
- BALLIET, D. Comunicação e Cooperação em Dilemas Sociais: Uma Revisão Meta-Analítica. **Journal of Conflict Resolution**, v. 54 (1), p. 39–57, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022002709352443>. Acesso em: 08 dez 2022.
- BARBOSA, Silvânia da Cruz; SOUZA, Sandra; MOREIRA, Jansen Souza. A fadiga por compaixão como ameaça à qualidade de vida profissional em prestadores de serviços hospitalares. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v. 14, n. 3, p. 315-323, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000300007&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 26 dez. 2022.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/18027>. Acesso em 9 jan. 2023.
- CABEZAS HERNANDEZ, María del Mar. Corazón que no siente, ojos que no ven: empatía, identidad personal y reconocimiento moral. **Rev. humanid. Valpo.**, Valparaíso, n. 19, p. 221-243, 2022. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-42422022000100221&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 05 jan. 2023

CAMPOS, M. N. Ecology of meanings: A critical constructivist communication model. *Communication Theory*, v. 17, n. 4, p. 386-410, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2007.00304.x>

_____. Integrando Habermas, Piaget e Grize: contribuições para uma Teoria Construtivista-Crítica da Comunicação. *Revista Famecos*, v. 21, n. 3, p. 966–996, 2015.

_____. Navegar é preciso. Comunicar é impreciso. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 504.

_____. As guerras bárbaras iliberais. In: CAMPOS, M.; CARVALHO, R. (orgs.). **Violações Bárbaras: olhares jovens**. Curitiba: Appris, 2023.

CARDOSO, Henrique R.; KNOERR, Fernando G.; SOUZA JÚNIOR, Eliezer S. Justiça restaurativa como instrumento de transformação de conflitos: uma análise a partir de Howard Zehr e John Paul Lederach. *Revista Relações Internacionais do Mundo Atual*, v. 1, n. 26, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v2i27.3997>. Acesso em: 07 jan. 2023.

CASTRO, D. B. de; MARTINS, P. F. de M. Correlações entre a Justiça Restaurativa e a Comunicação não violenta com a educação. *REVISTA ESMAT*, [S. l.], v. 7, n. 9, p. 107–142, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.34060/reemat.v7i9.42>. Acesso em: 06 jan. 2023

CHANGEUX, Jean-Pierre. **Neuronal Man: The Biology of Mind**. Tradução: Laurence Garey. Edição ilustrada e revisada. Princeton: Princeton University Press, 1997

COPLAN, Amy. Understanding Empathy: Its Features and Effects. In: COPLAN, Amy; GOLDIE, Peter (eds.). **Empathy: Philosophical and Psychological Perspectives**. Oxford: Oxford Academic, 2011. cap. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199539956.003.0002>. Acesso em: 8 set. 2024.

CNVC, Center for Nonviolent Communication - **About Marshall B. Rosenberg**, Ph.D, 2020. Disponível em: <<https://www.cnvc.org/about/marshall>>. Acesso em: 5 de Nov. de 2021.

CUNHA, Pedro; MONTEIRO, Ana Paula. Epistemologia e prática da mediação: por uma cultura de paz. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 199-207, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000300014&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 26 jan. 2023.

DANNALS, Jennifer E; HALALI, Eliran; KOPELMAN, Shirli; HAVELY; Nir. Power, constraint, and cooperation in groups: The role of communication. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 100, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2022.104283>. Acesso em: 05 jan. 2023

DEAKIN, H.; WAKEFIELD, K. **Skype interviewing: Reflections of two PhD researchers**. *Qualitative Research*, v. 14, n. 5, p. 603–616, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468794113488126>. Acesso em 8 jan. 2023

DEUTSCH, M. **The resolution of conflict: constructive and destructive processes**. New Haven, CT: Yale University Press, 1973.

DISKIN, Lia. **Ética, Cultura de Paz – um desafio inadiável**. São Paulo: Palas, 2011.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR

DZAFEROVIC, Mirsada. Nonviolent communication, empathy and assertion as modern strategies in the study of overcoming conflicts. **Metodički obzori/Methodological Horizons**. v. 7, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.32728/mo.07.1.2012.08>. Acesso em 4 dez. 2022

EPINAT-DUCLOS, J.; FONCELLE, A.; QUESQUE, F.; CHABANAT, E.; DUGUET, A.; VAN DER HENST, J. B.; ROSSETTI, Y. Does nonviolent communication education improve empathy in French medical students?. **International Journal of Medical Education**. v. 12, p. 205–218, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5116/ijme.615e.c507>. Acesso em 3 jan 2023.

EZE, Chielozona. Nelson Mandela and the Politics of Empathy: Reflections on the Moral Conditions for Conflict Resolutions in Africa. **African Conflict & Peacebuilding Review**, v. 2, n. 1, p. 122-135, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/acp.2012.0002>. Acesso em: 08 set. 2024

FAHLBERG, A. N. Rethinking Favela Governance: Nonviolent Politics in Rio de Janeiro's Gang Territories. **Politics & Society**, v.46, ed 4, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032329218795851>. Acesso em 3 nov. 2022.

FILIPOVIĆ, A. M.; BAJAC, M. B.; SPAIĆ, I. Instruments of Empathy-Shaping in the Creation of a Culture of Peace and Non-Violence. **International Journal of Cognitive Research in Science, Engineering and Education (IJCRSEE)**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 197–206, 2022. Disponível em: <https://ijcrsee.com/index.php/ijcrsee/article/view/1900>. Acesso em: 13 jan 2023

FITZGERALD, Heather J. A (not so) simple dialogue activity. **Journal of Religion & Spirituality in Social Work: Social Thought**, v. 38:4, p. 415-427, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15426432.2019.1672611>. Acesso em 10 dez 2022.

FUCHS, Thomas. Levels of Empathy – Primary, Extended, and Reiterated Empathy. In: LUX, Vanessa; WEIGEL, Sigrid (eds.). **Empathy: Epistemic Problems and Cultural-Historical Perspectives**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 27-50. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/978-1-137-51299-4>. Acesso em 08 set. 2024

GALTUNG, Johan. Paz por medios pacíficos. **Paz y conflicto, desarrollo y civilización**. Gernika: Bakeaz-Gernika Gogoratz, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4ª. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GILLINSON, Sarah; HORNE, Matthew; BAECK, Peter. **Radical Efficiency: Different, Better, Lower Cost Public Services**. London: NESTA, 2010.

GUILHERME, Alex. Understanding conflict resolution philosophically in a school setting: three different kinds of violence and dialogue. **Journal of Peace Education**, v. 14. p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/educsci12030187>. Acesso em 12 dez. 2023.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência – a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989

HALEVY, N.; BERSON, Y. Thinking about the distant future promotes the prospects of peace: A construal-level perspective on intergroup conflict resolution. **Journal of Conflict Resolution**, 66(6), p. 1119–1143, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00220027221079402>. Acesso em 14 fev. 2023

HASAN, A. S.; NETZER, L.; VAN ZOMEREN, M.; SAGUY, T.; TAMIR, M.; HALPERIN, E. When we want them to fear us: the motivation to influence outgroup emotions in collective action. **Group Processes & Intergroup Relations**, v. 22, n. 5, p. 724-745, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1368430218769744>. Acesso em: 9 nov. 2022

HERNANDEZ, Ramón V. Building a Culture of Peace in Everyday Life With Inter- and Transdisciplinary. **Perspectives**. Front. Educ. 7 – 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/feduc.2022.847968>. Acesso em: 10 fev. 2023.

HELFEMSTELLER COELHO, C. J.; SILVA OLIVEIRA, L. P. A forças conservadoras da vida como possibilidade de enfrentamento à dialética opressão/insurgência em face a cultura de paz. **Araucária**, [S. l.], v. 23, n. 48, 2021. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/17542>. Acesso em: 12 fev. 2023.

INSTITUTO CNV BRASIL. **Projeto de Comunicação Não-Violenta para Defensores de Direitos Humanos e Ativistas Socioambientais - Versão 03**.

IPEA. IPEA - **Atlas da Violência v.2.7**. Página Estatística de Homicídios Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/328>. Acesso em: 9 de Ago. de 2022.

JAGER, J.; PUTNICK, D. L.; BORNSTEIN, M. H. More than just convenient: The scientific merits of homogeneous convenience samples. Monographs of the **Society for Research in Child Development**, v. 82, n. 2, p. 13-30, 2017. <http://dx.doi.org/10.1111/mono.12296>. Acesso em: 13 jan. 2023.

JANGHORBAN, R.; ROUDSARI, R. L.; TAGHIPOUR, A. Skype interviewing: The new generation of online synchronous interview in qualitative research. **International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-Being**, v. 9, n. 1, 24152, 2014. <https://doi.org/10.3402/qhw.v9.24152>

JUNG, Heeyoung; LEE, Yeon Hee; PARK, Jung-Ha. Effects of Customized Communication Training on Nonviolent Communication, Nonverbal Communication, and Self-Acceptance: Evidence from Korean Nursing Students. **Iranian Journal of Public Health**, v. 52, 9, p. 1942 – 1951, 2023. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0->

85169127372&partnerID=40&md5=a462969fec491b12d222647d30773deb. Acesso em: 08 set. 2024

KALABRIA, André Chaves; KEMPFER, Alana Vechiato. Comunicação não-violenta: desenvolvimento na prática e artigo de atualização. **Research, Society and Development**, v. 9, n.12, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.11142>. Acesso em 9 dez 2022.

KHAN, T. H.; MACEACHEN, E. An Alternative Method of Interviewing: Critical Reflections on Videoconference Interviews for Qualitative Data Collection. **International Journal of Qualitative Methods**, 21, 2022. Disponível em: <https://doi-org.ez29.periodicos.capes.gov.br/10.1177/16094069221090063>. Acesso em: 30 mar. 2023

KIM, H. K., & JO, H. K. Effects of a Nonviolent Communication Program on Nursing Students. **SAGE Open**, 12(3), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/21582440221096139> . Acesso em 8 jan. 2023

KOOPMAN, Sara; SELIGA, Laine. Teaching peace by using nonviolent communication for difficult conversations in the college classroom. **Peace and Conflict Studies**, v. 27, n. 3, 2021. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/pcs/vol27/iss3/2>. Acesso em: 8 jan 2023.

KORLIPARA, M.; SHAH, H. “Power of words”: impact, concerns and applications of nonviolent communication training. **European Journal of Training and Development**, Vol. ahead-of-print, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/EJTD-03-2022-0030>. Acesso em 3 de nov. 2022.

LAMB, Rachelle - **Keeping Marshall Rosenberg's Work Alive**, 2018. Disponível em: <https://www.rachellelamb.com/blog/keeping-marshall-rosenbergs-work-alive>. Acesso em: 5 de Nov. de 2021.

LEDERACH, John Paul. **Transformação de conflitos: teoria e prática**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

LOBB, A. Critical empathy. **Constellations**, v. 24, n. 4, p. 594-607, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12292>. Acesso em: 08 set. 2024

LYUBANSKY, Mikhail; BARTER, Dominic. A Restorative Approach to Interpersonal Racial Conflict. **Peace Review**, nº 23, p. 37-44, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254331400_A_Restorative_Approach_to_Interpersonal_Racial_Conflict. Acesso em: 1 Jul. de 2022.

LYUBANSKY, Mikhail. Peace Profile: Dominic Barter. **Peace Review**, v. 29, p. 513-520, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10402659.2017.1381527>. Acesso em: 1 Jul. de 2022.

MAISONNEUVE, Jean. **Introdução à Psicossociologia**. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.

MANN, C.; STEWART, F. **Internet interviewing**. In J. R. GUBRIUM; J. A. HOLSTEIN (Eds). Handbook of interview research. Context & Method. Thousand Oaks, Sage, 2001. p.

603-627. Disponível em: <https://methods.sagepub.com/book/handbook-of-interview-research/d35.xml>. Acesso: 15 jan. 2023

MARCONI, Maria A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2003.

MAS-EXPÓSITO L; KRIEGER, V; AMADOR-CAMPOS, JÁ; CASAÑAS, R, ALBERTÍ, M; LALUCAT-JO, L. Implementation of Whole School Restorative Approaches to Promote Positive Youth Development: Review of Relevant Literature and Practice Guidelines. **Education Sciences**, v. 12(3):187, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/educsci12030187>. Acesso em 10 dez. 2022

MCMAHON, Sheila M; PEDERSON, Shelby. “Love and compassion not found Elsewhere”: A Photovoice exploration of restorative justice and nonviolent communication in a community-based juvenile justice diversion program. **Children and Youth Services Review**, nº 117, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.105306>. Acesso em: 5 Jul. 2022.

MEDEIROS, Alexsandro Melo; NORONHA, Nelson Matos. Freire e Habermas: considerações sobre o Agir Dialógico/Comunicativo em uma sociedade que se pretende democrática. In: Anais Do II Congresso Internacional Paulo Freire: O Legado Global, 2018, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/freire-globalconference-2018/papers/freire-e-habermas--consideracoes-sobre-o-agir-dialogico-comunicativo-em-uma-sociedade-que-se-pretende-democratica>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MIEDEMA, Harald S.; FRANCKE, Anneke L.; ROELOFS, Pepijn D.D.M. Conflict or connection? A feasibility study on the implementation of a training based on connecting communication in a nursing curriculum. **Nurse Education Today**, V. 111, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2022.105302>. Acesso em 13 dez 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MITRAYANI, D.; PEEL, R. D. Youth Participation and Leadership: Moving Together Towards Peace Education and Sustainable Development. **Creating a Sustainable Vision of Nonviolence in Schools and Society**, p. 200-221, 2017. IGI Global. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-2209-6.ch011>. Acesso em: 08 dez 2022.

MUÑOZ, Francisco A. **La paz imperfecta**. Granada: Universidad de Granada, 2001.

MUÑOZ, F. A.; MOLINA, Rueda, B. **Una paz compleja, conflictiva e imperfecta**. Universidad de Granada, 2010.

MURPHY, Sean P. Building Culturally Competent Practice with Sexual and Gender Minorities Using Nonviolent Communication. **Issues in Mental Health Nursing**, v. 43:5, p. 395-400, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01612840.2021.1990445>. Acesso em: 3 jan. 2023

MUSEUX, Anne-Claire; DUMONT, Serge; CAREAU, Emmanuelle; MILOT, Élise. Improving interprofessional collaboration: the effect of training in nonviolent communication.

Social Work in Health Care, v. 55, p. 1-14, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00981389.2016.1164270>. Acesso em 1 Jul. 2022.

NICÁCIO, Camila Silva. Mediação para a autonomia: alteridades em diálogo. **E-cadernos CES**, v. 2, 2008, p. 1-16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1272>, Acesso em: 13 jan. 2023.

NOSEK, M. Nonviolent communication: a dialogical retrieval of the ethic of authenticity. **Nursing ethics**, 19(6), p. 829–837, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0969733012447016>. Acesso em: 7 Jul. 2022.

NOSEK, Marcianna; GIFFORD, Elizabeth; KOBER, Brendan. Nonviolent Communication training increases empathy in baccalaureate nursing students: a mixed method study. **Journal of Nursing Education & Practice**, v. 4, p. 1-15, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5430/jnep.v4n10p1>. Acesso em: 1 Jul 2022.

NOSEK, M; MAITE, Durán. Increasing Empathy and Conflict Resolution Skills through Nonviolent Communication (NVC) Training in Latino Adults and Youth. **Progress in Community Health Partnerships: Research, Education and Action**, nº 11, p. 275-283, 2017. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/673544>. Acesso em: 7 Jul. 2022.

OLIFFE, J. L.; KELLY, M. T.; GONZALEZ, Montaner; YU KO, W. F. Zoom Interviews: Benefits and Concessions. *International Journal of Qualitative Methods*, 20, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez29.periodicos.capes.gov.br/10.1177/16094069211053522>. Acesso em: 30 mar. 2023

ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. Resolução da Assembleia Geral A/RES/53/243, 1999. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>. Acesso em 9 de Ago. de 2022.

ONU. **Relatório mundial de cultura de paz**. Década de Cultura de Paz, Resolução da Assembleia Geral A/59/143, 2005. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cultura_paz/Relatorio-da-sociedade-civil-em-meio-da-Decada-de-Cultura-de-Paz.pdf. Acesso em 9 de Ago. de 2022.

ORTEGA, Lilyana; LYUBANSKY, Mikhail; NETTLES, Sandra; ESPELAGE, Dorothy L. Outcomes of a Restorative Circles Program in a High School Setting. **Psychology of Violence**, nº 6, p. 459–68, 2016. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fvio0000048>. Acesso em: 1 Jul. de 2022.

PELLIZZOLI, Marcelo. Introdução à Comunicação Não Violenta (CNV) - reflexões sobre fundamentos e método. Pelizzoli, M.L. (org.) **Diálogo, mediação e cultura de paz**. Recife: Ed. da UFPE, 2012.)

PEREIRA, F. R.; WELLICHAN, D. DA S. P.; GEJÃO, F. DE C.; GARCIA, N. M. Parcerias profissionais em uma escola pública dos anos finais do ensino fundamental: ações necessárias para a realidade atual. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 11, n. 26, p. 227-240, 3 jan. 2024.

PIAGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PRANIS, Kay. **Processos circulares de construção de paz**. São Paulo: Palas Athena, 2010.

PRINZ, Jesse J. Empathy: Philosophical and Psychological Perspectives? In: COPLAN, Amy; GOLDIE, Peter (eds.). **Empathy: Philosophical and Psychological Perspectives**. Oxford: Oxford Academic, 2011. cap. 13. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199539956.003.0014>. Acesso em: 8 set. 2024.

PRUTZMAN, P.; ROBERTS, E.; FISHLER, T; JONES, T. The story of a model restorative school: creative response to conflict at MS 217 in Queens, NY. **Journal of Aggression, Conflict and Peace Research**, Vol. 14, n. 4, p. 346-362, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JACPR-02-2022-0690>. Acesso em 6 jan. 2023

PUREZA, José Manuel. CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Organicom - Comunicação, Estudos para a Paz e Violência Organizacional**, nº 28, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/10839/1450>. Acesso em 5 de Ago 2022.

RIBEIRO, Listhiane; SEIBT, Cezar. Para além do certo e errado, do bem e do mal: conhecendo Melhor Marshall Bertram Rosenberg e seu processo de construção da Comunicação Não Violenta. **Revista Signos**, v. 42, n. 1, p. 75 – 98, 2021. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/2770/1807>. Acesso em: 28 Jul 2022.

ROBERTS, J. K.; PAVLAKIS, A. E.; RICHARDS, M. P. It's More Complicated Than It Seems: Virtual Qualitative Research in the COVID-19 Era. **International Journal of Qualitative Methods**, 20, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez29.periodicos.capes.gov.br/10.1177/16094069211002959>. Acesso em: 30 mar. 2023

ROSENBERG, M.; MOLHO, P. Nonviolent (empathic) communication for health care providers. **Haemophilia: the official journal of the World Federation of Hemophilia**, v. 4(4), p. 335–340, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1046/j.1365-2516.1998.440335.x>. Acesso em 03 jan. 2023.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. 2.ed. São Paulo: Ágora, 2006.

ROSENBERG, Marshall. **A linguagem da paz em um mundo de conflitos**. 2.ed. São Paulo: Palas Athena, 2019.

SAAVEDRA, D. R. Responding to Technological Disruptions During Online Video Interviews Conducted Via Zoom. **The Qualitative Report**, 27(6), 1479-1484, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2022.5524>. Acesso em: 30 mar. 2023

SANDBERG, J.; ALVESSON, M. Ways of constructing research questions: gap-spotting or problematization? **Organization**, v. 18, n. 1, p. 13-44. DOI: 10.1177/1350508410372151

SCHILLING, F., & KOWALEWSKI, D. O difícil encontro da justiça com a educação: problematizações sobre a justiça restaurativa. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147238777>. Acesso em: 10 jan. 2023

SIQUEIRA, Giovana; CRUZ, Luciana A. N. As contribuições da Comunicação Não-Violenta

na construção de um Ambiente Sociomoral. **Veras**, v. 10, p. 430-443, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14212/veras.vol10.n2.ano2020.art421>. Acesso em: 14 jan. 2023

SILVA, José Carlos T. Tecnologia: novas abordagens, conceitos, dimensões e gestão. **Production**, v. 13, n. 1, p. 50–63, 2003.

SILVA, Delmo Mattos da; CARVALHO, Tereza Cristina Soares da Fonseca. A Alteridade como Fundamento Ético da Justiça Restaurativa. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 4, n. 71, p. 1 - 22, dez. 2022. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/4212> . Acesso em: 26 dez. 2022.

SUARES, M. Mediación y Resolución de conflictos: un nuevo campo de intervención para el trabajador social. In: J. Pallarés Gómez, X. Pelegrí Viaña, & J. A. Solé (Coords.), **Yacimientos Profesionales para el Trabajo Social: Nuevas Perspectivas de Intervención**. Zaragoza: Mira Editores, 2001

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. Tradução de Talyta Carvalho. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

TAYLOR, Laura; O'DRISCOLL, Dean; DAUTEL, Jocelyn; MCKEOWN, Shelley. Empathy to action: Child and adolescent outgroup attitudes and prosocial behaviors in a setting of intergroup conflict. **Social Development**, v. 29, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/sode.12421>

TJOSVOLD, Dean; WONG, Alfred; CHEN, N.Y.F. Cooperative and competitive conflict management in organizations. **Rev. Organ. Psychol. Organ. Behav**, v.1, p. 545–568, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4337/9781781006948.00009>. Acesso em 05 jan. 2023

TORO CALONJE, A. Communication Processes for Peace. **Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación**, v. 18, n. 36, p. 115-137, 2020. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/view/3162>. Acesso em: 08 dez. 2022

TORREGO, Seijo, J. C. **Mediação de conflitos em instituições educativas**: manual de formação para mediadores. Porto: Asa, 2003.

TUCKER, S., HOYING, J. Empathic Communication Part I: Responding to Stress in the Workplace. In: Davidson, J.E., Richardson, M. (eds) **Workplace Wellness: From Resiliency to Suicide Prevention and Grief Management**. Springer, Cham, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-16983-0_11. Acesso em: 08 set. 2024

VANDERMEULEN, D.; HASAN Aslih, S.; SHUMAN, E.; & HALPERIN, E. Protected by the emotions of the group: perceived emotional fit and disadvantaged group members' activist burnout. **Personality and Social Psychology Bulletin**, 0(0). Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01461672221092853>. Acesso em 15 fev. 2023

VELEZ, G. M.; GERSTEIN, L. H. Supporting peaceful individuals, groups, and societies: Peace psychology and peace education. **Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology**, v. 27(2), p. 103–108, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez29.periodicos.capes.gov.br/10.1037/pac0000541>. Acesso em: 09 dez. 2022.

VINHA, T. P. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista. **Revista do Cogeme**, p. 15-38, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15599/0104->

[4834/cogeime.v8n14p15-38](#). Acesso em 9 dez 2022.

WACKER, Renata; DZIOBEK, Isabel. Preventing empathic distress and social stressors at work through Nonviolent Communication training: a field study with health professionals. **Journal of occupational health psychology**, v. 23, p. 141-150. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/ocp0000058>. Acesso em 3 dez 2022.

WEIGEL, Sigrid. The Heterogeneity of Empathy. In: LUX, Vanessa; WEIGEL, Sigrid (eds.). **Empathy: Epistemic Problems and Cultural-Historical Perspectives**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 1-26. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/978-1-137-51299-4>. Acesso em 08 set. 2024

WREGGE, M. G et al. Linguagem do Educador e a Autonomia Moral. **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. v. 6, n. 2, 9, p. 115-132, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2014.v6n2.p115-132>. Acesso em: 27 dez 2022.

YAO D. J.; CHAO, M. M.; LEUNG, A. K. -y. When Essentialism Facilitates Intergroup Conflict Resolution: The Positive Role of Perspective-Taking. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 50(4), p. 483–507, 2019. Disponível em: <https://doi-org.ez29.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0022022119835058> Acesso em: 03 jan. 2023

YANG, J; KIM S. Effects of a nonviolent communication-based training program for inpatient alcoholics in South Korea. *Perspect Psychiatr Care*, v. 57: p. 1187– 1194, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ppc.12673>. Acesso em 4 jan. 2023.

YANG J; KIM S. An online communication skills training program for nursing students: a quasi-experimental study. **PLoS ONE**, v. 17(5), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0268016>. Acesso em 4 jan. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa: teoria e prática**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

APÊNDICES

1 ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Parte 1 – percepções sobre a Comunicação Não-Violenta

1. Antes de aprender sobre a CNV, como você lidava com conversas difíceis ou situações de conflito em sua organização e entre colegas de trabalho?
2. Qual(is) desafio(s) você enfrentou ao buscar aplicar a CNV no seu dia a dia?
3. Você sentiu alguma resistência ao aprender a Comunicação Não-Violenta? Se sim, qual foi o motivo?
4. Você notou alguma mudança na forma como você se comunica após a capacitação em CNV? Se sim, qual?
5. Você notou alguma mudança em sua capacidade de escutar as opiniões de outras pessoas desde que começou a usar a CNV? Se sim, qual?
6. Você tentou exercer a escuta empática e comunicar suas necessidades de forma clara e respeitosa após aprender a Comunicação Não-Violenta? Se sim, como foi?

Parte 2 – sobre a aplicação da CNV em situações de conflito

7. Você acha que a CNV pode ajudar a melhorar a colaboração entre os membros do grupo? Por quê?
8. Como a CNV poderia ajudar a lidar com conflitos internos no grupo?
9. Você já tentou aplicar a CNV em uma situação de conflito? Se sim, o que foi mais desafiador neste exercício?
10. Você já utilizou a CNV em uma situação de crise em que havia um alto nível de tensão no grupo? Como foi a sua experiência?
11. Você acredita que a CNV poderia contribuir para o consenso em situações de polarização e/ou em que as diferenças são profundas e aparentemente irreconciliáveis?
12. Você já percebeu a CNV sendo usada de forma manipulativa ou coercitiva em alguma situação? O que aconteceu?
13. Como você vê a CNV em relação a outras técnicas de gestão de conflitos, como a mediação e a negociação?
14. Você acha que a CNV pode ser usada em todas as situações de conflito, ou existem situações em que a técnica não se aplica?

Parte 3 – sobre a aplicação da CNV junto aos atores sociais externos ao grupo

15. Você acredita que a CNV pode ajudar a melhorar a articulação sociopolítica do grupo e o diálogo junto aos demais atores sociais, como o governo e a iniciativa privada? Como?
16. Como você acha que a Comunicação Não-Violenta pode ajudar a lidar com questões de poder e hierarquia que muitas vezes estão presentes em situações de conflito junto a outros setores da sociedade?

17. Como você percebe que a Comunicação Não-Violenta pode ajudar a promover mudanças sociais e políticas em relação a questões socioambientais e de direitos humanos?

2 PLANO DE ENSINO DA CAPACITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA²

Ciclos de Formação em Comunicação Não-Violenta para Agentes de Transformação Social

Com foco de atuação em três pilares: Conhecer, Viver e Multiplicar a Comunicação Não-Violenta, os ciclos de formação continuados são focados na apresentação dos principais conteúdos, componentes, aplicações, distinções, princípios, práticas e competências da CNV.

Além da apresentação de conteúdos no formato de aulas e vivências em grupo, os ciclos de formação também contam com atividades voltadas para o fortalecimento de vínculos de acompanhamento e apoio mútuo entre os participantes, objetivando a tradução prática dos conhecimentos adquiridos no cotidiano da atuação dos beneficiários.

Ao final dos dois ciclos de formação, é esperado que os participantes estejam capacitados em oferecer vivências e liderar iniciativas que consolidem a comunicação para a paz em suas atividades e junto às suas organizações e grupos apoiados.

Serão oferecidos dois Ciclos de Formação com duração de 4 meses cada:

Ciclo 1 – Construindo Competências em Comunicação Não-Violenta;

Ciclo 2 – Trilhando Caminhos de Aprofundamento e Multiplicação da Comunicação Não-Violenta.

Cada ciclo de formação conta com:

- Turmas de 20 a 25 pessoas;
- Carga horária total de aulas de 48h, mais 14h de encontros de prática orientados;
- 12 horas de Curso de Abertura, para apresentação da fundação do curso, bem como para promover integração entre os participantes;
- Apostila de conteúdos e exercícios;
- Formação de Grupos Empáticos que irão se acompanhar durante cada ciclo;
- Encontros de exposição de conteúdos e vivências com duração de 4 horas, intercalados com encontros com duração de 2 horas dos Grupos Empáticos (com orientação prévia de exercícios a serem realizados);
- Plataforma virtual com fórum destinado a perguntas e respostas e compartilhamento de experiências, monitorado semanalmente pelo Instituto CNV Brasil;
- Horas de vídeo aulas previamente gravadas e disponibilizadas para consulta.

No Ciclo 1, o foco será na construção dos pilares Conhecer e Viver a Comunicação Não-Violenta, e os participantes serão principalmente orientados e acompanhados na construção de um novo lugar relacional e novos hábitos conversacionais. No Ciclo 2, além do aprofundamento desses dois pilares, será dada ênfase no pilar da Multiplicação da CNV. Aqui, cada participante irá planejar e executar um projeto pessoal de compartilhamento de algum aspecto da Comunicação Não-Violenta que seja relevante para o dia a dia de sua atuação e organização para a qual contribui. Esse planejamento será acompanhado pela equipe do Instituto CNV Brasil e os Grupos Empáticos do Ciclo serão orientados a se apoiarem nos esforços individuais de

² Retirado de: INSTITUTO CNV BRASIL. Projeto de Comunicação Não-Violenta para Defensores de Direitos Humanos e Ativistas Socioambientais - Versão 03.

cada um. Ao final dos ciclos de formação, os participantes serão orientados a seguirem os grupos de prática, e convidados a estarem nos Círculos Empáticos promovidos pelo Instituto CNV Brasil, de forma a seguirem encontrando apoio e recursos que garantam a sustentabilidade de suas iniciativas e autonomia em seus caminhos de multiplicação.

O conteúdo programático dos ciclos visa transmitir:

- História, visão de mundo e propósito da Comunicação Não-Violenta;
- Os quatro componentes da Comunicação Não-Violenta;
- As três principais aplicações da Comunicação Não-Violenta;
- As 25 principais distinções da Comunicação Não-Violenta;
- A matriz de competências da Comunicação Não-Violenta.

4. PARECER EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CULTURA DE PAZ NA GESTÃO DE CONFLITOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE TECNOLOGIA DE CONVIVÊNCIA EM GRUPOS DE ATIVISTAS SOCIOAMBIENTAIS

Pesquisador: JULIANA UGULINO NUNES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69856323.0.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.136.632

Apresentação do Projeto:

A partir do campo da Comunicação e da Psicossociologia, o projeto em tela pretende investigar os efeitos e possíveis contribuições do aprendizado de tecnologias de convivência por defensores de direitos humanos e ativistas socioambientais nas relações dialógicas e gestão de conflitos em grupos. A pesquisa busca entender se os preceitos da cultura de paz vivenciados por meio de recursos como a Comunicação Não-Violenta são percebidos como promotores de mudanças positivas nos grupos com relação à maneira de se compreender as demandas internas e externas dos membros, promover o diálogo, conduzir conflitos e facilitar a articulação sociopolítica junto aos poderes públicos e atores sociais envolvidos em suas áreas de atuação. A metodologia utilizada é o estudo de caso com abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de pesquisa análise documental, tomada de notas e entrevistas semiestruturadas. Os dados serão analisados a partir da teoria dialógica de Mikhail Bakhtin e da Ecologia dos Sentidos.

Objetivo da Pesquisa:

Com base nos campos da Comunicação e da Psicossociologia, a pesquisa tem como seu objetivo primário o preenchimento de lacuna encontrada na literatura acadêmica, propondo-se a investigar a questão de saber como o aprendizado de uma tecnologia de convivência como a Comunicação Não-Violenta (CNV) pode contribuir para a gestão de conflitos em grupos de ativistas socioambientais e de direitos humanos, de modo a facilitar o diálogo interno e sua

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 6.136.632

articulação sociopolítica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a proponente, por se tratar de estudo de caso com observação, tomada de notas, seguida de entrevista semiestruturada, os participantes estarão sujeitos aos seguintes riscos, que serão minimizados com o uso de metodologia adequada na pesquisa: embaraço ao interagir com estranhos; fornecimento de respostas a questões sensíveis e pessoais, como pensamentos e sentimentos; tempo despendido ao responder ao questionário/entrevista; eventual divulgação não intencional de dados confidenciais. Para minimizar os riscos, a proponente pretende seguir as medidas abaixo: (i)garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos participantes; (ii)assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima e de prestígio; (iii)garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); (iv)estar atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto; (v)garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; (vi)minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder a questões constrangedoras.

Com relação aos benefícios, os participantes da pesquisa terão a oportunidade de refletir sobre seu processo de aprendizagem, elaborar questões internas e aprofundar o autoconhecimento a partir do compartilhamento de suas percepções e, por conseguinte, consolidar conceitos e estratégias aprendidas para utilização no dia a dia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os resultados do projeto podem preencher uma lacuna de investigação importante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A proponente apresentou TCLE adequadamente formulado, sendo que, a título de recomendação, TCLE deveria ser alterado para RCLE. Igualmente como recomendação, no item 7) do Termo, onde está escrito "Este projeto trata-se de um estudo de caso explicativo, com abordagem qualitativa" alterar para "Este projeto trata de um estudo de caso explicativo...".

Recomendações:

-Alterar TCLE para RCLE.

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 6.136.632

-no item 7) do Termo de apresentação obrigatória, onde está escrito "Este projeto trata-se de um estudo de caso explicativo, com abordagem qualitativa" alterar para "Este projeto trata de um estudo de caso explicativo...".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2124913.pdf	02/05/2023 11:17:35		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Pesquisa_Juliana_Ugulino_Nunes.pdf	02/05/2023 11:17:03	JULIANA UGULINO NUNES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_juliana_ugulino_nunes_assinada.pdf	02/05/2023 11:16:14	JULIANA UGULINO NUNES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Juliana_Ugulino_Nunes_Projeto_Qualificacao.pdf	17/04/2023 16:22:55	JULIANA UGULINO NUNES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 22 de Junho de 2023

Assinado por:
FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com